



JORNAL da REPÚBLICA

\$ 10.25

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

SUMÁRIO

PARLAMENTO NACIONAL:

Decisão n.º 25/V/CA, de 17 de junho de 2020

Apreciação do Plano de Atividade no âmbito do orçamento extraordinário para financiar medidas de prevenção e combate ao COVID-19786

Decisão n.º 26/V/CA, de 17 de junho de 2020

Aprovação do Plano de Atividades de Apoio Extraordinário ao Funcionamento do Parlamento Nacional, financiado pelo PNUD e União Europeia.....786

Decisão n.º 27/V/CA, de 17 de junho de 2020

Aprovação do Plano de Atividades, Orçamento e Termos de Referência para a Cerimónia Cultural e Religiosa de Reposição da Mesa da Presidência do Parlamento Nacional.....787

Decisão n.º 28 /V/CA, de 25 de junho de 2020

Atualização da verba para troca de pneus para viaturas dos Deputados.....787

Decisão n.º 29 /V/CA, de 25 de junho de 2020

Atribuição de verba às Bancadas Parlamentares, para contacto com eleitores788

MINISTERIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E CULTURA:

Despacho Ministerial N.º 100/GM-MESCC/VI/2020

Declaração de Reativação das Atividades Letivas das Instituições do Ensino Superior789

Despacho Ministerial N.º 101/GM-MESCC/VI/2020

Autoriza a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL) a conferir o grau académico aos estudantes que concluíram, em 2015, o curso autorizado e que constam das listas de graduação.....791

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA :

Estratu ba Públikasaun800

Estratu ba Públikasaun800

Estratu ba Públikasaun800

Estratu ba Públikasaun801

Estratu ba Públikasaun801

Estratu ba Públikasaun801

MINISTÉRIO DA SAÚDE:

Despacho N.º 04/MS/VI/2020

Comissão de Gestão de Projetos do fundo Covid-19802

Despacho N.º 05/MS/VI/2020

Delegação de Competências no Vice- Ministro da Saúde.....805

Despacho N.º 06/MS/VI/2020

Delegação de Competências nos Diretores Gerais806

Despacho N.º 07/MS/VII/2020

Criação e Nomeação de membros para a Comissão Instaladora do Serviço Nacional de Ambulância e Emergência Médica (SNAEM, I.P.).....807

Plano de Contingência para Emergências em Saúde Pública893

SECRETARIO DE ESTADO JUVENTUDE E DESPORTO:

Despacho N.º 1/SEJD/VI/2020

Delegação de competências sobre a Unidade de Aprovisionamento da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto893

AUTORIDADE NACIONAL DO PETRÓLEO E MINERAIS :

Anunsiu Publiku No. T/PRAC/2020/08

Taxa Selu ba Atividade Instalasaun no Operasaun ba Postu Rodaviariu ba Abastesimentu Kombustível946

Public of Notice No. T/PRAC/2020/08

Payment Received for Installation and Operation of Fuel Filling Stations Activity947

COMISSÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA :

Decisão N.º 3611/2020/PCFP até Decisão N.º 3610/2020/PCFP 849

Despacho Nº7040/2020/PCFP até Despacho Nº 7092/2020/PCFP991

Decisão nº 25/V/CA, de 17 de junho de 2020	Decisão nº 26/V/CA, de 17 de junho de 2020
Apreciação do Plano de Atividade no âmbito do orçamento extraordinário para financiar medidas de prevenção e combate ao COVID-19	Aprovação do Plano de Atividades de Apoio Extraordinário ao Funcionamento do Parlamento Nacional, financiado pelo PNUD e União Europeia
<p>A Lei N.º 12/2017 de 24 de Maio, Lei da Organização e Funcionamento da Administração Parlamentar (LOFAP), estabelece as competências dos órgãos da Administração do Parlamento Nacional.</p> <p>Nos termos do disposto no artigo 9º da LOFAP, compete ao Conselho de Administração decidir sobre todas as questões de política geral de gestão do Parlamento Nacional, competindo-lhe especialmente, nos termos da alínea a) do n.º 2 do referido artigo, pronunciar sobre as matérias que carecem de submissão ao Plenário para deliberação.</p> <p>A Lei N.º 2/2020, de 6 de abril, procedeu a autorização especial para a realização de transferência extraordinária do Fundo Petrolífero, com o objetivo de garantir, durante o período de vigência do regime duodecimal, condições financeiras suficientes para o funcionamento da Administração Pública e cobertura das despesas relativas às medidas de prevenção e combate ao COVID-19, concedendo ao Parlamento Nacional o valor de USD\$ 500.000 (quinhentos mil dólares americanos).</p> <p>Tendo em conta que a referida verba se destina ao desenvolvimento de políticas e programas no âmbito da prevenção e combate à COVID-19, o Conselho de Administração delibera não aprovar o Plano de Atividades do Secretariado Geral, no âmbito do referido orçamento extraordinário, remetendo a questão à apreciação do Plenário, para tomada de decisão política.</p> <p>Esta decisão foi adotada na 32ª reunião extraordinária do Conselho de Administração do Parlamento Nacional, realizada no dia 17 de junho de 2020.</p> <p>Publique-se.</p> <p>O Presidente do Parlamento Nacional,</p> <p><u>Aniceto Longuinhos Guterres Lopes</u></p> <p>A Secretária-Geral do Parlamento Nacional e Secretária do Conselho de Administração</p> <p><u>Cedelizia Faria dos Santos</u></p>	<p>A Lei N.º 12/2017 de 24 de Maio, Lei da Organização e Funcionamento da Administração Parlamentar (LOFAP), estabelece as competências dos órgãos da Administração do Parlamento Nacional.</p> <p>Nos termos do disposto no artigo 9º da LOFAP, compete ao Conselho de Administração decidir sobre todas as questões de política geral de gestão do Parlamento Nacional e sobre os meios necessários à sua execução.</p> <p>No âmbito da parceria existente entre a PNUD/União Europeia e o Parlamento Nacional de Timor-Leste, referente ao Programa de Fortalecimento Parlamentar para a Democracia Inclusiva, Desenvolvimento Participativo e Envolvimento Cívico, a PNUD e a União Europeia apresentaram uma proposta de apoio extraordinário ao Parlamento Nacional, para responder aos desafios causados pela Pandemia da COVID-19.</p> <p>Com as atividades apresentadas na referida proposta pretende-se solidificar a comunicação entre o Parlamento Nacional e os cidadãos, e assegurar meios tecnológicos que permitam reuniões remotas a partir do Parlamento Nacional e, ainda, promover campanhas de educação cívica relacionadas com questões de relevante importância social, despoletados pela crise causada pelo COVID-19, sendo tais atividades totalmente financiada pela PNUD e pela União Europeia, com o objetivo de amenizar os impactos causados pela Pandemia do COVID-19.</p> <p>Tendo em conta a pertinência da proposta apresentada, o Conselho de Administração delibera no sentido de aprovar o Plano de Atividades de Apoio Extraordinário ao Funcionamento do Parlamento Nacional, em parceria com o PNUD e a União Europeia, nos moldes constantes dos termos de referência, anexos integrantes da presente decisão.</p> <p>Esta decisão foi adotada na 32ª reunião extraordinária do Conselho de Administração do Parlamento Nacional, realizada no dia 17 de junho de 2020.</p> <p>Publique-se.</p> <p>O Presidente do Parlamento Nacional,</p> <p><u>Aniceto Longuinhos Guterres Lopes</u></p> <p>A Secretária-Geral do Parlamento Nacional e Secretária do Conselho de Administração</p> <p><u>Cedelizia Faria dos Santos</u></p>

2.	Naran Lisensiada	: Andika Lima Unipessoal, Lda
	Lokalizasaun ba Atividade	: Rua Dato, Liquica
	Taxa Lisença	: USD 2,200.00 (Rihun Rua no Atus Rua Dollar Amerikanu)
	Selu ba Periodu	: 08 Juñu 2020 – 07 Juñu 2021
	Selu ba Atividade	: Marketing – Instalasaun no Operasaun ba Postu Rodoviaru ba Abastesimentu Kombustível
	Numeru Resibu	: 00493
Public of Notice No. T/PRAC/2020/08		
Payment Received for Installation and Operation of Fuel Filling Stations Activity		
Pursuant to Article 14.1 of Decree Law no. 1/2012, of 1 February, on Downstream Sector, the Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais would like to make public Notice on the Fees resulted from payment of licensing fee. Below is the Licensee who paid fees.		
1.	Name of Licensee	: Nusabe III Unipessoal, Lda
	Location of Activity	: Hudi Laran, Aisirimou, Aileu
	License Fee	: USD 2,200.00 (Two Thousand and two hundred American Dollars)
	Payment for Period	: 04 June 2020 – 03 June 2021
	Payment for Activity	: Marketing – Installation & Operation of Fuel Filling Station
	Receipt Number	: 00490
2.	Name of Licensee	: Andika Lima Unipessoal, Lda
	Location of Activity	: Rua Dato, Liquica
	License Fee	: USD 2,200.00 (Two Thousand and two hundred American Dollars)
	Payment for Period	: 08 June 2020 – 07 June 2021
	Payment for Activity	: Marketing – Installation & Operation of Fuel Filling Station
	Receipt Number	: 00493

Jornal da República	
Administração do Parlamento Nacional, realizada no dia 25 de junho de 2020.	Resolução do Parlamento Nacional N.º 4/2010, de 10 de Fevereiro que Regula a Subvenção Anual às Bancadas Parlamentares, estabeleceu no artigo 2º, que “A <i>subvenção anual destina-se a apoiar as bancadas parlamentares a fazer face às despesas com o pessoal de apoio, encargos de assessoria aos deputados, despesas de funcionamento dos escritórios das bancadas e para a realização de outros fins legais relacionados com o papel das bancadas parlamentares</i> ”.
Publique-se.	
O Presidente do Parlamento Nacional,	
<u>Aniceto Longuinhos Guterres Lopes</u>	
A Secretária-Geral do Parlamento Nacional e Secretária do Conselho de Administração	Tendo em conta que uma das tarefas essenciais desempenhadas pelas bancadas é o contacto que estabelecem com o eleitorado, e uma vez que a maior parte desse contacto é feito durante o período de recesso dos trabalhos no Parlamento Nacional, não se encontrando tal atividade claramente prevista na Resolução do Parlamento Nacional N.º 4/2010, de 10 de Fevereiro, considera-se haver necessidade de um reforço à subvenção anual atribuída às Bancadas Parlamentares, de forma a permitir a execução de tal tarefa.
<u>Cedelizia Faria dos Santos</u>	
Nestes termos, o Conselho de Administração decide atribuir uma verba no valor de 80USD (oitenta dólares americanos) por cada dia de atividade efetiva, para cada Deputado, não podendo ultrapassar o valor total de 2000USD (dois mil dólares americanos). A presente verba para a realização de contatos com o eleitorado, durante o período de recesso, deve ser transferida para a conta bancária de cada Bancada Parlamentar que fará a gestão da mesma.	
Esta decisão foi adotada na 13ª reunião ordinária do Conselho de Administração do Parlamento Nacional, realizada no dia 25 de junho de 2020.	
Publique-se.	
O Presidente do Parlamento Nacional,	
<u>Aniceto Longuinhos Guterres Lopes</u>	
<u>Aniceto Longuinhos Guterres Lopes</u>	
A Lei N.º 12/2017 de 24 de Maio, Lei da Organização e Funcionamento da Administração Parlamentar (LOFAP), estabelece as competências dos órgãos da Administração do Parlamento Nacional.	
Nos termos do disposto no artigo 9º da LOFAP, compete ao Conselho de Administração decidir sobre todas as questões de política geral de gestão do Parlamento Nacional e sobre os meios necessários à sua execução.	
O n.º 1 do artigo 71º da LOFAP estabelece que as bancadas parlamentares têm direito a subvenção anual, cujos critérios de atribuição são definidos por resolução do Parlamento Nacional, sob proposta do Conselho de Administração.	
As Bancadas têm os poderes e direitos previstos nos termos do artigo 13º do Regimento do Parlamento Nacional, pelo que necessitam de assistência técnica adequada, apoio administrativo, local de trabalho e outros meios indispensáveis para desempenhar as suas funções.	
Para permitir o desempenho eficiente dessas funções, a	<u>Cedelizia Faria dos Santos</u>

Jornal da República	
Despacho n.º 7091/2020/PCFP	
quadro do Ministério da Solidariedade Social e Inclusão para prestar apoios no Ministério da Administração Estatal, na Autoridade Municipal de Ermera, com os efeitos desde 05 de fevereiro de 2020.	Considerando a justificação sobre a disponibilidade da verba orçamental da AIFAESA para efetuar o pagamento do suplemento aos ocupantes dos cargos para os próximos meses.
Publique-se.	
Díli, 11 de março de 2020	
<u>Faustino Cardoso Gomes</u> Presidente da CFP	
<u>Faustino Cardoso Gomes</u> Presidente da CFP	
Despacho n.º 7090/2020/PCFP	
Considerando as informações do ofício de referência 93/MOP/IGE-IP/III/2020, que solicitou a reintegração do funcionário ao serviço após a licença anteriormente concedida.	Considerando que nos termos do circular número 02/VIII/GMF/2020-01, emitido pelo Ministério das Finanças, sobre a execução do orçamento duodécimo de 2020, pode efetuar pagamentos retroativos desde que a instituição tenha verba orçamental suficiente para o efeito.
Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.	Considerando que foi feita a homologação aos cargos de direção e chefia da AIFAESA pelo período desde janeiro de 2020, sob a decisão 3484/2020/PCFP, entretanto, foi emitida a decisão no período posterior à data início dos efeitos. Considerando que um acto administrativo pode ter efeitos retroativos se a retroatividade seja favorável para os interessados e não lese direitos ou interesses legalmente protegidos de terceiros, desde que à data a que se pretende fazer remontar a eficácia do acto já existissem os pressupostos justificativos da retroatividade, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei 32/2008, de 27 de Agosto.
Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.	Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei anterirmente citada;
Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.	Considerando a alínea e) da decisão número 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP para autorizar o pagamento de suplementos salariais.
Considerando a delegação de competências ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.	Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão de delegação acima referida, decide:
Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão de delegação acima, decide:	AUTORIZAR o pagamento de suplementos dos cargos aos ocupantes da AIFAESA, referentes ao período de janeiro de 2020, como adiante:
REINTEGRAR o TA/E Gregório Guterres aos quadros da Função Pública, determinando o seu retorno ao Instituto de Gestão dos Equipamentos, com os efeitos desde 02 de março de 2020.	
Publique-se.	Publique-se.
Díli, 11 de março de 2020.	Díli, 11 de março de 2020.
<u>Faustino Cardoso Gomes</u> Presidente da CFP	
<u>Faustino Cardoso Gomes</u> Presidente da CFP	

Jornal da República	
Considerando a alínea c) da decisão 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP para conceder licenças aos funcionários públicos.	das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, e atendendo ao disposto na decisão de delegação acima, decide:
Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima citada, decide:	CONCEDER aos funcionários do quadro do Ministério da Agricultura e Pescas a licença com vencimentos para fins de formação, pelo período de seis meses, desde janeiro até junho de 2020, como adiante: 1. Albino Ribeiro; 2. Rui Amaral Pereira; e 3. Paulina Maria de Almeida Viera.
CONCEDER ao TA/E Carlito A. Franklin, funcionário do quadro do SCFP, a licença sem vencimentos pelo período de seis meses, com os efeitos desde 23 de março até 23 de agosto de 2020.	
Publique-se	Publique-se.
Dili, 10 de março de 2020	Dili 10 de março de 2020
Faustino Cardoso Gomes Presidente da CFP	Faustino Cardoso Gomes Presidente da CFP
Despacho n.º 7088/2020/PCFP	
Considerando as informações do ofício 106/GSG/II/2020, do Ministério da Agricultura e Pesas, que solicitou a licença aos funcionários para fins de participar na formação de língua Inglesa na Nova-Zelandia.	Despacho n.º 7089/2020/PCFP
Considerando o parecer favorável da Direção Nacional de Formação e Desenvolvimento do SCFP.	Considerando as informações do ofício 13/DGAF-MSSI/III/2020, do MSSI, que solicitou destacar funcionária do quadro do MSSI para o MAE, em razão do desempenho de cargo na Autoridade Municipal de Ermera, nos termos da decisão 3481/2020/CFP.
Considerando que o objecto do evento de capacitação é de relevância para o desenvolvimento nacional.	Considerando que o funcionário público nomeado para cargo cargo é garantido o direito à transferência, requisição ou destacamento, bem como o direito à remuneração e outras regalias da carreira de origem, conforme o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho.
Considerando que pode ser concedida ao funcionário licença com vencimentos para fins de estudo, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei 38/2012, de 1 de agosto;	Considerando o disposto no artigo 31.º da Lei n.º 8/2004 de 16 de junho, com a redação dada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho, que aprovou o Estatuto da Função Pública.
Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder licença com vencimentos para fins de estudos, nos termos da decisão n.º 19/2009, de 22 de Outubro e do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho.	Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.
Considerando o que dispõe o artigo 53.º, inciso I , “f”, do Estatuto da Função Pública.	Considerando a decisão n.º 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal os poderes da CFP.
Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.	Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima citada, decide:
Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.	Destacar a TP/D Manuela Oliveira Martins, funcionária do
Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso	

Jornal da República
Despacho Ministerial N.º 100/GM-MESCC/VI/2020
Declaração de Reativação das Atividades Letivas das Instituições do Ensino Superior
Considerando que o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura é o órgão do Governo responsável de planear um sistema de análise e monitorização, de modo a avaliar os resultados e os impactos das políticas do ensino superior nos termos do disposto nos n.º 2, al. g) do artigo 2.º da Orgânica do ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura , aprovado pelo Decreto-Lei n.º 2/2019, de 5 de março;
Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou a situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, em 30 de janeiro de 2020, bem como a classificação do Vírus SARS-CoV-2 como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020;
Considerando as diversas declarações do Estado de Emergência em todo o território nacional, no período de março a junho, devido à necessidade de serem tomadas medidas de prevenção da propagação do vírus;
Tendo em consideração que o artigo 19.º do Decreto do Governo n.º 29/2020 de 29 de maio, que aprovou as medidas de execução da declaração do Estado de Emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 35/2020, de 27 de maio, define que os estabelecimentos de ensino pré-escolar, de ensino básico, de ensino secundário, de ensino superior e de formação profissional ou técnico-vocacional podem realizar atividades letivas em regime presencial, desde que cumpram as normas técnicas aprovadas pelo Ministério da Saúde em coordenação com os departamentos governamentais relevantes.
Considerando os resultados da avaliação realizada às Instituições de Ensino Superior por uma equipa técnica, composta por elementos do Ministério da Saúde e do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, para aferir o cumprimento das normas técnicas aprovadas pelo Ministério da Saúde.
Assim, o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Cultura, no uso das competências próprias previstas no artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 2/2019, de 5 de março (Orgânica do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura), e no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho, segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 14/2018, de 17 de agosto (Orgânica do VIII Governo Constitucional) determina o seguinte:
<div>1. Autorizar a reativação das atividades letivas em regime presencial das Instituições do Ensino Superior conforme a tabela do <i>anexo 1</i>.</div> <div>2. O presente despacho produz efeitos imediatamente.</div>
Cumpra-se.
Díli, 24 de junho de 2020
O Ministro do Ensino Superior, Ciência e Cultura
<div><div></div><div>Dr. Longuinhos dos Santos</div></div>

Anexo 1

N.º	Nome	Reativação
1	Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL)	Imediata
2	Universidade de Díli (UNDIL)	Imediata
3	Universidade da Paz (UNPAZ)	Depois de cumprir os seguintes critérios: <ul style="list-style-type: none">• Apresentar um Plano de Distanciamento Social ou Físico;• Melhorar as condições para higienização das mãos;• Disponibilizar informações no “<i>campus</i>” sobre o COVID-19;• Disponibilizar <i>Handy Thermometer Scanner</i> digital para medir a temperatura.
4	Universidade Oriental Timor Lorosa'e (UNITAL)	Imediata
5	Instituto Politécnico de Betano (IPB)	Imediata
6	Dili Institute of Technology (DIT)	Imediata
7	East Timor Coffee Institute (ETCI)	Depois de cumprir os seguintes critérios: <ul style="list-style-type: none">• Apresentar um Plano de Distanciamento Social ou Físico;• Melhorar as condições para higienização das mãos;• Disponibilizar informações no “<i>campus</i>” sobre o COVID-19;• Disponibilizar <i>Handy Thermometer Scanner</i> digital para medir a temperatura.
8	Institute of Business (IOB)	Imediata
9	Instituto Boaventura Timor-Leste (IBTL)	Depois de cumprir os seguintes critérios: <ul style="list-style-type: none">• Apresentar um Plano de Distanciamento Social ou Físico;• Melhorar as condições para higienização das mãos;• Disponibilizar informações no “<i>campus</i>” sobre o COVID-19;• Disponibilizar <i>Handy Thermometer Scanner</i> digital para medir a temperatura.
10	Instituto Católico Formação de Professores (ICFP)	Imediata
11	Instituto Ciências da Saúde (ICS)	Imediata
12	Instituto de Ciências Religiosas (ICR)	Imediata
13	Instituto Filosófico S. Francisco de Sales (IFFS)	Imediata
14	Instituto Profissional de Canossa (IPDC)	Imediata
15	Instituto S. João de Brito (ISJB)	Imediata
16	Instituto Superior Cristal (ISC)	Imediata
17	Instituto Superior de Filosofia e Teologia (ISFIT)	Imediata
18	João Saldanha Institute (JSI)	Imediata

NOTA:

1. O Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura reitera a importância de se cumprirem as normas técnicas aprovadas pelo Ministério da Saúde, com especial atenção para o distanciamento físico e social, o uso de máscaras e a higienização das mãos.
2. O Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura e o Ministério da Saúde irão proceder à monitorização regular do cumprimento das normas técnicas.

Considerando as regras e condições para a constituição e composição do painel de júri no processo de recrutamento, seleção de pessoal e promoção no âmbito da Administração Pública, contida na Orientação nr. 11/CFP/2017.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, contida na alínea b) da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão de delegação acima citada, decide:

1. FIXAR a composição dos membros do painel de júri para o processo de seleção por mérito aos três cargos de direção na UNTL, como adiante:

a) Armindo Leto Fátima, da UNTL - Presidente do Júri;

b) Luízinha Sarmento de Araújo, da UNTL – Vogal

c) Agostinho Quelo, da UNTL – Vogal;

d) Fátima Odete C. Monteiro, da UNTL, – Vogal; e

e) Maria da Costa Oliveira, da CFP – Vogal.

2. DETERMINAR a abertura do concurso e entregar as operações ao presidente do júri.

Publique-se

Díli, 10 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho n.º 7086/2020/PCFP

Considerando as informações do ofício, cuja referência n.º 225/GMEPECM/III/2020, da PCM, que apresentou para que seja feita a transferência definitiva de funcionária do quadro da PCM para o SCFP.

Considerando que a TS B Maria Inês da Conceição Sequeira Afonso dos Santos, através do despacho n.º 5960/2019/PCFP, foi destacada do quadro da PCM para o SCFP.

Considerando o disposto no artigo 31.º da Lei n.º 8/2004 de 16 de junho, com a redação dada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho, que aprovou o Estatuto da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública

decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando a decisão n.º 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima citada, decide:

Transferir a TS/B Maria Inês da Conceição Sequeira Afonso dos Santos, do quadro de pessoal da Presidência do Conselho de Ministros para integrar definitivamente o quadro do Secretariado da Comissão da Função Pública.

Publique-se.

Díli, 10 de março de 2020

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho Nº 7087/2020/PCFP

Considerando o requerimento de funcionário apresentado para fins de solicitar a autorização da licença sem vencimentos, pelo período de seis meses.

Considerando que a licença sem vencimentos pode ser concedida ao funcionário, com pelo menos três anos de serviços prestados, sendo não se encontra instaurado o processo disciplinar, bem como não há qualquer impedimento quanto à conveniência do serviço.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças sem vencimentos, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/201 I, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento.

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Despacho nº 7083/2020/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelo DCFP, sobre o afastamento de contratado em razão da licença de maternidade.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que a Lei 12/2016, de 14 de novembro e sua regulamentação posterior determina que a remuneração da trabalhadora durante a licença de maternidade é assegurada pelo Regime Contributivo de Segurança Social.

Considerando a decisão 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima citada, decide:

1. **SUSPENDER** o contrato a termo certo de Ivônia Maria do Céu Costa Bossa, durante o período desde 12 de fevereiro de 2020 a 18 de maio de 2020, em razão da concessão de licença-maternidade.
2. **DETERMINAR** que o SCFP comunique a suspensão dos vencimentos ao INSS para efeitos de pagamento do benefício correspondente pela Segurança Social.

Publique-se.

Dili, 9 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima, decide:

AUTORIZAR o ajustamentos, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, o contrato de trabalho sob a rubrica de salários e vencimentos dos agentes da Administração Pública adiante para prestar serviços no Ministério do Petróleo e Minerais, pelo período desde 03 de fevereiro até 31 de dezembro de 2020, como adiante:

NOME	Categoria	PMIS	Remuneração
Antonio Profeta dos Santos	Ass/G	42226-6	\$150.00
Martinha Celeste	Ass/G	42225-8	\$150.00
Delfim do Sacramento	Ass/G	42227-4	\$150.00

Publique-se.

Dili, 9 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho n.º 7084/2020/PCFP

Considerando as informações do ofício 06/DNRH/II/2020, do Ministério do Petróleo e Minerais, que solicitou a mudança de escalão salarial dos funcionários contratados, tendo em conta o índice salarial do regime da carreira geral da Função Pública.

Considerando que o ajustamento salarial feito nos termos do decreto-lei 24/2016, de 29 de junho, ficou considerado e ajustado o pagamento de salários aos funcionários integrantes na categoria de Assistente do grau G escalão 1 para o escalão 2.

Considerando que o contrato a termo certo é o acordo bilateral pelo qual é contratada uma pessoa não integrada no quadro legal para a satisfação de uma necessidade transitória com caráter de subordinação, sendo de duração determinada, segundo o artigo 27.º do Estatuto da Função Pública;

Despacho nº 7085/2020/PCFP

Considerando a informação do ofício 055/UNTL/R/II/2020, da UNTL, que solicitou a constituição dos membros do painel de júri para o processo de seleção por mérito aos três cargos de direção na instituição.

Considerando a nota interna n.º 35/DNFTMFP/SKFP/III/2020, que apresentou a proposta dos membros do painel.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que os membros do painel de júri são designados pela CFP, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei 22/2011, de 8 de junho.

Despacho Ministerial N.º 101/GM-MESCC/VI/2020

Autoriza a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL) a conferir o grau académico aos estudantes que concluíram, em 2015, o curso autorizado e que constam das listas de graduação

Considerando que foi concedida à **Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL)** a prorrogação no segundo ciclo da acreditação institucional, nos termos e para os efeitos do disposto no Diploma Ministerial n.º 25/GM-MEC/VI/2018, de 4 de Julho, (Primeira alteração ao Diploma Ministerial n.º 23/GM-ME/IV/2017, de 10 de Maio, que concede acreditação institucional à Universidade Nacional Timor-Lorosa'e, para o período de 2016 a 2020);

Considerando que, nos termos do artigo 2.º do diploma acima mencionado, a UNTL foi autorizada a ministrar os cursos superiores de bacharelato e licenciatura previstos nessa disposição legal, bem como a conferir os respectivos graus académicos;

Em atenção ao despacho do Pró-Reitor da Universidade Nacional Timor Lorosa'e, com o n.º 31/UNTL/PRAA/VI/2020, sobre a lista de graduados do INFORDEPE - esclarecimento.

Assim, o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Cultura, ao abrigo do disposto no artigo 11.º, n.º 2, alínea h) e no n.º 7 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 8/2010, de 19 de janeiro, (Regime Jurídico dos Estabelecimento de Ensino Superior), conjugado com o disposto nos artigos 2.º e 5.º do Diploma Ministerial n.º 25/GM-MEC/VI/2018, de 4 de Julho, (primeira alteração ao Diploma Ministerial n.º 23/GM-ME/IV/2017, de 10 de maio), decide:

1. Aprovar as listas de graduação da Faculdade de Educação, Artes e Humanidades, Departamento de Formação de Professores do Ensino Básico.
2. Autorizar a publicação das listas mencionadas no número anterior na sua totalidade, em anexo, fazendo parte integrante do presente despacho, delas constando o nome completo, o lugar e a data de nascimento do graduado, bem como o curso, o número de registo, o grau académico a atribuir e a classificação final obtida.
3. O disposto no presente Despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Publique-se.

Díli, 29 de junho de 2020

O Ministro do Ensino Superior, Ciência e Cultura

Dr. Longuinhas dos Santos

DESPACHODO REITOR
UNIVERSIDADE NACIONAL TIMORLOROSA'E
NO. 205/UNTL/R/XII/2015

SOBRE
A REALIZAÇÃO DA GRADUAÇÃO, DE DEZEMBRO DE 2015
FACULDADE DE EDUCAÇÃO, ARTESE HUMANIDADES

Nu.	Naran	NRE	Numero	Grau Académico	IPC	Predicato
Departamento de Formação de Professores do Ensino Básico(INFORDEPE)						
1	Brandolino de Andrade Inacio Pinto	11.c.07.078	11.c.07.078	Licenciado em Educação	3.55	Excelente
2	Recardina Amaral dos Santos	11.c.07.289	11.c.07.289	Licenciada em Educação	3.50	Excelente
3	Susana da Costa Ximenes Belo	11.c.07.310	11.c.07.310	Licenciada em Educação	3.48	Muito Bom
4	Domingos Marques	11.c.07.105	11.c.07.105	Licenciado em Educação	3.43	Muito Bom
5	Remigio Silva da Costa	11.c.07.291	11.c.07.291	Licenciado em Educação	3.43	Muito Bom
6	Armando Sali Colo	11.c.07.060	11.c.07.060	Licenciado em Educação	3.35	Muito Bom
7	Jónio Afonso dos Santos	11.c.07.186	11.c.07.186	Licenciado em Educação	3.27	Muito Bom
8	Samuel Ribeiro	11.c.07.300	11.c.07.300	Licenciado em Educação	3.27	Muito Bom
9	Henriqueta Maria Marques Soares	11.c.07.145	11.c.07.145	Licenciada em Educação	3.26	Muito Bom
10	Marcos Pinto	11.c.07.229	11.c.07.229	Licenciado em Educação	3.24	Muito Bom
11	Lídia Ascensão da Costa Boavida	11.c.07.212	11.c.07.212	Licenciada em Educação	3.23	Muito Bom
12	Monica da Costa França	11.c.07.257	11.c.07.257	Licenciada em Educação	3.22	Muito Bom
13	Arnaldo Correia	11.c.07.062	11.c.07.062	Licenciado em Educação	3.20	Muito Bom
14	Paulino Simões	11.c.07.279	11.c.07.279	Licenciado em Educação	3.20	Muito Bom
15	Leovegildo Malik Dila	11.c.07.211	11.c.07.211	Licenciado em Educação	3.17	Muito Bom
16	Jacinta Teresinha Siga	11.c.07.162	11.c.07.162	Licenciada em Educação	3.17	Muito Bom
17	Clarinha da Costa Rebelo	11.c.07.091	11.c.07.091	Licenciada em Educação	3.14	Muito Bom
18	Senorinha Pires	11.c.07.305	11.c.07.305	Licenciada em Educação	3.14	Muito Bom
19	Amorin da Conceição	11.c.07.041	11.c.07.041	Licenciado em Educação	3.13	Muito Bom
20	Guilhermina Xavier Coelho	11.c.07.143	11.c.07.143	Licenciada em Educação	3.10	Muito Bom
21	Silvina Soares	11.c.07.308	11.c.07.308	Licenciada em Educação	3.10	Muito Bom
22	Aliança Freitas Monteiro	11.c.07.038	11.c.07.038	Licenciada em Educação	3.10	Muito Bom
23	Raquel Teixeira Fernandes	11.c.07.288	11.c.07.288	Licenciado em Educação	3.10	Muito Bom
24	Bárbara dos Reis Fátima	11.c.07.069	11.c.07.069	Licenciada em Educação	3.09	Muito Bom
25	Belita Pereira Sarmento	11.c.07.071	11.c.07.071	Licenciada em Educação	3.08	Muito Bom
26	Judite de Araújo Francisca	11.c.07.193	11.c.07.193	Licenciada em Educação	3.07	Muito Bom
27	Agripina Borges da Silva	11.c.07.030	11.c.07.030	Licenciada em Educação	3.06	Muito Bom
28	Belínia Pereira Sarmento	11.c.07.070	11.c.07.070	Licenciada em Educação	3.06	Muito Bom

Considerando a alínea c) da decisão 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP para conceder licenças aos funcionários públicos.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima citada, decide:

CONCEDER ao Mendes Salvador, funcionário do MSSI de Bobonaro, a licença sem vencimentos pelo período de dois anos, com os efeitos desde 01 de abril de 2020 até 31 de março de 2022.

Publique-se

Dili, 09 de março de 2020

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho n.º 7082/2020/PCFP

Considerando a informação apresentada através dos ofícios n.º 31/SMA-Lautem/III/2020, que solicitou a extensão do contrato dos agentes da Administração Pública da direção municipal de Agricultura do município de Lautem, pelo período de 01 até 31 de março de 2020.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho estabelece os critérios e condições para a contratação de agentes da Administração Pública.

Considerando a delegação de competências da CFP ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão acima, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 22/ 2011, de 08 de junho a extensão do contrato de trabalho sob a rubrica de salários e vencimentos dos agentes da Administração Pública, para prestar serviços nas atividades da Administração do Município de Lautem, pelo período de 1 até 31 de março de 2020, como adiante

No	NOME	No.Pmis	Equiparação
1.	Eduardo Baptista Belo	40589-2	TP/D Esc 1
2.	Anteiro Hendrigues	32627-5	TP/D Esc 1
3.	Marselo M. Meneses	41492-1	TP/D Esc 1
4.	Donacio da Conceicao	41379-8	TP/D Esc 1
5.	Joao Hendrique	30628-2	TA/E Esc 1
6.	Florencio Soares	30627-4	TA/E Esc 1
7.	Reinaldo da Costa Henriques	30523-5	Asst F Esc 1
8.	Acacio da Costa	30579-0	Asst F Esc 1
9.	Nemezio Manuel Quintas Alves	29286-9	Asst F Esc 1
10.	Julio da Costa Hendriques	30516-2	Asst F Esc 1
11.	Lourenco Clau	30518-9	Asst F Esc 1
12.	Orlando Ximenes	30521-9	Asst F Esc 1
13.	Alfredo dos Santos	30502-2	Asst F Esc 1
14.	Americo Fernandes	30504-9	Asst F Esc 1
15.	Julio da Costa	30514-6	Asst F Esc 1
16.	Dinis Pereira	30582-0	Asst F Esc 1
17.	Fernando da Silva	30510-3	Asst F Esc 1
18.	Ermenegildo da Costa	30509-0	Asst F Esc 1
19.	Anacleto Xavier	29288-5	Asst F Esc 1
20.	Paulo da Costa	30522-7	Asst F Esc 1
21.	Armindo dos Santos	30508-1	Asst F Esc 1
22.	Gracindo dos Santos	30512-0	Asst F Esc 1
23.	Lucio da Fonceca	30519-7	Asst F Esc 1
24.	Nuno dos Santos	30520-0	Asst F Esc 1
25.	Julio dos Santos	30515-4	Asst F Esc 1
26.	Vicente Pinto	30526-0	Asst F Esc 1
27.	Azino Monteiro	29284-2	Asst F Esc 1
28.	Januario Porto de Barros	30513-8	Asst F Esc 1
29.	Alberto Dias	30503-0	Asst F Esc 1
30.	Livio da Costa	29289-3	Asst F Esc 1
31.	Antonio da Costa	30506-5	Asst F Esc 1
32.	Vicente Mota	30525-1	Asst F Esc 1
33.	Albano da Cruz	30577-4	Asst F Esc 1
34.	Arlindo Dias Quintas	30507-3	Asst F Esc 1
35.	Adao Pinto	30576-6	Asst F Esc 1
36.	Karlito Loves	30517-0	Asst F Esc 1
37.	Mateus dos Santos	30371-2	Asst F Esc 1
38.	Afonso de Sousa	30372-0	Asst F Esc 1
39.	Egas dos Santos	30373-9	Asst F Esc 1
40.	Sebastiao da Costa	30374-7	Asst F Esc 1
41.	Deolindo dos Santos	30375-5	Asst F Esc 1
42.	Tiago Bandeira das Dores	30524-3	Asst F Esc 1
43.	Erlindo Cardoso da Silva	40601-5	Asst F Esc 1
44.	Marcos Correia	40583-3	Asst F Esc 1
45.	Armindo dos Reis	32378-0	Asst G Esc 1
46.	Simao de Jesus Moreira	32373-0	Asst G Esc 1
47.	Jose Pinto	32377-2	Asst G Esc 1
48.	Mariano da Costa	31975-9	Asst G Esc 1
49.	Amron Ramos Costa	40596-5	Asst G Esc 1

Publique-se

Dili, 09 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Considerando que os membros do painel de júri são designados pela CFP, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei 22/2011, de 8 de junho.

Considerando as regras e condições para a constituição e composição do painel de júri no processo de recrutamento, seleção de pessoal e promoção no âmbito da Administração Pública, contida na Orientação nr. 11/CFP/2017.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, contida na alínea b) da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

1. ALTERAR a composição dos membros do painel de júri para o processo de recrutamento de profissionais seniores no ano de 2019, como adiante:
- a) Miguel Pereira de Carvalho, da PDHJ - Presidente do Júri;

b) José Telo Soares Cristóvão, da CFP - Vogal

c) Luís de Oliveira Sampaio, da CAC - Vogal

d) Flávio Cardoso Neves, da APORTIL - Vogal;

e) Maria Domingas Fernandes Alves – Vogal;

f) Jacinta Bernardo – Vogal;

g) Afonso Soares, da CFP - Suplente;

2. Determinar o prosseguimento do concurso.

Publique-se

Dfli, 6 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho N.º 7080/2020/CFP

Considerando que compete à Comissão da Função Pública instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando a informação do Ministério da Saúde, apresentado pelo Diretor Executivo do HNGV, sob o ofício de referência n.º 125 GAB-DE/HNGV/III/2020;

Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte de funcionário, quando deixou de cumprir com o dever de assiduidade no local de trabalho;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública a instauração de procedimento administrativo disciplinar, em razão da delegação contida na deliberação n.º 35/2017, de 20 de Novembro, da Comissão da Função Pública;

Assim, o Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a deliberação da delegação acima citada, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta de Imaculata Vivian Rubyanti, funcionário profissional de saúde do MS-HNGV;
2. Designar o Diretor Nacional de Disciplina Ética e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Dili, 16 de março de 2020

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Despacho Nº 7081/2020/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício 11/GDGAF/MSSI/III/2020, que solicitou a licença sem vencimentos ao funcionário pelo período de dois anos.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças sem vencimentos, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento.

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

29	Nélia da Silva	11.c.07.264	11.c.07.264	Licenciada em Educação	3.06	Muito Bom
30	Justino de Jesus Freitas	11.c.07.200	11.c.07.200	Licenciado em Educação	3.06	Muito Bom
31	Joel Luteiro	11.c.07.185	11.c.07.185	Licenciado em Educação	3.05	Muito Bom
32	Eduarda de Jesus Amaral	11.c.07.110	11.c.07.110	Licenciada em Educação	3.02	Muito Bom
33	Virgínia Titi Barbosa dos Santos	11.c.07.322	11.c.07.322	Licenciada em Educação	3.02	Muito Bom
34	Domingos Manuel Duarte	11.c.07.104	11.c.07.104	Licenciado em Educação	3.01	Muito Bom
35	Sara Julivencia Rangel	11.c.07.303	11.c.07.303	Licenciada em Educação	3.00	Muito Bom
36	Ana Paula Ximenes Amaral	11.c.07.045	11.c.07.045	Licenciada em Educação	3.00	Muito Bom
37	Angelina da Costa Caklas	11.c.07.048	11.c.07.048	Licenciada em Educação	3.00	Muito Bom
38	Fabiana Teresa da Costa	11.c.07.121	11.c.07.121	Licenciada em Educação	3.00	Muito Bom
39	Guido Mendonça	11.c.07.142	11.c.07.142	Licenciado em Educação	3.00	Muito Bom
40	Leónia Bosco Ximenes	11.c.07.208	11.c.07.208	Licenciada em Educação	3.00	Muito Bom
41	Rosalina Pinto	11.c.07.296	11.c.07.296	Licenciada em Educação	3.00	Muito Bom
42	Xisto Sonet Colo	11.c.07.323	11.c.07.323	Licenciado em Educação	2.97	Bom
43	Zélia de Fátima Asqueli	11.c.07.326	11.c.07.326	Licenciada em Educação	2.96	Bom
44	Marcelino Maria Soares	11.c.07.226	11.c.07.226	Licenciado em Educação	2.95	Bom
45	Augusto Xavier	11.c.07.065	11.c.07.065	Licenciado em Educação	2.94	Bom
46	Zélia Soares	11.c.07.327	11.c.07.327	Licenciada em Educação	2.94	Bom
47	Maria Amaral	11.c.07.231	11.c.07.231	Licenciada em Educação	2.94	Bom
48	Jaine de Jesus Lobato	11.c.07.165	11.c.07.165	Licenciado em Educação	2.92	Bom
49	Júlio Cesar Agosto Timo	11.c.07.196	11.c.07.196	Licenciado em Educação	2.92	Bom
50	José Luís Mendonça	11.c.07.187	11.c.07.187	Licenciado em Educação	2.91	Bom
51	Aniceto Alberto	11.c.07.051	11.c.07.051	Licenciado em Educação	2.91	Bom
52	Dortela dos Santos Marçal de Araújo	11.c.07.107	11.c.07.107	Licenciada em Educação	2.91	Bom
53	Eustáquio Bosco Madeira Soares	11.c.07.117	11.c.07.117	Licenciado em Educação	2.91	Bom
54	Hélio Ximenes da Costa	11.c.07.144	11.c.07.144	Licenciado em Educação	2.90	Bom
55	Joaninho Freitas	11.c.07.177	11.c.07.177	Licenciado em Educação	2.90	Bom
56	Octaviana Cárceres Cardoso	11.c.07.267	11.c.07.267	Licenciada em Educação	2.90	Bom
57	Ilda Eni Pinto	11.c.07.151	11.c.07.151	Licenciada em Educação	2.90	Bom
58	Jacinta Gusmão Ornai Neto	11.c.07.161	11.c.07.161	Licenciada em Educação	2.90	Bom
59	Ana Romana de Jesus	11.c.07.046	11.c.07.046	Licenciada em Educação	2.89	Bom
60	Verónica da Costa	11.c.07.317	11.c.07.317	Licenciada em Educação	2.89	Bom
61	João Maver Martins	11.c.07.182	11.c.07.182	Licenciado em Educação	2.88	Bom
62	Ana Bela Baptista	11.c.07.042	11.c.07.042	Licenciada em Educação	2.88	Bom
63	Camila da Costa Babo	11.c.07.080	11.c.07.080	Licenciada em Educação	2.87	Bom
64	Jaime Amaral	11.c.07.164	11.c.07.164	Licenciado em Educação	2.87	Bom
65	Felisberto dos Santos	11.c.07.123	11.c.07.123	Licenciado em Educação	2.84	Bom

66	Jacinta dos Santos	11.c.07.160	11.c.07.160	Licenciada em Educação	2.83	Bom
67	Joanita dos Santos	11.c.07.178	11.c.07.178	Licenciado em Educação	2.83	Bom
68	Maria Leonor	11.c.07.242	11.c.07.242	Licenciada em Educação	2.83	Bom
69	Romana Vieira Sampaio	11.c.07.294	11.c.07.294	Licenciada em Educação	2.83	Bom
70	Armandina Liberata Alves	11.c.07.059	11.c.07.059	Licenciada em Educação	2.82	Bom
71	Gaspar Soares Pereira	11.c.07.138	11.c.07.138	Licenciado em Educação	2.82	Bom
72	Mariana da Silva	11.c.07.249	11.c.07.249	Licenciada em Educação	2.82	Bom
73	Lúcia de Jesus Martins	11.c.07.220	11.c.07.220	Licenciada em Educação	2.82	Bom
74	Agustinho de Jesus Salsinha	11.c.07.029	11.c.07.029	Licenciado em Educação	2.81	Bom
75	Lola Pereira Sarmento	11.c.07.217	11.c.07.217	Licenciada em Educação	2.80	Bom
76	Maria Maculada Simões	11.c.07.244	11.c.07.244	Licenciada em Educação	2.80	Bom
77	Flávio Nico da Costa	11.c.07.130	11.c.07.130	Licenciado em Educação	2.80	Bom
78	Izac Salsinha Soares	11.c.07.159	11.c.07.159	Licenciado em Educação	2.80	Bom
79	Lourença Soares	11.c.07.219	11.c.07.219	Licenciada em Educação	2.80	Bom
80	Santina de Fátima	11.c.07.302	11.c.07.302	Licenciada em Educação	2.79	Bom
81	Engracia Carolina Martins	11.c.07.113	11.c.07.113	Licenciada em Educação	2.78	Bom
82	Alexandrina dos Santos Viana	11.c.07.037	11.c.07.037	Licenciada em Educação	2.78	Bom
83	Anita da Silva Pereira	11.c.07.052	11.c.07.052	Licenciada em Educação	2.77	Bom
84	Lázaro José Manuel Marçal	11.c.07.204	11.c.07.204	Licenciado em Educação	2.77	Bom
85	Lídia Maria Barbosa Soares	11.c.07.213	11.c.07.213	Licenciada em Educação	2.75	Bom
86	Salvador Pereira	11.c.07.299	11.c.07.299	Licenciado em Educação	2.75	Bom
87	Januário Simão	11.c.07.167	11.c.07.167	Licenciado em Educação	2.74	Bom
88	Antonieta da Costa Fátima	11.c.07.054	11.c.07.054	Licenciada em Educação	2.71	Bom
89	Jaime Mendonça Pires	11.c.07.166	11.c.07.166	Licenciado em Educação	2.71	Bom
90	Júlio Sarmento da Costa	11.c.07.199	11.c.07.199	Licenciado em Educação	2.71	Bom
91	Casimiro Soares	11.c.07.085	11.c.07.085	Licenciado em Educação	2.71	Bom
92	Eulania Soares	11.c.07.119	11.c.07.119	Licenciada em Educação	2.70	Bom
93	Joana Sabo	11.c.07.172	11.c.07.172	Licenciada em Educação	2.70	Bom
94	João Manuel da Cunha	11.c.07.181	11.c.07.181	Licenciado em Educação	2.70	Bom
95	Onorio Paulo da Costa	11.c.07.271	11.c.07.271	Licenciada em Educação	2.70	Bom
96	Castelo Leti da Assunção	11.c.07.086	11.c.07.086	Licenciado em Educação	2.70	Bom
97	Hermínia Silveira	11.c.07.148	11.c.07.148	Licenciada em Educação	2.70	Bom
98	Ana Maria Hornai	11.c.07.043	11.c.07.043	Licenciada em Educação	2.70	Bom
99	Ana Mariquita Pereira	11.c.07.044	11.c.07.044	Licenciada em Educação	2.70	Bom
100	Mário Filipe Freitas	11.c.07.250	11.c.07.250	Licenciado em Educação	2.70	Bom
101	Reliano Lopes da Ressureição	11.c.07.290	11.c.07.290	Licenciado em Educação	2.70	Bom

Despacho nº 7078/2020/PCFP

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, e atendendo ao disposto na decisão de delegação acima, decide:

CONCEDER a TA E Julia Romalda Paijo, do MNEC, licença com vencimentos para fins de estudo, pelo período entre 2 de março de 2020 a 17 de dezembro de 2020.

Publique-se.

Dili 6 de março de 2020

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho n.º 7077/2020/PCFP

Considerando as informações do ofício 167/DGAF/2020, de 28 de fevereiro, do MEJD e a solicitação de destacamento para a RAEOA;

Considerando que ambas as instituições aceitaram o destacamento do funcionário.

Considerando o disposto no artigo 31.º da Lei n.º 8/2004 de 16 de junho, com a redação dada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho, que aprovou o Estatuto da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando a decisão n.º 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima citada, decide:

Destacar o Professor Domingos Obe do MEJD para, pleo prazo de dois anos, prestar serviço na RAEOA.

Publique-se.

Díli, 6 de março de 2020

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Considerando as informações apresentadas no ofício 21/DNRH/2020, de 4 de março, do MNEC, que solicitou o cancelamento do pagamento da equiparação a diretor-geral de embaixador em término de missão;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 34/2015, de 02 de setembro que estabelece a Orgânica do MNEC, define os serviços periféricos externos e divide o pessoal do MNEC entre diplomático e não-diplomático;

Considerando o diploma ministerial de 21 de julho de 2014, do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, sobre a equiparação dos diplomatas aos cargos de direção e chefia na Administração Pública;

Considerando a decisão n.º 1171/2014, da CFP, que equiparou os cargos diplomáticos aos cargos da carreira geral. as ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima, decide:

CANCELAR o pagamento do cargo equiparado a Embaixador aos seguintes funcionários, com efeito a contar de 2 de março de 2020, em razão do término da missão:

NOME	CARGO/País
Cristiano da Costa	Embaixador de TL na Nova Zelândia

Publique-se.

Dili, 6 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho nº 7079/2020/PCFP

Considerando a necessidade de prosseguir com o processo de recrutamento dos profissionais seniores, nos termos do Decreto-Lei nr. 22/2017, de 24 de maio.

Considerando o despacho nr 6616/2019, que fixou a composição do júri e determinou a abertura do concurso.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Despacho Nº 7074/2020/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício 150/DGAF/2020, do MEJD, que solicitou a licença sem vencimentos ao funcionário pelo período de dois anos.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças sem vencimentos, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento.

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Considerando a alínea c) da decisão 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP para conceder licenças aos funcionários públicos.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima citada, decide :

CONCEDER à Professora Natália da Silva Soares, da Escola 20 de Setembro, em Metinaro, licença sem vencimentos pelo período de dois anos, no período entre 4 de março de 2020 até 4 de março de 2022.

Publique-se

Dili, 06 de março de 2020

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho n.º 7075/2020/PCFP

Considerando as informações do ofício 168/DGAF/2020, do MEJD, sobre o pedido de autorização do contrato de pessoal.

Considerando que o contrato a termo certo é o acordo bilateral pelo qual é contratada uma pessoa não integrada no quadro legal para a satisfação de uma necessidade transitória com carácter de subordinação, sendo de duração determinada, segundo o artigo 27.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, o contrato de trabalho sob a rubrica de salários e vencimentos dos agentes da Administração Pública adiante para prestar serviços na AM Lautém, como adiante:

NOME	Categoria	Remuneração	Período
Rogério Fernando Freitas	TA E	\$204.00	Janeiro a dezembro de 2020

Publique-se

Dili, 6 de março de 2020

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho nº 7076/2020/PCFP

Considerando as informações do ofício 27/SG/MNEC/II/2020, de 17 de fevereiro, que solicitou a licença com vencimentos para fins de estudo do funcionário.

Considerando o parecer favorável da Direção Nacional de Formação e Desenvolvimento do SCFP.

Considerando que o objecto do evento de capacitação é de relevância para o desenvolvimento nacional.

Considerando que pode ser concedida ao funcionário licença com vencimentos para fins de estudo, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei 38/2012, de 1 de agosto;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder licença com vencimentos para fins de estudos, nos termos da decisão n.º 19/2009, de 22 de Outubro e do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho.

Considerando o que dispõe o artigo 53.º, inciso I , “f”, do Estatuto da Função Pública.

102	Tomás Ximenes Viegas	11.c.07.314	11.c.07.314	Licenciado em Educação	2.70	Bom
103	Leandro Fernandes Casimiro	11.c.07.206	11.c.07.206	Licenciado em Educação	2.70	Bom
104	Maria Avelina Soares Pereira	11.c.07.232	11.c.07.232	Licenciada em Educação	2.68	Bom
105	Gorete Maria de Orleans	11.c.07.139	11.c.07.139	Licenciada em Educação	2.66	Bom
106	Adriana da Costa Ximenes	11.c.07.025	11.c.07.025	Licenciada em Educação	2.66	Bom
107	Olímpia da Silva Pinto	11.c.07.268	11.c.07.268	Licenciada em Educação	2.66	Bom
108	Délia Romana da Silva Nunes	11.c.07.100	11.c.07.100	Licenciado em Educação	2.65	Bom
109	Margarida Bi Luís	11.c.07.230	11.c.07.230	Licenciada em Educação	2.64	Bom
110	Martinho Gomes	11.c.07.256	11.c.07.256	Licenciado em Educação	2.64	Bom
111	Lídia Mesquita	11.c.07.214	11.c.07.214	Licenciada em Educação	2.63	Bom
112	Maria Esmeralda Bianco	11.c.07.237	11.c.07.237	Licenciada em Educação	2.63	Bom
113	Samuel Rosa Carvalho	11.c.07.301	11.c.07.301	Licenciado em Educação	2.63	Bom
114	Maria Santana Moniz	11.c.07.247	11.c.07.247	Licenciada em Educação	2.63	Bom
115	Alzira Meni Hoit	11.c.07.040	11.c.07.040	Licenciada em Educação	2.63	Bom
116	Juliana Hoit	11.c.07.194	11.c.07.194	Licenciada em Educação	2.62	Bom
117	Maria Imaculada Pires	11.c.07.239	11.c.07.239	Licenciada em Educação	2.62	Bom
118	Mário Soares Ferreira	11.c.07.251	11.c.07.251	Licenciado em Educação	2.62	Bom
119	Maria Imelda Meco	11.c.07.240	11.c.07.240	Licenciada em Educação	2.61	Bom
120	Romaldo Oliveira dos Santos	11.c.07.295	11.c.07.295	Licenciado em Educação	2.61	Bom
121	Hermínia de Almeida	11.c.07.147	11.c.07.147	Licenciada em Educação	2.61	Bom
122	Natalícia Manek da Costa	11.c.07.262	11.c.07.262	Licenciada em Educação	2.61	Bom
123	Lucia Pires	11.c.07.222	11.c.07.222	Licenciada em Educação	2.61	Bom
124	Aje Martinho Mique	11.c.07.034	11.c.07.034	Licenciado em Educação	2.60	Bom
125	Florentina Francisco Aleixo Martins	11.c.07.131	11.c.07.131	Licenciada em Educação	2.60	Bom
126	Ilda da Conceição Ximenes	11.c.07.150	11.c.07.150	Licenciada em Educação	2.60	Bom
127	Maria Imaculada Barros de Assis	11.c.07.238	11.c.07.238	Licenciada em Educação	2.60	Bom
128	Armindo da Silva Ximenes	11.c.07.061	11.c.07.061	Licenciado em Educação	2.60	Bom
129	Joana da Costa Pereira	11.c.07.171	11.c.07.171	Licenciada em Educação	2.60	Bom
130	Pedro Soares Martins	11.c.07.283	11.c.07.283	Licenciado em Educação	2.60	Bom
131	Tati Jusil Leto	11.c.07.311	11.c.07.311	Licenciada em Educação	2.59	Bom
132	Doroteia de Jesus Guterres	11.c.07.106	11.c.07.106	Licenciada em Educação	2.58	Bom
133	Joaquina da Conceição Araújo	11.c.07.183	11.c.07.183	Licenciada em Educação	2.58	Bom
134	Orlanda Fernandes Alberto	11.c.07.272	11.c.07.272	Licenciada em Educação	2.58	Bom
135	Anita Maria Lihuk Ximenes	11.c.07.053	11.c.07.053	Licenciada em Educação	2.58	Bom
136	Caetano Pereira Araújo	11.c.07.079	11.c.07.079	Licenciado em Educação	2.57	Bom
137	Isabel Nascimento da Silva	11.c.07.156	11.c.07.156	Licenciada em Educação	2.57	Bom

138	João de Jesus Ferreira	11.c.07.179	11.c.07.179	Licenciado em Educação	2.57	Bom
139	Manuel Pires Amaral	11.c.07.225	11.c.07.225	Licenciado em Educação	2.57	Bom
140	Roberto dos Santos Amaral	11.c.07.292	11.c.07.292	Licenciado em Educação	2.57	Bom
141	Armanda Recardina Pereira Pires Cesária	11.c.07.058	11.c.07.058	Licenciada em Educação	2.56	Bom
142	Marta Henriques	11.c.07.252	11.c.07.252	Licenciada em Educação	2.56	Bom
143	Pasquela Bi-Mau	11.c.07.275	11.c.07.275	Licenciada em Educação	2.56	Bom
144	Plácido da Silva	11.c.07.285	11.c.07.285	Licenciado em Educação	2.56	Bom
145	Clementino Moniz	11.c.07.094	11.c.07.094	Licenciado em Educação	2.56	Bom
146	Madalena Martins Tilman	11.c.07.223	11.c.07.223	Licenciada em Educação	2.55	Bom
147	Simplicio Fernandes	11.c.07.309	11.c.07.309	Licenciado em Educação	2.54	Bom
148	Cecília Soares	11.c.07.088	11.c.07.088	Licenciada em Educação	2.54	Bom
149	Serafina Martins Cali	11.c.07.306	11.c.07.306	Licenciada em Educação	2.54	Bom
150	João Francisco	11.c.07.180	11.c.07.180	Licenciado em Educação	2.53	Bom
151	Nércia Ângela de Fátima	11.c.07.266	11.c.07.266	Licenciada em Educação	2.53	Bom
152	Paula dos Santos	11.c.07.277	11.c.07.277	Licenciada em Educação	2.53	Bom
153	Cristiano Freitas	11.c.07.097	11.c.07.097	Licenciado em Educação	2.53	Bom
154	Júlio Sanches	11.c.07.198	11.c.07.198	Licenciado em Educação	2.52	Bom
155	Manuel Bragança	11.c.07.224	11.c.07.224	Licenciado em Educação	2.52	Bom
156	Benigno Jacob Senção de Araújo	11.c.07.073	11.c.07.073	Licenciado em Educação	2.51	Bom
157	Joaninha de Araújo	11.c.07.176	11.c.07.176	Licenciada em Educação	2.51	Bom
158	Cristiana Teme	11.c.07.096	11.c.07.096	Licenciada em Educação	2.50	Bom
159	Apolónia Ana Julião	11.c.07.056	11.c.07.056	Licenciada em Educação	2.50	Bom
160	Maria Telvina Rodrigues Pereira	11.c.07.248	11.c.07.248	Licenciada em Educação	2.50	Bom
161	Nância Claver	11.c.07.259	11.c.07.259	Licenciada em Educação	2.50	Bom
162	Pascoela Gusmão Ximenes	11.c.07.276	11.c.07.276	Licenciada em Educação	2.50	Bom
163	Petronela Junior	11.c.07.284	11.c.07.284	Licenciada em Educação	2.50	Bom
164	Rosito Gomes	11.c.07.298	11.c.07.298	Licenciado em Educação	2.50	Bom
165	Terezinha do Menino Jesus	11.c.07.312	11.c.07.312	Licenciada em Educação	2.50	Bom
166	Virginia da Conceição	11.c.07.321	11.c.07.321	Licenciada em Educação	2.49	Suficiente
167	Zélia da Costa de Jesus	11.c.07.325	11.c.07.325	Licenciada em Educação	2.49	Suficiente
168	Mulita da Conceição Fernandes	11.c.07.258	11.c.07.258	Licenciada em Educação	2.48	Suficiente
169	Lizia de Fátima Abiana Eulália	11.c.07.216	11.c.07.216	Licenciada em Educação	2.48	Suficiente
170	Leonito Maria de Jesus	11.c.07.210	11.c.07.210	Licenciado em Educação	2.47	Suficiente
171	Otilia Ferreira da Conceição	11.c.07.273	11.c.07.273	Licenciada em Educação	2.47	Suficiente
172	Fernanda Soares	11.c.07.125	11.c.07.125	Licenciada em Educação	2.47	Suficiente
173	Agapito de Jesus	11.c.07.027	11.c.07.027	Licenciado em Educação	2.47	Suficiente

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento;

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Considerando a alínea c) da decisão 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP para conceder licenças aos funcionários públicos;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima citada, decide :

ESTENDER até 1 de março de 2021 a licença sem vencimentos concedida ao professor Aquino Sousa Pereira, funcionário do Ministério da Educação, Juventude e Desporto do Município de Lautém.

Publique-se

Dili, 5 de março de 2020

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho n.º 7072/2020/PCFP

Considerando as informações do ofício nr 32/IADE/2020, de 4 de março, que solicitou a reintegração do funcionário ao serviço após a licença anteriormente concedida.

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Considerando a delegação de competências ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão de delegação acima, decide:

REINTEGRAR o TPC Valdemar de Sá e Silva aos quadros da Função Pública, determinando o retorno ao IADE, desde 02 de março de 2020.

Publique-se.

Dili, 06 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho n.º 7073/2020/PCFP

Considerando as informações do ofício nr 202/DGSC/2020, de 28 de fevereiro, do MS, que solicitou a reintegração do funcionário ao serviço após a licença anteriormente concedida.

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Considerando a delegação de competências ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão de delegação acima, decide:

REINTEGRAR o Médico Geral Filipe de Neri MACHADO aos quadros da Função Pública, determinando o retorno ao Serviços municipais de Saúde de Lautém, desde 17 de fevereiro de 2020.

Publique-se.

Dili, 06 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

RESCINDIR o contrato de trabalho de Joana Gorrete de Oliveira, do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, com os efeitos a contar desde 1 de março de 2020.

Publique-se

Díli, 5 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho Nº 7069/2020/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício 83/DGAF/MESCC/2020, sobre o pedido de cancelamento do suplemento de recolocação anteriormente autorizado a funcionário em serviço no IPB.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivo benefício, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 20/2010, de 1 de dezembro, sobre o Suplemento salarial de ajuda de custo por recolocação.

Considerando a alínea e) da decisão 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes para autorizar os suplementos nos termos do Decreto-Lei 20/2010, de 01 de dezembro.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a decisão acima citada, decide:

CANCELAR a ajuda de custo por recolocação, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 20/2010, de 1 de dezembro, ao TS B Paulino Ribeiro, do MESCC, com efeito desde 1 de fevereiro de 2019.

Publicque-se

Dili, 05 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho Nº 7070/2020/PCFP

Considerando as informações do ofício n.º 49/DNRH/MTCI/II/2020, de 27 de fevereiro, do MTCI, que solicitou o pagamento de suplemento de recolocação a funcionário nomeado para exercer cargo no município.

Considerando a colocação do funcionário no Município de Bobonaro;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que o funcionário tem direito a uma ajuda de custo em caso de recolocação, conforme prevê na alínea a) do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 20/2010, de 1 de Dezembro, sobre o suplemento salarial de ajuda de custo por recolocação;

Considerando a alínea e) da decisão 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal os poderes da CFP, para autorizar o pagamento dos suplementos salariais definidos no Decreto-Lei 20/2010, de 1 de dezembro;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão de delegação acima citada, decide:

AUTORIZAR, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 20/2010, de 1 de dezembro, o pagamento do subsídio de renda mensal aos funcionários, do MTCT, desde dezembro de 2019, a José das Dores, do MTCT em Bobonaro.

Publique-se

Dili, 5 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho N° 7071/2020/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício de referência 162/MEJD/DGAF/II/2020, de 27 de fevereiro, sobre o requerimento de extensão da licença sem vencimentos de funcionário.

Considerando o despacho 5881/2019, que concedeu licença sem vencimentos ao funcionário pelo prazo de 1 ano.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças sem vencimentos, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

174	José Sait	11.c.07.190	11.c.07.190	Licenciado em Educação	2.46	Suficiente
175	Agustinho Maria Casenube	11.c.07.033	11.c.07.033	Licenciado em Educação	2.58	Bom
176	Álvaro Joaquim Magno Guterres	11.c.07.039	11.c.07.039	Licenciada em Educação	2.44	Suficiente
177	Maria José de Lurdes Ximenes	11.c.07.241	11.c.07.241	Licenciada em Educação	2.44	Suficiente
178	Fernando Macedo	11.c.07.126	11.c.07.126	Licenciado em Educação	2.43	Suficiente
179	Liliana Domingos de Araújo	11.c.07.215	11.c.07.215	Licenciado em Educação	2.43	Suficiente
180	Marcelino Tiago Martins Soares	11.c.07.227	11.c.07.227	Licenciado em Educação	2.42	Suficiente
181	Rofina Amaral Cardoso	11.c.07.293	11.c.07.293	Licenciada em Educação	2.42	Suficiente
182	Bosco Soares	11.c.07.077	11.c.07.077	Licenciado em Educação	2.40	Suficiente
183	Maria Natália Seran Casenube	11.c.07.245	11.c.07.245	Licenciada em Educação	2.40	Suficiente
184	Maria Liza de Lurdes	11.c.07.243	11.c.07.243	Licenciada em Educação	2.40	Suficiente
185	Agostinho da Costa	11.c.07.028	11.c.07.028	Licenciado em Educação	2.40	Suficiente
186	Cesaltina Sarmento	11.c.07.089	11.c.07.089	Licenciada em Educação	2.40	Suficiente
187	Jaqueline Pascoal Sarmento	11.c.07.168	11.c.07.168	Licenciado em Educação	2.40	Suficiente
188	Tomásia Natália Gomes Soares	11.c.07.315	11.c.07.315	Licenciada em Educação	2.40	Suficiente
189	Zeca de Araújo	11.c.07.324	11.c.07.324	Licenciado em Educação	2.40	Suficiente
190	Verônica Mendes da Conceição	11.c.07.319	11.c.07.319	Licenciada em Educação	2.40	Suficiente
191	Aurelia Maria Tpoi	11.c.07.066	11.c.07.066	Licenciada em Educação	2.40	Suficiente
192	Palmira Mali do Rêgo	11.c.07.274	11.c.07.274	Licenciada em Educação	2.39	Suficiente
193	Alda Afonso Amaral	11.c.07.036	11.c.07.036	Licenciada em Educação	2.39	Suficiente
194	Dinis Martins	11.c.07.101	11.c.07.101	Licenciado em Educação	2.39	Suficiente
195	Frederico dos Santos	11.c.07.136	11.c.07.136	Licenciado em Educação	2.38	Suficiente
196	Graciana Manuela Daos Bano	11.c.07.140	11.c.07.140	Licenciada em Educação	2.38	Suficiente
197	Maria Peregrina Soares	11.c.07.246	11.c.07.246	Licenciada em Educação	2.38	Suficiente
198	Jeorgina França	11.c.07.169	11.c.07.169	Licenciada em Educação	2.38	Suficiente
199	Francisca Soares Amaral	11.c.07.133	11.c.07.133	Licenciada em Educação	2.37	Suficiente
200	Pedro Pereira	11.c.07.282	11.c.07.282	Licenciado em Educação	2.37	Suficiente
201	Graciano Ribeiro	11.c.07.141	11.c.07.141	Licenciado em Educação	2.37	Suficiente
202	Elizito Araújo Piedade	11.c.07.112	11.c.07.112	Licenciado em Educação	2.37	Suficiente
203	Verônica de Lima	11.c.07.318	11.c.07.318	Licenciada em Educação	2.37	Suficiente
204	Carmelita da Costa Ximenes	11.c.07.082	11.c.07.082	Licenciado em Educação	2.50	Bom
205	Auxília Menezes Madeira	11.c.07.067	11.c.07.067	Licenciada em Educação	2.36	Suficiente
206	Maria dos Santos Amaral	11.c.07.234	11.c.07.234	Licenciada em Educação	2.36	Suficiente
207	Raimundo Afonso	11.c.07.286	11.c.07.286	Licenciada em Educação	2.36	Suficiente
208	Agusta Maria Mendonça	11.c.07.063	11.c.07.063	Licenciada em Educação	2.35	Suficiente
209	Cesária de Araújo Soriano	11.c.07.090	11.c.07.090	Licenciada em Educação	2.35	Suficiente

210	Zito Brandão	11.c.07.329	11.c.07.329	Licenciada em Educação	2.35	Suficiente
211	Zulmira Mena Puneſ	11.c.07.330	11.c.07.330	Licenciada em Educação	2.35	Bom
212	Flaviano dos Santos	11.c.07.129	11.c.07.129	Licenciado em Educação	2.34	Suficiente
213	Jacinto Maria Galucho	11.c.07.163	11.c.07.163	Licenciado em Educação	2.34	Suficiente
214	Judit Soares	11.c.07.191	11.c.07.191	Licenciada em Educação	2.34	Suficiente
215	Carmelita Lopes	11.c.07.083	11.c.07.083	Licenciada em Educação	2.34	Suficiente
216	António João Bosco	11.c.07.055	11.c.07.055	Licenciado em Educação	2.33	Suficiente
217	Ermelinda de Deus da Silva	11.c.07.114	11.c.07.114	Licenciada em Educação	2.33	Suficiente
218	Bendito Pedruco	11.c.07.072	11.c.07.072	Licenciado em Educação	2.33	Suficiente
219	Iria de Jesus	11.c.07.154	11.c.07.154	Licenciada em Educação	2.33	Suficiente
220	Gárcia Santana da Silva	11.c.07.137	11.c.07.137	Licenciada em Educação	2.32	Suficiente
221	Rosário Figueredo	11.c.07.297	11.c.07.297	Licenciado em Educação	2.32	Suficiente
222	Domingas de Jesus Alves	11.c.07.102	11.c.07.102	Licenciado em Educação	2.31	Suficiente
223	Inês Mendonça	11.c.07.153	11.c.07.153	Licenciada em Educação	2.31	Suficiente
224	Isabel Soares Ximenes	11.c.07.157	11.c.07.157	Licenciado em Educação	2.31	Suficiente
225	Judita Ato	11.c.07.192	11.c.07.192	Licenciado em Educação	2.31	Suficiente
226	Albina Cristovão	11.c.07.035	11.c.07.035	Licenciada em Educação	2.31	Suficiente
227	Claudina Imaculada da Costa Pinto	11.c.07.093	11.c.07.093	Licenciada em Educação	2.30	Suficiente
228	Costantino Pinto Oliveira	11.c.07.095	11.c.07.095	Licenciado em Educação	2.30	Suficiente
229	Hilário Ximenes Guterres	11.c.07.149	11.c.07.149	Licenciado em Educação	2.30	Suficiente
230	Lourença Bernardete Luís Ximenes	11.c.07.218	11.c.07.218	Licenciada em Educação	2.30	Suficiente
231	Natália de Jesus	11.c.07.261	11.c.07.261	Licenciada em Educação	2.30	Suficiente
232	Natalino Madeira	11.c.07.263	11.c.07.263	Licenciado em Educação	2.30	Suficiente
233	Aquelina Belo	11.c.07.057	11.c.07.057	Licenciada em Educação	2.29	Suficiente
234	Olimpio Marques Amaral	11.c.07.270	11.c.07.270	Licenciado em Educação	2.29	Suficiente
235	Felismina de Araújo	11.c.07.124	11.c.07.124	Licenciada em Educação	2.28	Suficiente
236	Francisca dos Santos Ximenes	11.c.07.132	11.c.07.132	Licenciada em Educação	2.28	Suficiente
237	Juvito Neno Abi	11.c.07.202	11.c.07.202	Licenciado em Educação	2.28	Suficiente
238	Leonardo Fui	11.c.07.207	11.c.07.207	Licenciado em Educação	2.28	Suficiente
239	Bonifácio Martins de Araújo	11.c.07.076	11.c.07.076	Licenciado em Educação	2.28	Suficiente
240	Joaninha Alves da Costa	11.c.07.173	11.c.07.173	Licenciada em Educação	2.27	Suficiente
241	José Maria Belo Soares	11.c.07.188	11.c.07.188	Licenciado em Educação	2.27	Suficiente
242	Martinha Francisca de Deus	11.c.07.255	11.c.07.255	Licenciada em Educação	2.27	Suficiente
243	Feliciano Mendonça	11.c.07.122	11.c.07.122	Licenciada em Educação	2.26	Suficiente
244	Maria de Jesus Amaral	11.c.07.233	11.c.07.233	Licenciada em Educação	2.26	Suficiente
245	Maria Elisa	11.c.07.235	11.c.07.235	Licenciada em Educação	2.26	Suficiente

334	32	Evangelino F. de Jesus Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
335	33	Evarista Amaral Pinto	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
336	34	Fernando Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
337	35	Filomena Viana Pinto	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
338	36	Floriana Correia de Jesus	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
339	37	Gabriel Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
340	38	Gaspar T. A. Cardoso Pereira	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
341	39	Genoveva C. Viana Pinto	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
342	40	Hangnek Eurico Amaral	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
343	41	Hermenegildo A. dos Santos	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
344	42	Hermínio Cabral da Silva	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
345	43	Horacio Sarmiento Boavida	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
346	44	Ilda Ilisabeti da Silva	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
347	45	Imaculada C. Gomes Pinto	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
348	46	Irene Pinto	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
349	47	Isolina Augusta O. Martins	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
350	48	Januario Gusmao	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
351	49	Joaquim Maria Rosa Pinto	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
352	50	Jose Alvaro Alves	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
353	51	Jose Soares	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
354	52	Josefa Ferreira	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
355	53	Josefina Gomes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
356	54	Jovita de Lordes da C. Amaral	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
357	55	Jubita de Almeida	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
358	56	Juliao Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
359	57	Julieta Moreira Amaral	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
360	58	Julieta Saldanha	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
361	59	Julieta Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
362	60	Julmira de Araujo	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
363	61	Julmira Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
364	62	Justinha Sarmiento	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
365	63	Juvita de Jesus Araujo	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
366	64	Juvito da Costa Guterres	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
367	65	Lourenca Soares Pinto	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
368	66	Lucia Teresa Soares Guterres	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
369	67	Luciana Gusmao	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
370	68	Madolina Vital	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
371	69	Marcos Gomes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
372	70	Maria Bonosa F. Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
373	71	Maria Engracia A. Gomes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
374	72	Maria Rosa	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
375	73	Merlinda Simoes Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
376	74	Moises Pinto	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
377	75	Natalina Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
378	76	Octavio Gomes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
379	77	Paulino Antonio Amaral	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
380	78	Paulino Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020

381	79	Pe. Pascoal N. Soares Moniz	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
382	80	Raimundo S. Fernandes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
383	81	Regina Amaral	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
384	82	Romana Pires	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
385	83	Rosalina Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
386	84	Santina do Rosario Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
387	85	Senhorinha Gomes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
388	86	Sergio da Silva	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
389	87	Teodora Guterres	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
390	88	Terezinha de Araujo Fretas	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
391	89	Vasco B. Gomes Ferreira	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
392	90	Venancio da Silva Soares	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
393	91	Virgilio Jeronimo	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
394	92	Zelia Fatima	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020

Publique-se

Dili, 4 de março de 2020

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho nº 7068/2020/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício 82/ DGAF-MESCC/II/2020, que solicitou cancelar o contrato de trabalho do funcionário no seguimento do seu pedido de resignação da função.

Considerando que o contrato de pessoal pode encerrar pelo seu cumprimento, rescisão, denúncia, morte, aposentação ou aplicação da pena de demissão, nos termos do n.º 2 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos do artigo 18º da referida lei.

Considerando o decisão 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal os poderes da CFP, para exonerar os funcionários ou cargos de direção e chefia.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública e com base na decisão n.º 1897/2016/CFP, decide:

Jornal da República						
226	44	Josefina da C. Jose	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
227	45	Jucelina da Costa	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
228	46	Judit da Costa Xavier	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
229	47	Judit Mendonca	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
230	48	Julio da Costa	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
231	49	Julio Fernandes	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
232	50	Laurinda Soares da Silva	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
233	51	Lety Yuniia S. P. Marie	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
234	52	Levi Samuel	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
235	53	Lucia Sousa Fatima	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
236	54	Luciana da Silva	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
237	55	Mafalda J. S. do Carmo	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
238	56	Marcal dos Santos	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
239	57	Maria Amelia de Araujo	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
240	58	Marita Goncalves	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
241	59	ME. Flora Ximenes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
242	60	Mericia Carmen da Silva	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
243	61	Odete Maria Pereira	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
244	62	Pascoela de Carvalho	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
245	63	Rita Cai Mau	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
246	64	Rosalia da Costa	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
247	65	Tomas Lemos Lelos	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
248	66	Zimbri Barbosa Luteiro	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
249	67	Zito Anselmo dos Reis	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
MUNISIPIU ERMERA						
250	1	Deometro Soares Nobre	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
251	2	Clara Martins Gago	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
252	3	Diamantino L. dos Santos	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
253	4	Filomeno Trindade	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
254	5	Geno Eva Fatima Salsinha	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
255	6	Helena M. dos Santos	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
256	7	Joaninha S. Pereira	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
257	8	Jose de Deus Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
258	9	Quintão Salsinha	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
259	10	Rogeiro Maia Ximenes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
260	11	Rosario S. Pereira	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
261	12	Teotonio Menezes Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
262	13	Zelia G. de J. Babo	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
MUNISIPIU LIQUICA						
263	1	Jaime Aniceto Ribeiro	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
264	2	Joanico dos Santos Babo	L3/1	\$ 204.00	2-Jan-19	31-12-2020
265	3	Albertina dos Santos	L3/1	\$ 204.00	3-Jan-19	31-12-2020
266	4	Fernanda Lopes	L3/1	\$ 204.00	4-Jan-19	31-12-2020
267	5	Germana da Crus	L3/1	\$ 204.00	5-Jan-19	31-12-2020
268	6	Inocencia dos Santos Ribeiro	L3/1	\$ 204.00	6-Jan-19	31-12-2020
269	7	Iria Lobato	L3/1	\$ 204.00	7-Jan-19	31-12-2020
270	8	Joana da Cruz	L3/1	\$ 204.00	8-Jan-19	31-12-2020
271	9	Lelinda dos Santos	L3/1	\$ 204.00	9-Jan-19	31-12-2020
272	10	Leonarda de Oliveira	L3/1	\$ 204.00	10-Jan-19	31-12-2020
273	11	Luisa dos Santos	L4/1	\$ 204.00	11-Jan-19	31-12-2020
274	12	Natalina Vidigal dos Santos	L4/1	\$ 204.00	12-Jan-19	31-12-2020
275	13	Palmira G. dos Santos	L4/1	\$ 204.00	13-Jan-19	31-12-2020
276	14	Rosinha Babo Correia	L4/1	\$ 204.00	14-Jan-19	31-12-2020
277	15	Sergina Amaral Babo	L4/1	\$ 204.00	15-Jan-19	31-12-2020
278	16	Teresinha S. dos Santos	L4/1	\$ 204.00	16-Jan-19	31-12-2020
279	17	Rosa Tomas	L4/1	\$ 204.00	17-Jan-19	31-12-2020
280	18	Olandina Maria Albino	L4/1	\$ 204.00	18-Jan-19	31-12-2020
281	19	Albertino Gonçalves	L4/1	\$ 272.00	19-Jan-19	31-12-2020
282	20	Diamantina Lou da S. Soares	L4/1	\$ 272.00	20-Jan-19	31-12-2020
283	21	Honório Francisco da Costa	L4/1	\$ 272.00	21-Jan-19	31-12-2020
284	22	Julino dos Santos	L4/1	\$ 272.00	22-Jan-19	31-12-2020
285	23	Simeão Goncalves de Fatima	L4/1	\$ 272.00	23-Jan-19	31-12-2020
286	24	Teresa Freitas Correia	L4/1	\$ 272.00	24-Jan-19	31-12-2020
287	25	Merlinda Babo Correia	L4/1	\$ 272.00	25-Jan-19	31-12-2020
MUNISIPIU MANUFAHI						
288	1	Adida da Costa	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
289	2	Belina C. da Costa	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
290	3	Elsa Teofilo de Jesus	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
291	4	Franco Estelita	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
292	5	Lucia de Jesus	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
293	6	Olandina Benedita Brandão	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
OECUSSI AMBENO						
294	1	Agustinho Tali	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
295	2	Fatima Quelo	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
296	3	Gaspar Corbufo	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
297	4	Hermengildo Gomes Cofitalan	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
298	5	Manuel Oben	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
299	6	Maria de Fatima Sufa	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
300	7	Rosa Dalima Pude	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
301	8	Rosita Tolo	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
302	9	Sabino Quelo	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
MUNISIPIU VIQUEQUE						
303	1	Abel Gomes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
304	2	Abilio Soares Sarmento	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
305	3	Adao Fernandes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
306	4	Agostinho da C. do Rosario	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
307	5	Agueda Freitas da Costa	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
308	6	Agustinho Pinto	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
309	7	Aida Espirito Santo	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
310	8	Aleixo Ribeiro Dias	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
311	9	Alfredo Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
312	10	Alvaro Gomes Guterres	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
313	11	Angela Soares F. Monteiro	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
314	12	Angela Soares Pinto	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
315	13	Antonio Americo	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
316	14	Antonio de Carvalho	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
317	15	Aquelino Pinto	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
318	16	Augusto da Costa Pinto	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
319	17	Caetano de Ameida	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
320	18	Casilda Gomes Soares	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
321	19	Celestina da Costa	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
322	20	Celestina Senhorinha	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
323	21	Celestino Soares Ribeiro	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
324	22	Clara da Costa Santos	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
325	23	Domingos Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
326	24	Dulce Amaral	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
327	25	Edio Maria Agostinho	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
328	26	Elisa Fernandes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
329	27	Elisa Fernandes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
330	28	Engracia Amaral Pires	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
331	29	Estanislau da Costa	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
332	30	Estela Juliana Guterres	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
333	31	Eugenio Fernandes	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020

Jornal da República					
246	Zermina Pereira	11.c.07.328	11.c.07.328	Licenciada em Educação	2.25 Suficiente
247	Angelina Lopes	11.c.07.049	11.c.07.049	Licenciada em Educação	2.24 Suficiente
248	Durvalina Magno Xavier do Espírito Santo	11.c.07.109	11.c.07.109	Licenciada em Educação	2.24 Suficiente
249	Isabel da Cruz	11.c.07.155	11.c.07.155	Licenciada em Educação	2.24 Suficiente
250	Carolina Bianco	11.c.07.084	11.c.07.084	Licenciada em Educação	2.23 Suficiente
251	Raimundo Gusmão	11.c.07.287	11.c.07.287	Licenciada em Educação	2.23 Suficiente
252	Ermelinda Espírito do Carmo	11.c.07.115	11.c.07.115	Licenciada em Educação	2.22 Suficiente
253	Martenita Amaral	11.c.07.253	11.c.07.253	Licenciada em Educação	2.22 Suficiente
254	Olimpia Soares	11.c.07.269	11.c.07.269	Licenciada em Educação	2.22 Suficiente
255	Juliana Madeira	11.c.07.195	11.c.07.195	Licenciada em Educação	2.22 Suficiente
256	Delfina Ribeiro dos Santos Klau	11.c.07.099	11.c.07.099	Licenciada em Educação	2.21 Suficiente
257	Joel da Silva	11.c.07.184	11.c.07.184	Licenciado em Educação	2.20 Suficiente
258	José Nascimento António	11.c.07.189	11.c.07.189	Licenciada em Educação	2.20 Suficiente
259	Duarte da Conceição	11.c.07.108	11.c.07.108	Licenciado em Educação	2.20 Suficiente
260	Jezuineta Etelvina Lopes	11.c.07.170	11.c.07.170	Licenciada em Educação	2.20 Suficiente
261	Leandra Gomes	11.c.07.205	11.c.07.205	Licenciada em Educação	2.20 Suficiente
262	Francisco Borges	11.c.07.134	11.c.07.134	Licenciado em Educação	2.18 Suficiente
263	Carlos da Conceição Correia	11.c.07.081	11.c.07.081	Licenciado em Educação	2.17 Suficiente
264	Joaninha Bianco da Costa	11.c.07.174	11.c.07.174	Licenciada em Educação	2.13 Suficiente
265	Joaninha Cardoso dos Santos	11.c.07.175	11.c.07.175	Licenciada em Educação	2.11 Suficiente
266	Eusébio Saldanha	11.c.07.316	11.c.07.316	Licenciada em Educação	2.08 Suficiente
267	Cristina de Orleans Pinto	11.c.07.098	11.c.07.098	Licenciada em Educação	2.04 Suficiente

Díli, 8 de Dezembro de 2015

O Reitor

Professor Doutor Aurélio Guterres

ESTRATUBAPÚBLIKASAUN

Ha`u sertifika katak, lora ida-ne`e, iha kartóriu Notarial **Aileu**, iha folla 20, 21,22 e Livro Protokolu nº 04 nian, hakerek eskritura públiku ba HABILITASAUN HERDEIRU Ba matebian **Alfredo Leonel Pereira** ho termu hirak tuir mai ne`e:_____

Iha lora 11.11.2018, **Alfredo Leonel Pereira**, kaben nain, moris iha Lautem hela fatin ikus iha Suco Liurai, postu administrativu Aileu vila, munisipiu Aileu.

_____ Matebian la husik hela testamentu, ka la hatudu autór ruma ne`ebé nia fiar ba, hosik hela mak nia kaben no oan hanesan tuir mai ne`e:_____

_____ **Josefa Carvalho Martins**, faluk husi autor heransa-nian, moris iha Aileu, hela-fatin iha Suco Liurai, posto administrativu Aileu Vila, munisipiu Aileu;_____

_____ **Jovita Martins Pereira**, oan husi autor heransa-nian, moris iha Díli, hela-fatin iha Suco Manleu-Ana, posto administrativu Dom Aleixo, munisipiu Díli—

_____ **Alfredo Leonel de Carvalho**, oan husi autor heransa-nian, moris iha Aileu, hela fatin Iha Suco Manleu-Ana, Posto Administrativo Dom Aleixo, Munisipiu Díli;—

_____ **Natalino Leonel de Carvalho Martins Pereira**, oan husi autor heransa-nian, moris iha Aileu, hela- fatin iha Suco Liurai, posto administrativu Aileu Vila, munisipiu Aileu;_____

_____ **Silvina Isaías Orlando Martins Pereira**, oan husi autor heransa-nian, moris iha Díli, hela- fatin iha Suco Bairro-pite, posto administrativu Dom Aleixo, munisipiu Díli;_____

_____ **Larimiro António Silvestre dos Santos Pereira**, oan husi autor heransa-nian, moris iha Díli, hela- fatin iha Suco Manleu-Ana, posto administrativu Dom Aleixo, munisipiu Díli;_____

_____ **Maria Assunção Moya Pereira**, oan husi autor heransa-nian, moris iha Díli, hela- fatin iha Suco Manleu-Ana, posto administrativu Dom Aleixo, munisipiu Dfili;_____

_____ **José Alberto André Boavida Pereira**, oan husi autor heransa-nian, moris iha Díli, hela-fatin iha Suco Liurai, posto administrativu Aileu Vila, munisipiu Aileu;_____

_____ **João Paulo Baptista de Jesus Pereira**, oan husi autor heransa-nian, moris iha Díli, hela-fatin iha Suco Liurai, posto administrativu Aileu Vila, munisipiu Aileu;_____

_____ **Aurora Pires de Carvalho Pereira**, oan husi autor heransa-nian, moris iha Díli, hela- fatin iha Suco Manleu-Ana, posto administrativu Dom Aleixo, munisipiu Díli;_____

_____ **Isaías do Rosário Freitas Pereira**, oan husi autor heransa-nian, moris iha Díli, hela-fatin iha Suco Liurai, posto administrativu Aileu Vila, munisipiu Aileu;_____

_____ Ida ne`ebé nu`udar herdeiru, tuir lei, la iha ema ida bele konkore ho sira ba susesaun óbito (mate) **Alfredo Leonel Pereira**._____

_____ Ema sé de`it mak hatene kona-ba herdeiru ruma ne`ebe la temi iha eskritura ne`e karik, tenke fó hatene faktu ne`e ba notária iha Cartóriu Notarial de **Aileu**.

Cartóriu Notarial de **Aileu**, 22 de Junho de 2020.

Notária,

Fidélia dos Santos Quintão

ESTRATUBAPÚBLIKASAUN

Ha`u sertifika katak, lora ida-ne`e, iha kartóriu Notarial **Aileu**, iha folla 23, 24 e Livro Protokolu nº 04 nian, hakerek eskritura públiku ba HABILITASAUN HERDEIRU Ba matebian **Bernardo Mau- Hoda**, ho termu hirak tuir mai ne`e

Iha lora 15.11.2019, **Bernardo Mau Hoda**, klosan, moris iha Ainaro, hela fatin ikus iha Aissirimou, postu administrativu Aileu Vila, munisipiu Aileu,

_____ Matebian la husik hela testamentu, ka la hatudu autór ruma ne`ebé nia fiar ba, hosik hela mak nia oan hanesan tuir mai ne`e:_____

_____ **Francisco Mendonça**, oan husi autor heransa-nian, moris iha Maubisse Ainaro, hela- fatin iha Suco Aissirimou, posto administrativu Aileu Vila, munisipiu Aileu:_____

_____ Ida ne`ebé nu`udar herdeiru, tuir lei, la iha ema ida bele konkore ho nia ba susesaun óbito (mate) **Bernardo Mau Hoda**

_____ Ema sé de`it mak hatene kona-ba herdeiru ruma ne`ebe la temi iha eskritura ne`e karik, tenke fó hatene faktu ne`e ba notária iha Cartóriu Notarial de **Aileu**.

Cartóriu Notarial de **Aileu**, 01 de Julho de 2020.

Notária,

Fidélia dos Santos Quintão

ESTRATUBAPÚBLIKASAUN

Ha`u sertifika katak, lora ida-ne`e, iha kartóriu Notarial de Díli, iha follas 186 no folhas 187 Livro Protokolu nº. 14/2020 nian, hakerek tiha eskritura pública ba HABILITASAUN HERDEIRUS ba **Amelia Canizio da Costa dos Santos**, ho termu hirak tuir mai ne`e_____

iha lora 07.05.2020, faleceu **Amelia Canizio da Costa dos Santos**, morisiha Viquequ e, tinan 62, klosan, hela fatin ikus iha, suku Becora, munisipiu Díli, Mate iha Hospital Nacional Díli _____

_____ Matebian la husik testamentu, ka la hatudu autór ruma ne`ebé nia fiar ba hosik hela ba úniku nia subrinho hanesan tuir neé:

—Martinho de Jesus moris iha Viqueque, tinan 44, klosan, hela fatin iha suku Gricenfor, munisipiu Díli nia Mak sai nu`udar herdeiro lejitimária._____

121	47	Lúcio de Jesus da Costa	L3/1	\$ 204.00	17-Feb-19	31-12-2020
122	48	Luisa da Conceição Ximenes	L3/1	\$ 204.00	18-Feb-19	31-12-2020
123	49	Luisa da Silva	L3/1	\$ 204.00	19-Feb-19	31-12-2020
124	50	Madalena de Jesus	L3/1	\$ 204.00	20-Feb-19	31-12-2020
125	51	Marcelo Dias	L3/1	\$ 204.00	21-Feb-19	31-12-2020
126	52	Maria Estela Barreto Amaral	L3/1	\$ 204.00	22-Feb-19	31-12-2020
127	53	Maria L. Gusmao Gonçalves	L3/1	\$ 204.00	23-Feb-19	31-12-2020
128	54	Mariano Maia	L4/1	\$ 272.00	24-Feb-19	31-12-2020
129	55	Marina dos Santos	L3/1	\$ 204.00	25-Feb-19	31-12-2020
130	56	Mário da Costa	L3/1	\$ 204.00	26-Feb-19	31-12-2020
131	57	Marta dos Santos Maia	L3/1	\$ 204.00	27-Feb-19	31-12-2020
132	58	Martinha da Costa Soares	L3/1	\$ 204.00	28-Feb-19	31-12-2020
133	59	Martinho Lopes	L3/1	\$ 204.00	1-Mar-19	31-12-2020
134	60	Nuria S. de Lima F. Goncalves	L3/1	\$ 204.00	3-Mar-19	31-12-2020
135	61	Olandino José Armando	L3/1	\$ 204.00	4-Mar-19	31-12-2020
136	62	Olivio Maia	L3/1	\$ 204.00	5-Mar-19	31-12-2020
137	63	Orlando Cosme	L3/1	\$ 204.00	6-Mar-19	31-12-2020
138	64	Prisca Marques	L3/1	\$ 204.00	7-Mar-19	31-12-2020
139	65	Prisca Pereira Maia	L3/1	\$ 204.00	8-Mar-19	31-12-2020
140	66	Quintiliano Martins Ribeiro	L3/1	\$ 204.00	9-Mar-19	31-12-2020
141	67	Quintiliano Soares	L3/1	\$ 204.00	10-Mar-19	31-12-2020
142	68	Robianos Seran	L3/1	\$ 204.00	11-Mar-19	31-12-2020
143	69	Sabina Hilaria	L3/1	\$ 204.00	12-Mar-19	31-12-2020
144	70	Saturnina Dau Mau Ferreira	L3/1	\$ 204.00	13-Mar-19	31-12-2020
145	71	Sebastiao Goncalves	L3/1	\$ 204.00	14-Mar-19	31-12-2020
146	72	Sergio Ferreira	L3/1	\$ 204.00	15-Mar-19	31-12-2020
147	73	Suzana Afonso	L3/1	\$ 204.00	16-Mar-19	31-12-2020
148	74	Tomas Aquino Carmona	L3/1	\$ 204.00	17-Mar-19	31-12-2020

MUNISIPIU COVALIMA						
149	1	Antoninha Maria F. de J. Lemos	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
150	2	Adriano Martins	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
151	3	Agostinho Gusmão	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-Dec-20
152	4	Alida Muti Nuak	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
153	5	Amelia Soares Amaral	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
154	6	Angelina Amaral	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-Dec-20
155	7	Agostina Ola Mali	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
156	8	Angelina de Jesus	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
157	9	Anjulina Merci Amaral	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
158	10	Domingos Senanes do Carmo	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-Dec-20
159	11	Domingos Cardoso	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-Dec-20
160	12	Leandro Amaral	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
161	13	Leonilde Pereira	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
162	14	Leonito Baptista	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
163	15	Lucia de Jesus	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
164	16	Marciana da Conceição	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
165	17	Marculina Pereira	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
166	18	Maria do Rego'	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
167	19	Maria Seu	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-Dec-20
168	20	Mariana Amelia Gusmão	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
169	21	Martinha Barros	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
170	22	Martinha da Costa	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
171	23	Matilde Maia	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
172	24	Mouzinho Gusmão	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
173	25	Octaviana Amaral	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
174	26	Rakel Sarmento	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
175	27	Rofina Nunes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
176	28	Rosa Noronha	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
177	29	Sergio Amaral	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
178	30	Sidonia Amaral	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20

179	31	Simão de Deus	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
180	32	Siquita Soi Bere	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
181	33	Teresinha dos Reis Cardoso	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
182	34	Vasco de Jesus Bau	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-Dec-20
MUNISIPIU DILI						
183	1	Abelita Freitas Belo	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
184	2	Adriana dos Santos	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
185	3	Agapito de Jesus	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
186	4	Amalia Domingas da Costa	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
187	5	Amelia da Silva	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
188	6	Americo Orlando Pinto	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
189	7	Anastacia Gaio	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
190	8	Anastacio Pinto	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
191	9	Angela da Conceicao R.	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
192	10	Aurora Ximenes Nunes	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
193	11	Azor de Araujo	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
194	12	Belly Graham Cabral Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
195	13	Bendito Amaral Guterres	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
196	14	Bento Soares	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
197	15	Branca Maria Freitas	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
198	16	Candida Canizio da Silva	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
199	17	Cecilia de Castro	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
200	18	Cerilio C. da Costa B	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
201	19	Charles da Costa Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
202	20	Custodio M. Baptista	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
203	21	Daniel da S. S. Soares	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
204	22	Deolindo Guterres	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
205	23	Domingas Fatima D. Suryana	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
206	24	Eduardo da Costa	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
207	25	Ester Araujo Sarmento	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
208	26	Felizarda da Conceicao	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
209	27	Felizarda Lourdes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
210	28	Graziela Mequita	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
211	29	Grebaldino de Araujo	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
212	30	Helena Mariano de Fatima	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
213	31	Helia Mendonca	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
214	32	Hermenegildo Sousa	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
215	33	Idalia Soares de Araujo	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
216	34	Ismael Ruben Ximenes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
217	35	Jacinto M. Pinhero	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
218	36	Jeenito Alves	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
219	37	Joana Martins Babo	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
220	38	Joaninha Cortereal Marcal	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
221	39	Joanita Maria de Jesus	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
222	40	Joao Amaral	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
223	41	Joao Gaio	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
224	42	Joao Moniz	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
225	43	Jonalia da Costa	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020

27	7	Calistro Mendonca	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
28	8	Cipriano de O. Mendonca	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
29	9	Felix de Araujo	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
30	10	Filomena Martins	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
31	11	Francisca de Almeida	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
32	12	Francisco de Jesus Dias	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
33	13	Leonito de A. Xavier	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
34	14	Liboria dos Reis Nunes	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
35	15	Luduvina da S.	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
36	16	Manuel Bianco	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
37	17	Marcelo de O. Soares	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
38	18	Marcos L. da C. e Marques	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
39	19	Octavio de Araujo	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
40	20	Oswaldina da Costa	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
41	21	Rogeiro Pereira	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
42	22	Rosita Z. S. da C. Barros	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
43	23	Sipriana M. Perira	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
44	24	Virgina da Costa Maia	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
45	25	Vitorina F. da Costa	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
MUNISIPIU BAUCAU						
46	1	Alzira Marcelina Gaio	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
47	2	Americo Ricardo do Rêgo	L1/4	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
48	3	Ana Mariana A. Da Silva	L1/4	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
49	4	Anselmo Evangelista Gusmão	L1/4	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
50	5	Bartolomeu Cabral	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
51	6	Carmelinda da Silva Magno	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
52	7	Celina Gusmão	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
53	8	Ejaquel Marques Omai	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
54	9	Emerenciana D. S. Gusmão	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
55	10	Filomena José Pereira	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
56	11	Francisco dos Santos Cabral	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
57	12	Gago Goutinho Gama	L1/4	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
58	13	Gaspar Pereira	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
59	14	Jacinta Maria	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
60	15	Januário Fraga do C. Freitas	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
61	16	João Augusto Viana Gusmão	L1/4	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
62	17	João Lemos	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
63	18	José António Belo	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
64	19	Josefina Filipe Gusmão	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
65	20	Julião A.M. Ximenes	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
66	21	Leonardo António Gusmão	L1/4	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
67	22	Ligia Sarmiento	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
68	23	Lourenço de Rosa	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
69	24	Lucia de Sousa Magno	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
70	25	Marcelo da Silva	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
71	26	Octávia da Conceição Cabral	L1/4	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
72	27	Sergio João Baptista da Costa	L1/4	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
73	28	Silvestre João Alves	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
74	29	Terezinha Gusmão	L1/3	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020

MUNISIPIU BOBONARO						
75	1	Adelia Heli Bere	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
76	2	Adolfo Maia de Araujo	L3/1	\$ 204.00	2-Jan-19	31-12-2020
77	3	Afonso da Cunha	L3/1	\$ 204.00	3-Jan-19	31-12-2020
78	4	Agostinha Teresa	L4/1	\$ 272.00	4-Jan-19	31-12-2020
79	5	Agostinho Borges de Jesus	L3/1	\$ 204.00	5-Jan-19	31-12-2020
80	6	Agregina de Araujo	L3/1	\$ 204.00	6-Jan-19	31-12-2020
81	7	Agrifina Maia Martins	L3/1	\$ 204.00	7-Jan-19	31-12-2020
82	8	Aguida Bui Maia	L3/1	\$ 204.00	8-Jan-19	31-12-2020
83	9	Aleixo Pacheco	L3/1	\$ 204.00	9-Jan-19	31-12-2020
84	10	Alipio Moniz de Jesus	L3/1	\$ 204.00	10-Jan-19	31-12-2020
85	11	Anastacio da Cunha Leite	L3/1	\$ 204.00	11-Jan-19	31-12-2020
86	12	Angelina de Jesus	L3/1	\$ 204.00	12-Jan-19	31-12-2020
87	13	Angelina de Jesus Vicente	L3/1	\$ 204.00	13-Jan-19	31-12-2020
88	14	Angelina Delifina	L3/1	\$ 204.00	14-Jan-19	31-12-2020
89	15	Aniceto Maia Leite	L3/1	\$ 204.00	15-Jan-19	31-12-2020
90	16	Anina dos Santos	L4/1	\$ 272.00	16-Jan-19	31-12-2020
91	17	Basilio Esprito Santo	L3/1	\$ 204.00	17-Jan-19	31-12-2020
92	18	Beatris Serqueira	L3/1	\$ 204.00	18-Jan-19	31-12-2020
93	19	Bonifacio dos Santos	L3/1	\$ 204.00	19-Jan-19	31-12-2020
94	20	Camilo Mau Bere	L3/1	\$ 204.00	20-Jan-19	31-12-2020
95	21	Celino dos Santos	L3/1	\$ 204.00	21-Jan-19	31-12-2020
96	22	Chiquito Mendez Tavares	L3/1	\$ 204.00	22-Jan-19	31-12-2020
97	23	Cipriano de Jesus Barreto	L3/1	\$ 204.00	23-Jan-19	31-12-2020
98	24	Clarina Goncalves	L3/1	\$ 204.00	24-Jan-19	31-12-2020
99	25	David dos Santos Cardoso	L3/1	\$ 204.00	26-Jan-19	31-12-2020
100	26	Delfina Fatima Gomes	L3/1	\$ 204.00	27-Jan-19	31-12-2020
101	27	Domingos de Araujo	L3/1	\$ 204.00	28-Jan-19	31-12-2020
102	28	Domingos Soares	L3/1	\$ 204.00	29-Jan-19	31-12-2020
103	29	Eugenio Moreira	L3/1	\$ 204.00	30-Jan-19	31-12-2020
104	30	Fatima Belo	L3/1	\$ 204.00	31-Jan-19	31-12-2020
105	31	Fernando de Jesus Barreto	L3/1	\$ 204.00	1-Feb-19	31-12-2020
106	32	Flavia Idalina	L3/1	\$ 204.00	2-Feb-19	31-12-2020
107	33	Gracilda Palmira	L3/1	\$ 204.00	3-Feb-19	31-12-2020
108	34	Ines Lopes	L3/1	\$ 204.00	4-Feb-19	31-12-2020
109	35	Inocêncio Afonso Sequeira	L3/1	\$ 204.00	5-Feb-19	31-12-2020
110	36	Jacinta de Jesus	L3/1	\$ 204.00	6-Feb-19	31-12-2020
111	37	Jaime Barreto	L3/1	\$ 204.00	7-Feb-19	31-12-2020
112	38	Jose Antonio Guterres	L3/1	\$ 204.00	8-Feb-19	31-12-2020
113	39	Juliana Guterres Mau	L3/1	\$ 204.00	9-Feb-19	31-12-2020
114	40	Julião G. Leite dos Santos	L3/1	\$ 204.00	10-Feb-19	31-12-2020
115	41	Julieta Santos Cardoso	L3/1	\$ 204.00	11-Feb-19	31-12-2020
116	42	Juvinai Moniz	L3/1	\$ 204.00	12-Feb-19	31-12-2020
117	43	Lorenco Braganca	L3/1	\$ 204.00	13-Feb-19	31-12-2020
118	44	Lourenco Tai Leto da C.Maia	L3/1	\$ 204.00	14-Feb-19	31-12-2020
119	45	Lucia Ili	L3/1	\$ 204.00	15-Feb-19	31-12-2020
120	46	Lucilda Ili-Mau Alves	L3/1	\$ 204.00	16-Feb-19	31-12-2020

Ida ne’ebé nu’udar herdeiru tuir lei, la iha ema ida bele konkore ho nia ba susesaun óbito. **Amelia Canizio da Costa dos Santos**_____

_____Ema sé de’it mak hatene kona-ba herdeiru ruma ne’ebe la temi iha eskritura ne’ e karik, tenke fó hatene faktu ne’e ba notáriu iha Cartóriu Notarial de Dili._____

Kartóriu Notarial Dili, 29 Junho, 2020.

Notáriu,

Agostinho Goncalves Vieira

ESTRATUBAPÚBLIKASAUN

Ha’u sertifika katak, loron ida-ne’e, iha kartóriu Notarial de Dili, iha follas 195 no folhas 196 Livro Protokolu n°. 14/2020 nian, hakerek tiha eskritura pública ba HABILITASAUN HERDEIRUS ba **Felisberto dos Santos**, ho termu hirak tuir mai ne’e_____

iha loron 06.06.2020, faleceu **Felisberto dos Santos**, moris iha Liquiça tinan 73, faluk hela fatin ikus iha, suku Bairro Pite, munisipiu Dili, Mate iha Hospital Nacional Dili —

— Matebian la husik testamentu, ka la hatudu autór ruma ne’ebé nia fiar ba hosik hela ba únikus nia oan sira mak hanesan tuir neé_____

—**Abraão Marino dos Santos** moris iha Likisa, tinan 51,klosan ,hela fatin iha suku Bairro Pite, munisipiu Dili—

—**Aurendino Afonso dos Santos** moris iha Likisa, tinan 49, kaben, hela fatin iha suku Likisa, munisipiu Likisa, —

—**Felisbela Marcia dos Santos** moris iha Likisa, tinan 47, kaben, hela fatin iha suku Bebonuk, munisipiu Dili,

—**Altino Rafael dos Santos** moris iha Likisa, tinan 45, kaben, hela fatin iha suku Bebonuk, munisipiu Dili,

—**Lumena dos Santos** moris iha Dili, tinan 38, kaben, hela fatin iha suku Bairro Pite, munisipiu Dili, nia Mak sai nu’udar herdeiro legitimária._____

Ida ne’ebé nu’udar herdeiru t uir lei, la iha ema ida bele k onkore ho nia ba susesaun óbito. Felisberto dos Santos _____

_____Ema sé de’it mak hatene kona-ba herdeiru ruma ne’ebe la temi iha eskritura ne’ e karik, tenke fó hatene faktu ne’e ba notáriu iha Cartóriu Notarial de Dili._____

Kartóriu Notarial Dili, 01 Julho, 2020

.
Notáriu,

Agostinho Goncalves Vieira

ESTRATUBAPÚBLIKASAUN

Ha’u sertifika katak, loron ida-ne’e, iha kartóriu Notarial de Dili, iha follas 184 no folhas 185 Livro Protokolu n°. 14/2020

nian, hakerek tiha eskritura pública ba HABILITASAUN HERDEIRUS ba **Gabriel dos Santos**, ho termu hirak tuir mai ne’e_____

Iha loron 01.11.2019, faleceu **Gabriel dos Santos**, moris iha Aileu, tinan84, kaben ho **Maria Teresa de Jesus Soares**, hela fatin ikus iha, suku Comoro munisipiu Dili, Mate iha Aldeia Fomento, Suku Comoro, municipio Dili —

_____ Matebian la husik testamentu, ka la hatudu autór ruma ne’ebé nia fiar ba hosik hela ba úniku nia ferikuan hanesan tuir neé: Maria Teresa de Jesus Soares moris iha Dili, tinan 84, faluk, hela fatin iha suku Komoro, munisipiu Dili, nia Mak sai nu’udar herdeiros legitimária._____

Ida ne’ebé nu’udar herdeiru tuir lei, la iha ema ida bele k onkore ho nia ba susesaun óbito. **Gabriel dos Santos** _____

——Ema sé de’it mak hatene kona-ba herdeiru ruma ne’ebe la temi iha eskritura ne’ e karik, tenke fó hatene faktu ne’e ba notáriu iha Cartóriu Notarial de _____

Kartóriu Notarial Dili, 29 Junho, 2020.

Notáriu,

Agostinho Goncalves Vieira

ESTRATUBAPÚBLIKASAUN

Ha’u sertifika katak, loron ida-ne’e, iha kartóriu Notarial de Dili, iha follas 172 no folhas 173 Livro Protokolu n°. 14/2020 nian, hakerek tiha eskritura pública ba HABILITASAUN HERDEIRUS ba **Veronica Fatima Fernandes** , ho termu hirak tuir mai ne’e_____

—iha loron 24.04.2020, faleceu Veronica Fatima Fernandes, moris ih a Bobonaro, tinan 71, faluk , hela fatin ikus iha, suku Bairo Pite, munisipiu Dili, Mate iha Aldeia Niken Suku Bairro Pite, municipio Dili _____

_____ Matebian la husik testamentu, ka la hatudu autór ruma ne’ebé nia fiar ba hosik hela ba úniku nia oan hanesan tuir neé:_____

— **Imaculada Fatima Fernandes** moris iha Dili, tinan 47, kaben, hela fatin iha suku Bairro Pite, munisipiu Dili, nia Mak sai nu’udar herdeiros legitimária._____

Ida ne’ebé nu’udar herdeiru tuir lei, l a iha ema ida bele konkore ho nia ba susesaun óbito. **Veronica Fatima Fernandes**_____

_____Ema sé de’it mak hatene kona-ba herdeiru ruma ne’ebe la temi iha eskritura ne’ e karik, tenke fó hatene faktu ne’e ba notáriu iha Cartóriu Notarial de Dili._____

Kartóriu Notarial Dili, 19 Junho, 2020.

Notáriu,

Agostinho Goncalves Vieira

Jornal da República

DESPACHO N.º 04/MS/VI/2020

COMISSÃO DE GESTÃO DE PROJETOS DO FUNDO COVID-19

Considerando que o novo Coronavírus 2019 (COVID-19) é atualmente reconhecido como uma ameaça à Saúde Pública no contexto internacional, tendo sido declarada uma Pandemia Global pela Organização Mundial da Saúde no dia 11 de Março de 2020;

Com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, foi decretado o Estado de Emergência Nacional, nos termos do Decreto do Presidente da República n.º 29/2020 de 27 de março;

Considerando que a 15 de Abril de 2020, o Conselho de Ministros aprovou o projeto de Decreto do Governo que estabelece as regras de execução da despesas do Fundo COVID-19 criado pela Lei n.º 2/2020, de 6 de Abril, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 12/2020 de 14 de Abril de 2020;

Considerando que estão sujeitos ao Regime Jurídico do Aprovisionamento todas as atividades de aquisição de bens e serviços, assim como a execução de obras para fins públicos as quais devem observar as regras tipificadas no referido regime jurídico, só se admitindo as exceções previstas na lei;

Considerando ainda que a execução eficiente e eficaz do Fundo COVID-19 atribuído ao setor da saúde requer o reforço da capacidade técnica e gerencial do Ministério da Saúde, necessária à transparência e eficácia das medidas de prevenção e mitigação do COVID-19, sendo neste sentido necessário estabelecer uma comissão de avaliação de propostas de cotação, concurso público (nacional e internacional), cujas competências encontram-se no Regime Jurídico do Aprovisionamento;

Assim, ao abrigo das competências atribuídas ao Ministro da Saúde, na versão republicada do Decreto-Lei N.º 14/2018/2020 de 17 de Agosto que aprova a orgânica do VIII Governo Constitucional, determino o seguinte:

1. Criar Comissão da Gestão do Fundo COVID-19, no âmbito do Ministério da Saúde, abreviadamente designada por PMC (proveniente do inglês ‘*Project Management Commission*’);
2. Sem prejuízo do exercício das demais competências incumbidas à Comissão Executiva da Saúde para a Gestão do Surto COVID-19, compete a PMC, designadamente:
 - a) Definir, em articulação com os membros da Comissão Executiva da Saúde para o Surto COVID-19, os critérios e especificações técnicas dos projetos de licitação afetas às despesas por sub-programas de prevenção e mitigação do COVID-19, no âmbito *do Fundo COVID-19*.
 - b) Prestar aconselhamento e formular recomendações sobre assuntos relacionados com a gestão do Fundo COVID-19 que, para o efeito, lhe sejam apresentados pela Comissão Executiva da Saúde para o Surto COVID-19 e pela Ministra da Saúde.
 - c) Desenvolver os mecanismos de monitorização e avaliação permanente da execução das despesas por programa relacionadas com o Fundo COVID-19.
 - d) Preparar os Termos de Referência para/e os documentos administrativos imperativos ao processamento do aprovisionamento e contratações públicas para fornecimento de bens e serviços necessários à implementação do Fundo.
 - e) Preparar tecnicamente as estimativas de custo com vista à avaliação económica e financeira dos projetos de infraestrutura e apetrechamento das unidades de quarentena e de isolamento.
 - f) Acompanhar a execução das atividades do Fundo COVID-19, por forma a avaliar a sua coerência com os resultados esperados, bem como com o cronograma definido e os documentos contratuais.
 - g) Coordenar e Monitorizar a gestão dos projetos de co-financiamento da implementação do ‘*master plan*’ da saúde para a prevenção e controlo do COVID-19.

Série II, N.º 25

Sexta-Feira, 3 de Julho de 2020

Página 802

Jornal da República

Considerando o despacho n.º 5237/2018/PCFP, que reintegrou os docentes ao quadro da função pública e informou a UNTL sobre a obrigação de indemnização ao Estado dos valores investidos na bolsa de estudo, em caso da conclusão do curso sem aproveitamento, nos termos do Decreto-Lei nr. 12/2009, de 18 de fevereiro;

Considerando o despacho n.º 7013/2020/CFP, que determinou a abertura do processo disciplinar para investigar a conduta dos funcionários;

Considerando as informações do pessoal de Recursos Humanos da UNTL, sobre o ajuste dos nomes de funcionários que entraram no processo disciplinar, nos termos do despacho n.º 7013/2020/CFP;

Considerando que os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser rectificad os, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato, nos termos do artigo 60.º do Decreto-Lei 32/2008, de 27 de agosto.

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública a instauração de procedimento administrativo disciplinar, em razão da delegação contida na deliberação n.º 35/2017, de 20 de Novembro, da Comissão da Função Pública;

Assim, o Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a deliberação da delegação acima citada, decide:

1. DETERMINAR a retificação para o ajuste dos nomes de funcionários ao qual entrou no processo disciplinar nos termos do despacho n.º 7013/2020/CFP;
2. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta de Zeferino Miranda do Carmo Tilman, Celestino Boavida Pereira, Felismina Maia e Pedro Correia, todos são Docentes da UNTL;
3. Designar Fausto Freitas da Silva, Chefe Unidade Jurídica da CFP, como instrutor do processo.

Publique-se

Dili, 06 de março de 2020

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Despacho n.º 7067/2020/PCFP

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6 da Lei número 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que o Decreto-Lei número 22/2011, de 08 de Junho estabelece os critérios e condições para a contratação de agentes da Administração Pública;

Considerando o ofício 147/DNRH/MEJD/2020, de 27 de fevereiro, que solicita o contrato de trabalho para 394 professores em 10 municípios e RAEOA;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de Junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de Agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, o contrato de trabalho sob a rubrica de salários e vencimentos de agentes da Administração Pública adiante para prestar serviços nas actividades do MEJD no período indicado:

No Ge-ral	No Or-dem	Nome Completo	Categ	Salário	Início	Fim
MUNISIPIU AILEU						
1	1	Esmeralda de Jesus Pinto	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
2	2	Felismina Soares da Graça	L3/1	\$ 204.00	2-Jan-19	31-12-2020
3	3	Imaculada N. Corte Real	L3/1	\$ 204.00	3-Jan-19	31-12-2020
4	4	Januario Cuca	L3/1	\$ 204.00	4-Jan-19	31-12-2020
5	5	Januario Martins	L3/1	\$ 204.00	5-Jan-19	31-12-2020
6	6	João Baptista de Andrade	L3/1	\$ 204.00	6-Jan-19	31-12-2020
7	7	Natalia da Costa	L3/1	\$ 204.00	7-Jan-19	31-12-2020
8	8	Santina N. Mendonca	L3/1	\$ 204.00	8-Jan-19	31-12-2020
9	9	Zelina da Costa Silva	L3/1	\$ 204.00	9-Jan-19	31-12-2020
10	10	Augusta Mendonca	L3/1	\$ 204.00	10-Jan-19	31-12-2020
11	11	Filomena Maria Gomes	L3/1	\$ 204.00	11-Jan-19	31-12-2020
12	12	Marta Doutel Sarmiento	L3/1	\$ 204.00	12-Jan-19	31-12-2020
13	13	Veronica Margaret	L3/1	\$ 204.00	13-Jan-19	31-12-2020
14	14	Rogério Mendonca Martins	L3/1	\$ 204.00	14-Jan-19	31-12-2020
15	15	Victor dos Santos	L3/1	\$ 204.00	15-Jan-19	31-12-2020
16	16	Luciana Bi Terça	L3/1	\$ 204.00	16-Jan-19	31-12-2020
17	17	Anarela dos Santos	L3/1	\$ 204.00	17-Jan-19	31-12-2020
18	18	Fernanda Soares Mendonca	L3/1	\$ 204.00	18-Jan-19	31-12-2020
19	19	João Maia	L3/1	\$ 204.00	19-Jan-19	31-12-2020
20	20	Lucia Mendonca	L4/1	\$ 272.00	20-Jan-19	31-12-2020
MUNISIPIU AINARO						
21	1	Abril Xavier	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
22	2	Agustinha Nunes	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
23	3	Agustinho da Silva	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
24	4	Anabela Amaral Barros	L4/1	\$ 272.00	1-Jan-19	31-12-2020
25	5	Angelina da C. M. Alves	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020
26	6	Bonifacia A. dos R. Fatima	L3/1	\$ 204.00	1-Jan-19	31-12-2020

Série II, N.º 25

Sexta-Feira, 3 de Julho de 2020

Página 931

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, e atendendo ao disposto na decisão de delegação acima, decide:

CONCEDER ao TP/D Adelino Rojário, licença com vencimentos para fins de estudo, pelo período de dois anos, desde 01 de janeiro de 2020 até 01 de março de 2022.

Publique-se.

Dili 05 de março de 2020

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho n.º 7064/2020/PCFP

Considerando as informações do ofício nr 99/DGSC/2020, de 4 de março, do MF, que solicitou a reintegração do funcionário ao serviço após a licença anteriormente concedida.

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Considerando a delegação de competências ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão de delegação acima, decide:

REINTEGRAR a TP D Maria Eursolia Ramlah Ferreira Amaral aos quadros da Função Pública, determinando o retorno ao MF, desde 1 de março de 2020.

Publique-se.

Díli, 06 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho Nº 7065/2020/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício 31/GDE.IADE/III/2020, sobre o pedido de cancelamento do suplemento de recolocação anteriormente autorizado aos funcionários pelos serviços prestados nos municípios.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respectivo benefício, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 20/2010, de 1 de dezembro, sobre o Suplemento salarial de ajuda de custo por recolocação.

Considerando a alínea e) da decisão 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes para autorizar os suplementos nos termos do Decreto-Lei 20/2010, de 01 de dezembro.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a decisão acima citada, decide:

CANCELAR a ajuda de custo por recolocação, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 20/2010, de 1 de dezembro, aos funcionários do IADE, em razão de exerceram cargos na estrutura central do IADE, com os efeitos desde 11 de fevereiro de 2020, como adiante:

1. Juvinal Alves;
2. Sérgio José da Conceição Pereira; e
3. Mário Fátima da C. Ximenes

Publicue-se

Dili, 05 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho N.º 7066/2020/CFP

Considerando que compete à Comissão da Função Pública instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública.

- h) Avaliar o progresso das atividades e/ou projetos executados, em colaboração com outros serviços competentes do MS.
- i) Providenciar os relatórios atempados de execução técnica e financeira do Fundo COVID-19, reportando as suas conclusões à Ministra da Saúde.

3. A PMC é composto pelos seguintes membros:

- a) Agapito da Costa, Coordenador Geral de Projetos
- b) Elizito Barreto Araújo, Gestor de Projetos de Fornecimento de Bens, Serviços e Equipamentos Não-Médicos
- c) Nelson Guterres Castro, Gestor Projetos de Fornecimento de Bens, Serviços e Equipamentos Médicos
- d) Alípio Hendrique Guterres, Gestor de Projetos de Construção ou Infraestrutura
- e) Aida Abreu Duca, Secretária da Comissão

4. Estabelecer a Sub-Comissão de Recepção de Documentos de Concurso Público, no âmbito do Fundo COVID-19, composto pelos seguintes membros:

No.	Nome	Local de Serviço	Membro
1	Judith Ximenes	Direção Nacional de Administração, Logística e Patrimónia	Membro Efetivo, Presidente
2	Marina Piedade	Direção Nacional de Administração, Logística e Patrimónia	Membro Efetivo, Secretária
3	Julmira S. Da S. Soares	Direção Nacional de Administração, Logística e Patrimónia	Membro Efetivo

5. Estabelecer a Sub-Comissão de Avaliação de Propostas de Concurso e Cotações, no âmbito do Fundo COVID-19, composto pelos seguintes membros:

A. PROJETOS DE BENS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NÃO-MÉDICOS

No.	Nome	Local de Serviço	Membro
1	Silvano Pedro de Jesus Amaral	Direção Nacional de Saúde Pública	Membro Efetivo, Presidente
2	Júlio dos Santos	Direção Nacional de Administração, Logística e Patrimónia	Membro Efetivo, Secretária
3	Paulo da Costa Rego	Direção Nacional de Saúde Pública	Membro Efetivo
4	Jubina Fernandes	Direção Nacional de Finanças e Administração do Ministério da Educação	Membro Efetivo
5	Domingos Aleixo	Direção Nacional de Saúde Pública	Membro Suplente
6			Membro Variável

B. PROJETOS DE BENS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS

No.	Nome	Local de Serviço	Membro
1	Delfin da Costa X. Ferreira	Direção Nacional da Farmácia e Medicamentos	Membro Efetivo, Presidente
2	Domingos da Silva	Direção Nacional de Apoio a Serviços Hospitalares	Membro Efetivo, Secretária
3	Edgar Fatima de Asis	Direção Nacional de Apoio a Serviços Hospitalares	Membro Efetivo
4	Otávio Pinto	Direção Nacional de Saúde Pública	Membro Efetivo
5	Maria Santana Gomes	Direção Nacional de Apoio a Serviços Hospitalares	Membro Suplente
6			Membro Variável

C. PROJETOS DE INFRAESTRUTURAS

No.	Nome	Local de Serviço	Membro
1	João Bras Belo	Direção Nacional de Administração, Logística e Patrimónia	Membro Efetivo, Presidente
2	Felipe da Silva	Direção Nacional de Administração, Logística e Patrimónia	Membro Efetivo, Secretária
3	Pascoal Couto de Jesus	Direção Nacional Aproveitamento do Ministério da Educação, Juventude e Desporto	Membro Efetivo
4	Apolinário Guterres	Gabinete de Política, Planeamento e Cooperação	Membro Efetivo
5	Rigoberto D. N. De Carvalho	Direção Nacional de Administração, Logística e Patrimónia	Membro Suplente
6			Membro Variável

6. Determinar que a Sub-Comissão de Recepção de Documentos de Concurso Público e a Sub-Comissão de Avaliação de Propostas de Concurso e Cotações, , funcionam e deliberam com a maioria dos membros permanentes e, em caso de empate, o voto de qualidade é definida por quem preside.
7. Determinar que ao secretário de cada grupo de Projectos acima definidos em A, B e C, compete ainda elaborar a ata que deve conter, sempre que possível, dos os elementos do projecto, assinada por todos os presentes na reunião, e enviá-la para a Ministra da Saúde ou a quem delegar.
8. Incumbir à Direção Nacional de Aprovisionamento a submissão de todos os documentos pertinentes ao exercício de funções da PMC, e que tenham sido solicitados por por escrito pelo Presidente da Comissão.
9. Os órgão e serviços da administração direta e indireta do Estado, no âmbito do Ministério da Saúde, bem como os Cordenadores e Pontos Focais dos Pilares da Comissão Executiva da Saúde para o Surto COVID-19, devem colaborar com a PMC, prestando-lhe informações e fornecendo-lhe os documentos que por esta lhes forem solicitadas.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder licença com vencimentos para fins de estudos, nos termos da decisão n.º 19/2009, de 22 de Outubro e do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho.

Considerando o que dispõe o artigo 53.º, inciso I, “F”, do Estatuto da Função Pública.

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, e atendendo ao disposto na decisão de delegação acima, decide:

CONCEDER a TA/E Agata Benvinda Pereira Boavida, funcionária do MNEC, licença com vencimentos para fins de formação, pelo período de 14 semanas, com o início desde 24 de fevereiro até 29 de maio de 2020.

Publicue-se.

Dili 05 de março de 2020

Faustino Cardoso Gomes

Presidente da CFP

Despacho nº 7062/2020/PCFP

Considerando as informações do ofício 25/SG/MNEC/II/2020, que solicitou a licença com vencimentos para fins de estudo do funcionário.

Considerando o parecer favorável da Direção Nacional de Formação e Desenvolvimento do SCFP.

Considerando que o objecto do evento de capacitação é de relevância para o desenvolvimento nacional.

Considerando que pode ser concedida ao funcionário licença com vencimentos para fins de estudo, nos termos do artigo 33.^o do Decreto-Lei 38/2012, de 1 de agosto;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder licença com vencimentos para fins de estudos, nos termos da decisão n.º 19/2009, de 22 de Outubro e do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho.

Considerando o que dispõe o artigo 53.º, inciso I, “f”, do Estatuto da Função Pública.

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, e atendendo ao disposto na decisão de delegação acima, decide:

CONCEDER ao TS/B Julio Martins, funcionário do MNEC, licença com vencimentos para fins de estudo, pelo período de dois anos, desde 30 de março de 2020 até 30 de março de 2022.

Publique-se.

Dili 05 de março de 2020

Faustino Cardoso Gomes

Presidente da CFP

Despacho nº 7063/2020/PCFP

Considerando as informações do ofício 917/GSG/XII/2019, que solicitou a licença com vencimentos para fins de estudo do funcionário.

Considerando o parecer favorável da Direção Nacional de Formação e Desenvolvimento do SFCF.

Considerando que o objecto do evento de capacitação é de relevância para o desenvolvimento nacional.

Considerando que pode ser concedida ao funcionário licença com vencimentos para fins de estudo, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei 38/2012, de 1 de agosto;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder licença com vencimentos para fins de estudos, nos termos da decisão n.º 19/2009, de 22 de Outubro e do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, artigo 53.º, inciso I, “f”, do Estatuto da Função Pública.

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP;

Jornal da República	
CONCEDER ao TA/E, Jose Nunes, funcionário do MAP, licença sem vencimentos pelo período de um ano, com os efeitos desde 01 de março de 2020 até 28 de fevereiro de 2021.	Despacho n.º 7060/2020/PCFP
Publique-se	Considerando as informações do ofício de referência MS-INS/GDE/II/2020, que solicitou a reintegração do funcionário ao serviço após a licença anteriormente concedida.
Dili, 05 de março de 2020	Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.
Faustino Cardoso Gomes Presidente da CFP	Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.
Despacho n.º 7059/2020/PCFP	Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.
Considerando as informações do ofício de referência 30/MACLN/DGACLN/II/2020, que esclarece o ofício da CFP, cuja referência 136/2019, sobre o pedido de confirmação da transferência do funcionário de SECOMS para o MACLN.	Considerando a delegação de competências ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.
Considerando a decisão n.º 3237/2019/CFP, pela qual foi nomeado Rogério Paulo Chaves para o cargo de chefia no MACLN, após o processo de seleção por mérito.	Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão de delegação acima, decide:
Considerando o disposto no artigo 31.º da Lei n.º 8/2004 de 16 de junho, com a redação dada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho, que aprovou o Estatuto da Função Pública.	REINTEGRAR Caetano Gusmão aos quadros da Função Pública, determinando o retorno do mesmo ao Instituto Nacional da Saúde, desde 02 de março de 2020.
Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.	Publique-se.
Considerando a decisão n.º 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal os poderes da CFP.	Díli, 05 de março de 2020.
Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima citada, decide:	Faustino Cardoso Gomes Presidente da CFP
TRANSFERIR Rogério Paulo Chaves do quadro da SECOMS para integrar o quadro do MACLN, com os efeitos desde julho de 2019.	Despacho n.º 7061/2020/PCFP
Publique-se.	Considerando as informações do ofício 26/SG/MNEC/II/2020, que solicitou a licença com vencimentos para fins de formação da funcionária.
Díli, 05 de março de 2020	Considerando o parecer favorável da Direção Nacional de Formação e Desenvolvimento do SCFP.
Faustino Cardoso Gomes Presidente da CFP	Considerando que o objecto do evento de capacitação é de relevância para o desenvolvimento nacional.
	Considerando que pode ser concedida ao funcionário licença com vencimentos para fins de estudo, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei 38/2012, de 1 de agosto;

Jornal da República	
10. Mediante a aprovação prévia da Ministra da Saúde, a PMC pode ainda recorrer aos serviços prestados pelos assessores técnicos do MS e/ou contratar novos assessores, nomeadamente no que concerne ao desenho integrado do Plano Mestre, apoio jurídico e contencioso, gestão financeira, monitorização e avaliação dos projetos, zelando pelo cumprimento de prazos e normas do Fundo COVID-19.	cobertura universal da saúde, no âmbito dos objetivos definidos no Programa do VIII Governo Constitucional;
11. Os membros da PMC reúnem sempre que seja convocada pelo Coordenador Geral de Projetos ou pela maioria dos seus membros.	Tendo presente que o Regime Jurídico do Aprovisionamento e as normas de execução Orçamental previstas no Decreto do Governo nº 1/2020 de 15 de Janeiro sobre o Regime Duodecimal no Ano Financeiro de 2020, e ainda no Decreto do Governo n.º 5/2020 de 4 de Abril referente a primeira alteração às normas de execução do Orçamento Geral do Estado para 2019, prevêem expressamente a possibilidade do Minsitro delegar as suas competências próprias, em matéria de aprovisionamento e de pedidos de pagamentos, respetivamente;
12. À PMC será atribuída um espaço físico no seio das instalações do Ministério da Saúde, apetrechado com mobiliário e material de escritório necessário à prossecução das suas atribuições, pela Direção Nacional de Administração, Logística e Património.	Assim, nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei nº 14/2018 de de 17 de Agosto, na sua versão atualizada pelo Decreto-Lei nº 27/2020 de de 19 de Junho, sobre a orgânica do VIII Governo Constitucional, determino o seguinte:
13. A extinção do Fundo COVID-19 não pode por em causa os programas, projetos e atividades em curso para os quais o financiamento já tenha sido alocado, pelo que a PMC vigora durante o período de contenção e mitigação do COVID-19 em Timor-Leste.	1. Delegar no Vice-Ministro da Saúde, Sr. Bonifácio Mau Coli dos Reis, sem faculdade de subdelegação, as seguintes competências:
14 O presente despacho revoga o anterior n.º 01/MS/VI/2020 de 16 de Junho, e produz efeito imediato a partir da data da sua assinatura.	a) A tutela e superintendência sobre os assuntos relacionados com as atividades prestadas pela Direção Geral das Prestações de Saúde, com particular atenção para a prestação de cuidados de saúde primários no âmbito dos Serviços Municipais de Saúde.
Publique-se.	b) Aprovação dos Formulários de Compromisso de Pagamento (CPVs), Ordens ou Pedidos de Pagamento (PO ou PRT) afetos aos órgãos acima mencionados na alínea (a), cujos valores sejam superiores a USD \$50,000.00 (Cinquenta mil dólares americanos) e inferiores a USD \$150,000.00 (Cento e cinquenta mil dólares americanos), referentes ao Orçamento Geral do Estado (incluindo Fundo COVID-19) e Fundos Externos atribuídos ao Ministério da Saúde.
Dili, 26 de Junho de 2020	c) Adjudicação de concursos e assinaturas de contratos referentes ao Orçamento Geral do Estado e Fundos Externos afetos aos órgãos acima mencionados na alínea (a), com valores superiores a USD \$50,000.00 (Cinquenta mil dólares americanos) e inferiores a USD \$150,000.00 (Cento e cinquenta mil dólares americanos), referentes ao Orçamento Geral do Estado (incluindo Fundo COVID-19) e Fundos Externos (incluindo Fundo Global) atribuídos ao Ministério da Saúde.
dr. Odete Maria Freitas Belo, MPH Ministra da Saúde	2. Todas as despesas deve ser autorizadas em consonância com os planos de ação, planos de despesa e de aprovisionamento aprovados mediante as respetivas dotações orçamentais, pelo que o Vice-Ministro da Saúde assume a responsabilidade civil e criminal pelos atos e omissões que resultem de violação das normas de execução orçamental, nos termos da legislação aplicável.
DESPACHO N.º 05/MS/VI/2020	3. Para todos os efeitos, a presente delegação de competências não exclui o dever do Vice-Ministro da Saúde consultar a Ministra da Saúde sempre que se revele necessário e adequado, e de a manter informada de assuntos correntes do Ministério.
Delegação de Competências no Vice-Ministro da Saúde	
Considerando que, nos termos da lei, o Ministro pode delegar o exercício de competências próprias no Vice-Ministro, sempre que a delegação não seja expressamente proibida por lei;	
Considerando que, de acordo com o Decreto-Lei nº 27/2020 de de 19 de Junho, sobre a segunda alteração da orgânica do VIII Governo Constitucional, o Ministro da Saúde é coadjuvado , no exercício das suas funções, pelo Vice-Ministro da Saúde, cujas competências lhe são delegadas pelo Ministro;	
Atendendo a necessidade de assegurar a gestão dos serviços centrais do Ministério da Saúde e, promover a prossecução da	

Jornal da República	
<div>4. A Ministra da Saúde pode, a qualquer momento que considere pertinente e necessário, tomar decisões e assumir as competências próprias acima delegadas, nos termos da lei.</div> <div>5. O presente despacho produz efeito imediatamente a partir da data da sua assinatura.</div> <div>Publique-se.</div> <div>Dili, 30 de Junho de 2020</div> <div>A Ministra da Saúde,</div> <div><div>dr. Odete Maria Freitas Belo, MPH</div></div> <div><div>DESPACHO N.º 06/MS/VI/2020</div><div>Delegação de Competências nos Diretores Gerais</div><div>Considerando que a delegação de competências deve proceder dos dirigentes de maior grau hierárquico para dirigentes de grau inferior, podendo, nestes termos, o Ministro delegar o exercício de competências próprias nos Vice-Ministros, Secretários de Estado e nos dirigentes máximos dos serviços;</div><div>Atendendo a necessidade de assegurar a gestão dos serviços centrais do Ministério da Saúde e, promover o desempenho adequado das competências atribuídas para a Direção Geral dos Serviços Corporativos e a Direção Geral das Prestações em Saúde, no âmbito do Decreto-Lei nº 3/2019 de 5 de Março;</div><div>Tendo presente que o Regime Jurídico do Aprovisionamento e as normas de execução Orçamental previstas no Decreto do Governo nº 1/2020 de 15 de Janeiro sobre o Regime Duodecimal no Ano Financeiro de 2020, e ainda no Decreto do Governo n.º 5/2020 de 4 de Abril referente a primeira alteração às normas de execução do Orçamento Geral do Estado para 2019, prevêem expressamente a possibilidade do Ministro delegar as suas competências próprias, em matéria de aprovisionamento e de pedidos de pagamentos, respetivamente;</div><div>Assim, nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei nº 14/2018 de de 17 de Agosto, na sua versão atualizada pelo Decreto-Lei nº 27/2020 de de 19 de Junho, sobre a orgânica do VIII Governo Constitucional, determino o seguinte:</div><div>1. Delegar no Diretor Geral dos Serviços Corporativos, Sr. Vítor Soares Martins, sem faculdade de subdelegação, as seguintes competências:<div>a) Aprovação dos Formulários de Compromisso de Pagamento (CPVs), Ordens ou Pedidos de Pagamento (PO ou PRT) afetos aos órgãos sob a sua dependência</div></div></div> <div><div>hierárquica, cujos valores sejam inferiores a USD \$50,000.00 (cinquenta mil dólares americanos), referentes ao Orçamento Geral do Estado (incluindo Fundo COVID-19) e Fundos Externos atribuídos ao Ministério da Saúde.</div><div>b) Adjudicação de concursos e assinaturas de contratos referentes ao Orçamento Geral do Estado e Fundos Externos afetos aos órgãos sob a sua dependência hierárquica, cujos valores sejam inferiores a USD \$50,000.00 (cinquenta mil dólares americanos), referentes ao Orçamento Geral do Estado (incluindo Fundo COVID-19) e Fundos Externos atribuídos ao Ministério da Saúde.</div><div>2. Delegar na Diretora Geral das Prestações em Saúde, Dra. Odete da Silva Viegas, sem faculdade de subdelegação, as seguintes competências:<div>c) Aprovação dos Formulários de Compromisso de Pagamento (CPVs), Ordens ou Pedidos de Pagamento (PO ou PRT) afetos aos órgãos sob a sua dependência hierárquica, cujos valores sejam inferiores a USD \$50,000.00 (cinquenta mil dólares americanos), referentes ao Orçamento Geral do Estado (incluindo Fundo COVID-19) e Fundos Externos atribuídos ao Ministério da Saúde.</div><div>d) Adjudicação de concursos e assinaturas de contratos referentes ao Orçamento Geral do Estado e Fundos Externos afetos aos órgãos sob a sua dependência hierárquica, cujos valores sejam inferiores a USD \$50,000.00 (cinquenta mil dólares americanos), referentes ao Orçamento Geral do Estado (incluindo Fundo COVID-19) e Fundos Externos atribuídos ao Ministério da Saúde.</div></div><div>3. Todas as despesas deve ser autorizadas em consonância com os planos de ação, planos de despesa e de aprovisionamento aprovados mediante as respetivas dotações orçamentais, pelo que ambos os Diretores Gerais assumem responsabilidade civil e criminal pelos atos e omissões que resultem de violação das normas de execução orçamental, nos termos da legislação aplicável.</div><div>4. Para todos os efeitos, a presente delegação de competências não exclui o dever dos Diretores Gerais consultar a Ministra da Saúde sempre que se revele necessário e adequado, e de a manter informada de assuntos correntes do Ministério.</div><div>5. O presente despacho produz efeito imediatamente a partir da data da sua assinatura.</div><div>Publique-se.</div><div>Dili, 30 de Junho de 2020</div><div>A Ministra da Saúde,</div><div><div>dr. Odete Maria Freitas Belo, MPH</div></div></div>	

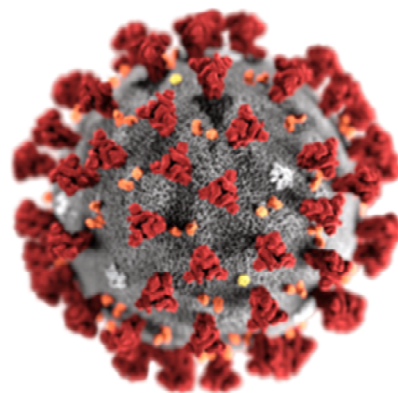
Jornal da República	
<div>Considerando que o funcionário público nomeado em comissão de serviço para cargos de direção e chefia matém a remuneração e demais direitos da carreira de origem, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei 25/2016 de 29 de junho.</div> <div>Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.</div> <div>Considerando a decisão n.º 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal os poderes da CFP.</div> <div>Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima citada, decide:</div> <div>Destacar pelo período de dois anos, os funcionários do MEJD para prestar apoios no MAE, com os efeitos desde 5 de fevereiro de 2020, como adiante:</div> <div>1. Professor Caetano dos Santos Ribeiro;</div> <div>2. Professor Pedro Lacu Buti; e</div> <div>3. Professor Isaías Lurdes Guterres.</div> <div>Publique-se.</div> <div>Díli, 05 de março de 2020</div> <div><div>Faustino Cardoso Gomes</div>Presidente da CFP</div> <div><div>Despacho n.º 7057/2020/PCFP</div><div>Considerando as informações do ofício de referência 99/PAM-DILI/II/2020, que solicitou a reintegração do funcionário ao serviço após a licença anteriormente concedida.</div><div>Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.</div><div>Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.</div><div>Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.</div></div>	<div>Considerando a delegação de competências ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.</div> <div>Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão de delegação acima, decide:</div> <div>REINTEGRAR Nelson Exposto e Silva aos quadros da Função Pública, determinando o retorno do mesmo ao Ministério da Educação Juventude e Desporto, desde 06 de janeiro de 2020.</div> <div>Publique-se.</div> <div>Díli, 05 de março de 2020.</div> <div><div>Faustino Cardoso Gomes</div>Presidente da CFP</div> <div><div>Despacho Nº 7058/2020/PCFP</div><div>Considerando as informações apresentadas no ofício de referência 105/GSG/II/2020, do Ministério da Agricultura e Pescas, que solicitou a licença sem vencimentos ao funcionário pelo período de um ano.</div><div>Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.</div><div>Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças sem vencimentos, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.</div><div>Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento.</div><div>Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.</div><div>Considerando a alínea c) da decisão 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP para conceder licenças aos funcionários públicos.</div><div>Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima citada, decide :</div></div>



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL
Ministério da Saúde

PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

Novo Coronavirus 2019 (COVID-19)



Comissão Executiva da Saúde para o Surto do Coronavirus 2019
(Comissão da Saúde COVID-19)

11	Deolinda M.de O.Sarmiento	03. 323 G	Kijang Innova	MHFXXW41G3A0040353
12	Anita Tavares Ribeiro de Jesusu	03.324 G	Kijang Innova	MHFXXW41G5A0040421
13	Elio Pereira Guimaraens	04.755 G	Toyota Prado	MHFXXW41G9A0040762
14	Manuel da Silva	03.119 G	Mitsubishi Triton	MMAJNKB40AD02764
15	Fausto Freitas da Silva	04.721G	Toyota Land Cruiser Prado	TEBK29J000024210
16	Logística	06.490 G	Hilux double Cabin	MR0KB8CD7K1121851
16	Logística	06.489 G	Hilux double Cabin	MR0KBCD3K1209019

Publique-se.

Dili 04 de março de 2020

Faustino Cardoso Gomes
 Presidente da CFP

Despacho N.º 7052/2020/CFP

Considerando que compete à Comissão da Função Pública instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando o relatório da investigação preliminar do GIA-SCFP sobre as atitudes dos funcionários da Autoridade Aduaneira do Ministério das Finanças;

Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte de funcionário da Autoridade Aduaneira do Ministério das Finanças;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública a instauração de procedimento administrativo disciplinar, em razão da delegação contida na deliberação n.º 35/2017, de 20 de Novembro, da Comissão da Função Pública;

Assim, o Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a deliberação da delegação acima citada, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta de João Natividade e Moises Zeferino, ambos são funcionários de Autoridade Aduaneira do Ministério das Finanças.

2. Designar o Diretor Nacional de Disciplina Ética e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Dili, 04 de março de 2020

António Freitas
 Comissário Disciplinar da CFP

Despacho n.º 7053/2020/PCFP

Considerando as informações do ofício 106/Gab-DE/HNGV/II/2020, do Hospital Nacional Guido Valadares, que solicitou a exoneração do funcionário recém-recrutado, em razão do requerimento de resignação do pessoal.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º e o n.º 1 e 2 do artigo 117.º ambos do Estatuto da Função Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão acima, decide:

CESSAR a relação jurídica do Assistente de Enfermagem Tomás Aquino da Costa Gonçalves, em razão do pedido de resignação, que exerce no quadro da Função Pública, no HNGV, com os efeitos desde 29 de janeiro de 2020.

Publique-se

Díli, 04 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
 Presidente da CFP

- d) Napoleão Bonaparte Ximenes, do MJ – Suplente; e
- e) Santarina Xavier Rosário, da CFP – Suplente.
- II. Membros do Painel de Júri para os cargos de direção geral, nacional e chefes de unidades, no total de 4:
- a) Vicente Fernandes e Brito, do PSIC – Presidente de Júri;
- b) Francisco Carceres, do MJ – Vogal;
- c) Maria de Jesus Sarmiento, SCFP – Vogal;
- d) José Luis Goia, do MJ – Vogal;
- e) Marcelo Nunes, do CFJJ – Vogal; e
- f) Maria da Costa Oliveira, do SCFP – Suplente.

- III. Membros do Painel de Júri para os cargos de direção geral e nacional, no total de 4:
- a) Cancio Xavier, do MP – Presidente do Painel;
- b) Melisa Auxiliadora Soares Tilman, do MJ – Vogal;
- c) Benvinda Naeloi Silva de Jesus Carvalho, do MJ – Vogal;
- d) Pedro Amaral Barreto, MJ – Vogal;
- e) António Freitas, da CFP – Vogal;
- f) Tiago Amaral Sarmiento, do MJ – Suplente; e
- g) Hélio Pereira Guimarães, da CFP; Suplente.

- IV. Membros do Painel de Júri para os cargos de direção geral e nacional, no total de 4:
- a) António Gonçalves, do CFJJ, Presidente do Painel;
- b) Olga Barreto, do MP, Vogal;
- c) Fausto Freitas, da CFP, Vogal;
- d) Maria Cabral, do MJ, Vogal;
- e) Carlos Afonso da Maia, do MJ, Vogal;
- f) Paul Jorge Dinis Eliseu, do MJ, Suplente; e

- g) Carina Alexandra Jesus Vicente Amaro, do MJ – Suplente.
2. DETERMINAR a abertura do concurso e entregar as operações ao presidente do júri.

Publique-se

Díli, 02 de março de 2020.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho n.º 7051/2020/PCFP

Considerando que é necessário atualizar a lista de usuários de veículos pelos ocupantes dos cargos de direção e chefia na estrutura do Secretariado da CFP, a qual foi apresentada já para a obtenção da autorização do uso, nos termos da permissão dada pelo n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 8/2003, de 18 de junho.

Considerando que a transferência do património aos usuários deve ser autorizada pelo superior máximo, de forma a assegurar a responsabilidade no uso, bem como facultar os usuários para o uso nos termos e condições legalmente determinados.

Considerando que podem ser afetados veículos do Estado, de forma temporária ou permanente, aos usuários, por razões estritamente relacionadas com o serviço, com base em proposta fundamentada do chefe do serviço de nível igual ou superior a Diretor de Serviço, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do dip;oma legal acima citada.

Considerando que compete ao Presidente da Comissão da Função Pública responsabilizar-se pela supervisão do Secretariado da CFP, conforme a alínea e) do artigo 15.º da Lei 7/2009, de 15 de julho.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

AUTORIZAR a atualização para o uso dos veículos pelos usuários, os ocupantes dos cargos de direção e chefia, a conduzir os veículos pertencentes ao Estado, sob a guarda da CFP, fora do horário normal de utilização, para fins profissionais, pelo período do cargo, nos termos do artigo 3.º do Decreto Lei n.º 8/2003, de 18 de junho, como adiante:

N	UTILIZADOR	No CHAPA	MARCA & MODELO DO VEÍCULO	NO. SERIAL/CHASIS
1	Maria de Jesus Sarmiento	03.609G	Toyota Prado	JTEBK29J00024210
2	Nelson P.R.de Jesus	05.524 G	Mitsubitshi Pajero	JMFLNV98WJ000253
3	Florindo da Costa	04.873G	Toyota Prado	JTEBK-297-900-001-833
4	Suzi Marcal	05.813G	Mitsubitshi Pajero	MFLYWV97W8J0003432
5	Francisco da Costa Pereira	05.816G	Mitsubitshi Pajero	MFLYWV97W8J000587
6	Maria J.A Mesquita	05.815G	Mitsubitshi Pajero	JMFLYV97W9J000163
7	Maria da Costa Oliveira	05.814G	Mitsubitshi Pajero	MFLWV97W8J000820
8	Nelson P.R.de Jesus	05.524 G	Mitsubitshi Pajero	JMFLNV98WJ000253
9	Santarina Xavier	04.455G	Pajero GLX Wagon	JHFLYV97W8J000603
10	Agapito da Conceicao	03.853G	Kijang Innova	MMAJNKB40AD02983

MENSAGEM

É com orgulho que apresento este documento orientador e de relato das ações de resposta ao surgimento do surto pelo novo coronavírus SARS-CoV2 (*denominada COVID 19*) em Timor-Leste.

Considerando que a primeira versão do Plano de Contingência para as Infecções Emergentes, revista e adotada pela Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto Coronavírus 2019, partiu de um conjunto de medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a presente edição contextualiza a epidemia à realidade nacional, no âmbito de uma perspetiva multisetorial e transdisciplinar.

Esta 2ª edição do Plano pressupõe uma estrutura organizacional abrangente aos diferentes níveis de intervenção e de resposta, permitindo uma abordagem que enfatiza o compromisso do Ministério da Saúde com o objetivo de reduzir o risco de introdução do COVID-19 no país, assegurando o seguimento de viajantes provenientes de países de transmissão ativa da doença; reduzir a transmissão por medidas individuais ou ambientais de prevenção e controlo da infeção; fortalecer os sistemas de vigilância epidemiológica, de diagnóstico, e de gestão de casos afim de assegurar a identificação precoce, reduzir o número de doentes infetados e de óbitos no país.

Neste sentido, as orientações aqui incluídas são extensivas aos indivíduos, organizações e instituições, tendo em conta os pilares essenciais de enfrentamento de epidemias de saúde pública e em sintonia com as recomendações da OMS.

Dili, 16 de Maio do ano 2020

Dra. Odete da Silva Viegas,
Diretora-Geral da Prestação da Saúde
Coordenadora Geral da Comissão Executiva da Saúde para o COVID-19

FICHA TÉCNICA

Título:

Plano de Contingência para Emergências em Saúde Pública: Novo Coronavírus 2019
(Versão 2)

Autor:

Comissão Executiva da Saúde para o Surto COVID-19

Âmbito:

Todas as Instituições Públicas e Privadas do Estado

Enquadramento:

Lei n.º 10/2004 - Sistema de Saúde
Decreto-Lei n.º 9/2005 - Sistema de Vigilância Epidemiológica
Resolução do Governo n.º 6/2020 - Regulamento Sanitário Internacional
Despacho n.º 01/V/MS/2020 - Comissão Executiva da Saúde COVID-19

Coordenadora:

Diretora-Geral da Prestação de Saúde

Coordenador-Adjunto:

Diretor de Política, Planeamento e Cooperação em Saúde

Assessoria:

Assessora para a Política e Gestão da Saúde

Vigência:

2020/2021



Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública a instauração de procedimento administrativo disciplinar, em razão da delegação contida na deliberação n.º 35/2017, de 20 de Novembro, da Comissão da Função Pública;

Assim, o Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a deliberação da delegação acima citada, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta de Jeca da Silva, funcionário do MAE do Serviço Municipal de Dili.
2. Designar o Diretor Nacional de Disciplina Ética e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Dili, 04 de março de 2020

António Freitas

Comissário Disciplinar da CFP

Despacho N.º 7049/2020/CFP

Considerando que compete à Comissão da Função Pública instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando o pedido de intauração do processo disciplinar contra funcionário da UNTL, apresentado pelo Administrador Geral da UNTL, sob o ofício n.º 17 UNTL/AJ/II/2020;

Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte de funcionário, quando deixou de cumprir com o dever de assiduidade no local de trabalho;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública a instauração de procedimento administrativo disciplinar, em razão da delegação contida na deliberação n.º 35/2017, de 20 de Novembro, da Comissão da Função Pública;

Assim, o Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a deliberação da delegação acima citada, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta de Ribkah Yochebed Menayang, funcionário da UNTL.

2. Designar o Diretor Nacional de Disciplina Ética e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Dili, 04 de março de 2020

António Freitas

Comissário Disciplinar da CFP

Despacho n.º 7050/2020/PCFP

Considerando a informação do ofício 65/DGAPJ/MJ/II/2020, do Ministério da Justiça, que solicitou a constituição dos membros do painel de júri para o processo de seleção por mérito aos cargos de direção e chefia na instituição.

Considerando a nota interna da DNFTMFP/SKFP/II/2019, que apresentou a proposta dos membros do painel.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que os membros do painel de júri são designados pela CFP, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei 22/2011, de 8 de junho.

Considerando as regras e condições para a constituição e composição do painel de júri no processo de recrutamento, seleção de pessoal e promoção no âmbito da Administração Pública, contida na Orientação nr. 11/CFP/2017.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, contida na alínea b) da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão de delegação acima citada, decide:

1. FIXAR a composição dos membros do painel de júri para o processo de seleção por mérito aos cargos de direção do Ministério da Justiça, como adiante:
 - I. Membros do Painel de Júri para os cargos de Inspetor e Sub-Inspetor:
 - a) Francisco de Carvalho, da IGE - Presidente do Júri;
 - b) Sandrine Isabel Gomes Marques dos Santos, do MJ – Vogal
 - c) Nelson Philomeno Rego de Jesus, da CFP – Vogal

Jornal da República	
1. Gerina da Costa Rosales;	Despacho N.º 7047/2020/CFP
2. Alexandre de Carvalho Soriano.	Considerando que compete à Comissão da Função Pública instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública.
Publique-se	
Dili, 27 de fevereiro de 2020	Considerando o pedido de cancelamento do salário de funcionário do MAP apresentado sob o ofício n.º de referência 96/GSG/II/2020;
Faustino Cardoso Gomes Presidente da CFP	Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte de funcionário do MAP, quando deixou de cumprir com o dever de assiduidade no local de trabalho;
	Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública a instauração de procedimento administrativo disciplinar, em razão da delegação contida na deliberação n.º 35/2017, de 20 de Novembro, da Comissão da Função Pública;
Despacho nº 7046/2020/PCFP	Assim, o Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a deliberação da delegação acima citada, decide:
Considerando as informações do ofício 08/IGE/APTL/II/2020, a quem solicitou resignar-se da função desempenhada no quadro da Função Pública do IGE.	1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta de Martinha Bi Lequinha , funcionária do MAP
Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.	2. Designar o Diretor Nacional de Disciplina Ética e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.
Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.	Publique-se
Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º e o n.º 1 e 2 do artigo 117.º ambos do Estatuto da Função Pública.	Dili, 04 de março de 2020
Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.	António Freitas Comissário Disciplinar da CFP
Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão acima, decide:	Despacho N.º 7048/2020/CFP
CESSAR a relação jurídica do TP/D Domingos Mau Soro, em razão do pedido de resignação, que exerce no quadro da Função Pública, da Inspeção Geral do Estado, com os efeitos desde 19 de fevereiro de 2020.	Considerando que compete à Comissão da Função Pública instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública.
Publique-se	Considerando o pedido de intauração do processo disciplinar contra funcionário do MAE de Serviço Municipal de Dili, apresentado pela Autoridade de Município de Dili, sob o ofício n.º 85/PAM-DILI/II/2020;
Díli, 02 de março de 2020.	Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte de funcionário, quando deixou de cumprir com o dever de assiduidade no local de trabalho;
Faustino Cardoso Gomes Presidente da CFP	

Jornal da República	
Plano de Contingência para Emergências em Saúde Pública: Novo Coronavírus 2019 (COVID-2019)	
Ministério da Saúde	
CONTEÚDO	
I. ENQUADRAMENTO	1
1.1 Antecedentes	1
1.2 Características Gerais da COVID-19	2
1.3 Modo de Infecção	2
1.4 Período de Incubação	3
1.5 Manifestação Clínica e Suscetabilidade	3
II. OBJECTIVO	4
2.1 Objetivo Geral	4
2.2 Objetivos Específicos	4
III. ANÁLISE DE RISCO	5
3.1 Nível de Alerta 1 – Contenção	6
3.2 Nível de Alerta 2 – Contenção Alargada	8
3.3 Nível de Alerta 3 – Mitigação	9
IV. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO	11
4.1 Coordenação e Planeamento	11
4.2 Comunicação de Risco e Envolvimento Comunitário	12
4.3 Vigilância Epidemiológica e Investigação de Casos	16
4.4 Vigilância nos Pontos-de-Entrada	19
4.5 Serviços de Laboartório	21
4.6 Prevenção e Controlo de Infecção	26
4.7 Gestão de Casos	32
4.8 Apoio Operacional e Logístico	36
V. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	38
VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
VII. ANEXOS	40
Anexo 1: Glossário	41
Anexo 2: Despacho N.º 01/V/MS/2020 sobre a Comissão da Saúde COVID-19	47
Anexo 3: Papel dos Setores Sociais e Económicos Determinantes da Saúde	48
Anexo 4: Orientações Técnicas para os Estabelecimentos Públicos.....	57
Anexo 5: Questionário de Avaliação do Risco e Deteção Precoce da COVID-19 ...	58
Anexo 6: Fluxograma de Gestão de Casos Suspeitos no Pontos-de-Entrada	59
Anexo 7: Fluxograma de Gestão de Casos Suspeitos na Comunidade	60
Anexo 8: Diagrama de Diagnóstico Laboratorial	61
Anexo 9: Diagrama de Gestão de Casos Contatos Prováveis e/ou Confirmados ..	62
Anexo 10: Matriz de Planeamento Integrado e de Monitorização	63

I. ENQUADRAMENTO

1.1 Antecedentes

A 31 de dezembro de 2019, as autoridades sanitárias da República da China notificaram à Organização Mundial da Saúde (OMS) um cluster de pneumonias de etiologia desconhecida em trabalhadores e frequentadores do mercado de peixe, mariscos vivos e aves na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China.

Na sequência da investigação dos casos identificados, a 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas identificaram um novo Coronavírus - 2019-nCoV como agente causador da doença e, com o objetivo de potenciar a investigação sobre o agente, a sequenciação genómica do novo vírus foi divulgada no contexto internacional. A transmissão pessoa-a-pessoa foi confirmada a 20 de Janeiro de 2020, continuando ainda em curso investigação sobre este processo, assim como, sobre o reservatório e a história natural da doença.¹

A 30 de janeiro de 2020, o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) determinou que o surto de COVID-19, que à data afetava principalmente a República Popular da China, constitui uma *Emergência em Saúde Pública de Âmbito Internacional* e admitiu a possibilidade de ocorrência de casos importados para outros países, situação esta que se veio a manifestar-se levando à declaração da emergência global em *Pandemia*.

Não obstante os esforços empreendidos e das medidas aprovadas e implementadas a nível nacional, o registo do primeiro caso de teste positivo pela infeção COVID-19 no país, a 14 de Março de 2020, elevou a alerta nacional e contribuiu veemente para o reforço da coordenação efetiva e eficaz de todos os órgãos do Estado no sentido de responder à ameaça representada pelo COVID-19 em Timor-Leste. Frente ao decreto do Estado de Emergência, a 27 de Março de 2020, e ao estabelecimento da Sala de Situação do Centro Integrado de Gestão de Crises, o Ministério da Saúde procedeu de imediato à revisão da organização da Comissão Executiva da Saúde para o Surto COVID-19.

¹ <https://www.who.int/health-topics/coronavirus>

Considerando que foram delegadas as competências da CFP ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão de delegação acima, decide:

DETERMINAR o desconto dos salários do funcionário do Ministério da Educação, Juventude e Desporto, para cobrir o montante recebido desde 01 de fevereiro de 2019 até 01 de janeiro de 2020 (suplementos: cargo \$80.15 + remota \$58.52), como adiante:

NOME	Montante do desconto mensal	Início do desconto
Francisco Xavier	\$138.67	Março de 2020

Publique-se.

Díli, 27 de fevereiro de 2020

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho Nº 7044/2020/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício de 45/DNRH-MTCI/II/2020, que solicitou a licença sem vencimento pelo período de dois anos do funcionário.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças sem vencimentos, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento;

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Considerando a alínea c) da decisão 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP para conceder licenças aos funcionários públicos;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso

das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima citada, decide :

CONCEDER ao TA/E Janio Ribeiro Brito, funcionário do MTCL, licença sem vencimentos pelo período de dois anos, com os efeitos desde 09 de março de 2020 até 09 de março de 2022.

Publique-se

Dili, 27 de fevereiro de 2020

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Despacho Nº 7045/2020/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício de 179/MS-DGSC/KFP/II/2020, que manifestou a aceitação para autorizar a licença sem vencimentos, conforme o requerimento dos funcionários.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças sem vencimentos, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento;

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Considerando a alínea c) da decisão 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP para conceder licenças aos funcionários públicos;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima citada, decide :

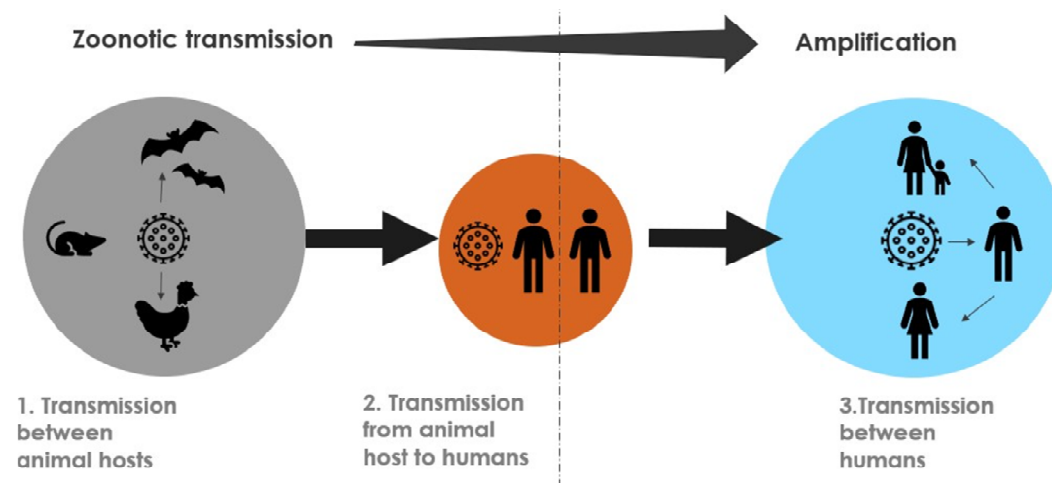
CONCEDER a licença sem vencimentos aos funcionários do Ministério da Saúde, pelo período de dois (2) anos, com os efeitos a partir de 01 de março de 2020 até 01 de março de 2022, como adiante:

Jornal da República	
<p>Despacho nº 7041/2020/PCFP</p> <p>Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.</p> <p>Considerando a manifestação de ex-titular de órgão de soberania e a concordância expressa pelo MAE, na Nota Verbal número 01/Ex-PM/MA/2020, em 12 de fevereiro de 2020, que trata de mobilidade de funcionário público.</p> <p>Considerando o que dispõe o número 3, do artigo 9º, do Decreto do Governo número 2/2007, de 1 de agosto, sobre o destacamento em regime de requisição de funcionário público para servir no gabinete de ex-titular de órgão de soberania;</p> <p>Considerando as modalidades de mobilidade da função pública previstas no artigo 33.º da Lei Nº 8/2004, de 16 de junho (Estatuto da Função Pública).</p> <p>Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.</p> <p>Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima, decide:</p> <p>ALTERAR o despacho nr. 6990/2020, de 12 de fevereiro, para DESTACAR a Técnico Profissional do grau C LEÓNIA DA COSTA MONTEIRO, do Ministério da Administração Estatal para, pelo período de dois anos, exercer atividades profissionais no Gabinete do Ex-Titular de Órgão de Soberania Dr. Mari Alkatiri.</p> <p>Publique-se.</p> <p>Dili, 4 de março de 2020</p> <p><u>Faustino Cardoso Gomes</u> Presidente da CFP</p>	<p>conceder as licenças sem vencimentos, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.</p> <p>Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento;</p> <p>Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.</p> <p>Considerando a alínea c) da decisão 1897/2016/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP para conceder licenças aos funcionários públicos;</p> <p>Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima citada, decide :</p> <p>CONCEDER a TP/D Filomena Lay, funcionária do Ministério das Finanças, licença sem vencimentos pelo período de dois anos, com os efeitos desde 01 de fevereiro de 2020 até 01 de fevereiro de 2022.</p> <p>Publique-se</p> <p>Dili, 27 de fevereiro de 2020</p> <p><u>Faustino Cardoso Gomes</u> Presidente da CFP</p>
<p>Despacho Nº 7042/2020/PCFP</p> <p>Considerando as informações apresentadas no ofício de referência 75/Gab.DGSC-MF/2019-02, do Ministério das Finanças, sobre o pedido da licença sem vencimentos da requerida pela funcionária.</p> <p>Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.</p> <p>Considerando que compete à Comissão da Função Pública</p>	<p>Considerando que é necessário realizar o desconto dos salários da funcionária para cobrir o montante auferido.</p> <p>Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;</p> <p>Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, de acordo com a alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei 7/2009, de 15 de julho.</p>

Jornal da República	
Plano de Contingência para Emergências em Saúde Pública: Novo Coronavírus 2019 (COVID-2019)	
Ministério da Saúde	
<p>1.2 Características Gerais da COVID-19</p> <p>A doença é causada por uma nova estirpe de Coronavírus que ainda não havia sido identificada em humanos, denominada de SARS-Cov2. Sabe-se que os coronavírus são zoonóticos, pertencente à família Coronaviridae, género Coronavírus, subdividido em três grupos principais, com base em propriedades genéticas e sorológicas.</p> <p>Os coronavírus (CoV) são uma grande família viral, conhecidos desde meados dos anos 1960, que causam infeções respiratórias em seres humanos e animais. Geralmente, infeções por coronavírus causam doenças respiratórias leves a moderadas, semelhantes a um resfriado comum. Alguns coronavírus podem causar síndromes respiratórias graves, como a síndrome respiratória aguda grave que ficou conhecida pela sigla SARS da síndrome em inglês “<i>Severe Acute Respiratory Syndrome</i>”, tendo os primeiros casos relatos na China em 2002. O SARS CoV disseminou-se rapidamente para mais de doze países na América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia, infetando mais de 8.000 pessoas e causando aproximadamente 800 mortes, antes da epidemia global de SARS ser controlada em 2003.</p> <p>Em 2012, foi isolado outro novo coronavírus, distinto daquele que causou a SARS no começo da década passada. Esse novo coronavírus era desconhecido como agente de doença humana até sua identificação, inicialmente na Arábia Saudita e, posteriormente, em outros países do Oriente Médio, na Europa e na África. Todos os casos identificados fora da Península Arábica tinham histórico de viagem ou contato recente com viajantes procedentes de países do Oriente Médio – Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes e Jordânia. Pela localização dos casos, a doença passou a ser designada como síndrome respiratória do Oriente Médio, cuja sigla é MERS, do inglês “Middle East Respiratory Syndrome” e o novo vírus nomeado coronavírus associado à MERS (MERS-CoV).</p> <p>1.3 Modo de Infecção</p> <p>Está confirmado que o COVID-19 é uma zoonose e que a transmissão pessoa a pessoa está ocorrendo de forma continuada. As investigações sobre transmissão do novo coronavírus ainda</p>	
2	

estão em curso. O reservatório animal bem como a fonte animal de transmissão para humanos continuam incertos.

Figura 1: Fonte de Transmissão do Coronavírus²



A disseminação de pessoa para pessoa pode ocorrer de forma continuada e a transmissão dos coronavírus ocorre habitualmente por via aérea ou por contato pessoal com secreções contaminadas, como: Gotículas de saliva; Espirro; Tosse; Secreção nasofaríngea; Contato com pessoa doente; Contato com objetos ou superfícies contaminadas, seguido de contato com a boca, nariz ou olhos.

1.4 Período de Incubação

Estima-se que o período de incubação seja de 2 a 14 dias. Contudo, há estudos que evidenciam que este período pode se estender até 24 dias e investigadores continuam a estudar o assunto, para uma melhor clarificação. Importantes informações específicas ao SARS-CoV-2, como o tempo que o vírus permanece viável no meio ambiente, em diversos fluidos corporais, nos objetos contaminados, em cadáveres permanecem ainda incertos.

1.5 Manifestação Clínica e Suscetabilidade

É importante ressaltar que o perfil clínico não está completamente, necessitando de mais investigações e tempo para caracterização da doença, contudo, os principais sinais e sintomas de infeção por SARS-CoV-2 relatadas são: Febre (+ 35,5°C); Tosse; Fadiga; Dispneia; Mal estar e mialgia; Sintomas

² Fonte: OMS

Decisão nº 3665/2020/CFP

Considerando que nos termos da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público;

Considerando a informação do MEJD, da necessidade de cessar a comissão de serviço de funcionário em razão do seu destacamento como assistente de adido da educação em Portugal;

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública;

Assim a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra "a" do número 2, do artigo 5º, da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

CESSAR o exercício da comissão de serviço do Professor Francisco da Costa Tavares no cargo de Chefe do Departamento Administração e Gestão do Ensino Secundário Geral do MEJD, a partir de 1 de junho de 2019.

Díli, 23 de junho de 2020

Faustino Cardoso Gomes

Presidente da Comissão da Função Pública

Decisão nº 3666/2020/CFP

Considerando que nos termos da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público;

Considerando a informação do MEJD pelo ofício 353/2020, da necessidade de substituir ocupante de cargo em comissão de serviço na estrutura da gestão do ensino básico;

Considerando o que dispõe o Decreto-Lei Nº 7/2010, de 19 de Maio, sobre o Regime Jurídico da Administração e Gestão do Sistema de Ensino Básico

Assim a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra "a" do número 2, do artigo 5º, da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. EXONERAR os seguintes funcionários dos cargos em comissão de serviço de gestor do ensino básico do MEJD, a partir de 31 de março de 2019:

NOME	CARGO EM COMISSÃO
Francisco de Carvalho	Diretor Adjunto EBC São João de Brito - Baucau

2. NOMEAR o seguinte funcionário para em substituição, a

partir de abril de 2019 exercer em comissão de serviço o cargo de gestor do ensino básico do MEJD, como adiante:

NOME	CARGO EM COMISSÃO	Remuneração
Emerenciana Guterres	Beatriz Diretor Adjunto EBC São João de Brito - Baucau	\$340

Díli, 26 de junho de 2020

Faustino Cardoso Gomes

Presidente da Comissão da Função Pública

Despacho nº 7040/2020/PCFP

Considerando o requerimento do interessado, que solicitou a exoneração da Função Pública conforme informa o ofício 28/DNAF/2020, da Inspeção-Geral do Estado.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º e o n.º 1 e 2 do artigo 117.º ambos do Estatuto da Função Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão acima, decide:

EXONERAR Domingos Mau Soro da categoria de Técnico Profissional do Grau D que exerce na IGE a partir de 20 de fevereiro de 2020.

Publique-se

Díli, 25 de fevereiro de 2020.

Faustino Cardoso Gomes

Presidente da CFP

NOMEAR os seguintes funcionários para, em substituição, enquanto perdurar o regime duodecimal de execução financeira e aguardar-se a realização do processo de seleção por mérito, exercer em comissão de serviço os cargos de direção do SAMES, a partir de 1 de junho de 2020, como adiante:

Nome	Cargo em Comissão
TP C Jaime Carvalho Rangel	Chefe do Departamento de Currículo e Avaliação do Ensino Técnico Agrícola
TP D Damião Algarve Soares	Chefe do Departamento de Matadouro, Indústria e Negócio dos Produtos Agropecuários

Publicque-se

Dili, 22 de junho de 2020

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Decisão n.º 3664/2020/PCFP

Considerando a informação do ofício 355/MEJD/DGAF/2020, de 15 de junho, do MEJD, que solicitou a nomeação de funcionário para exercer em substituição cargo de chefia na estrutura da instituição, em vista da vacatura do cargo.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando que de acordo com o n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei 25/2016, a substituição é feita por urgente conveniência de serviço pela Comissão da Função Pública e não pode ter duração superior a 6 meses.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

NOMEAR o TP D Jerônimo Teborcio da Cunha para, em substituição, enquanto perdurar o regime duodecimal de execução financeira e aguardar-se a realização do processo de seleção por mérito, exercer em comissão de serviço o cargo de Chefe do Departamento de Produção do Centro de Impressão do MEJD.

Publique-se

Díli, 23 de junho de 2020

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

NOMEAR os seguintes funcionários para, em substituição, enquanto perdurar o regime duodecimal de execução financeira e aguardar-se a realização do processo de seleção por mérito, exercer em comissão de serviço os cargos de chefia do MAP, como adiante:

Publique-se

Dili, 17 de junho de 2020

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da CFP

Decisão Nº 3663/2020/PCFP

Considerando o ofício n.ºs 344/GSG/2020, de 12 de junho, sobre a necessidade de preencher cargos em comissão de serviço de chefia na estrutura da instituição;

Considerando que o artigo 34.º do Estatuto da Função Pública estabelece que os cargos de direção e chefia são exercidos em comissão de serviço;

Considerando também que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando a estrutura orgânica do MAP aprovado pelos Diplomas Ministeriais n.º 1 a 8/2020, de 8 de janeiro;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

respiratórias do trato superior; Sintomas gastrointestinais (embora mais raros – a diarreia, náusea e vômitos).

A suscetibilidade do SARS-CoV-2 na população é geral, com idosos e pessoas imunossuprimidas com doenças preexistentes a apresentarem uma maior probabilidade de se tornarem casos mais severos. Em gestantes, devido adaptações fisiológicas ou eventos adversos na gravidez podem se sobrepor aos sintomas da COVID-19.

II. OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

O presente Plano de Contingência tem a finalidade de sistematizar todas as ações e procedimentos em curso no país e a serem implementadas pelo Ministério da Saúde, bem como apresentar medidas gerais a adotar por todos os setores determinantes da saúde, abrangendo a participação de todos os setores importantes neste processo, com vista a Reduzir ao mínimo o risco de introdução e disseminação do COVID-19 em Timor-Leste e o impacto negativo da pandemia a nível social e económica para o país.

2.2 Objetivos Específicos

- Fortalecer a coordenação e cooperação intersetorial para efetivar as medidas de prevenção e controlo do surto COVID-19;
- Intensificar a aplicação das medidas do Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005) para reduzir o risco de entrada do vírus nos Pontos de Entrada do território nacional;
- Orientar as instituições do Sistema Nacional de Saúde para com as medidas de prevenção, diagnóstico, tratamento e controlo da infeção, de forma ativa, imediata e oportuna;
- Fortalecer os procedimentos de vigilância epidemiológica humana e animal, a apropriada investigação e seguimento de casos, prevenção e controlo da infeção;
- Garantir o aprovisionamento logístico e tecnológico nas quantidades necessárias que permita a assistência médica adequada.

Decisão N.º 3652/2020/CFP

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando não cumpriu com o dever de criar e manter um bom ambiente de trabalho, por não dar bom exemplo e servir de modelo aos subordinados, previstas no Estatuto da Função Pública;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu com a intimidação e abuso verbal ao colega no relacionamento no local de trabalho, conforme os depoimentos de várias Testemunhas apresentadas no processo;

Considerando que as provas apresentadas pelo investigado não foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta;

Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas; Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Leovigíldo dos Santos, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “o” e “s” do número 1 do artigo 41º e do disposto do número 9 do Código de Ética para a Função Pública a que refere o artigo 45.º, ambos da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Leovigíldo dos Santos, a pena de suspensão por 30 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública;

Comunique-se ao investigado e ao MTCL.

Publique-se,

Díli, 26 de maio de 2020

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Considerando o que apurou a investigação em processo disciplinar a qual foi submetida Gina de Araújo Lopes, funcionária do Secretariado da Comissão da Função Pública; Considerando que ficou evidenciado que a investigada agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, por deixar de cumprir com o dever de assiduidade, previsto no Estatuto da Função Pública;

Considerando que a investigada deixou o local de trabalho sem justificativa;

Considerando que a investigada não cumpriu a chamada e não compareceu no local de investigação para prestar sua defesa;

Considerando o que consta no relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a decisão do Comissário da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Gina de Araújo Lopes, culpada de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “f” do número 2 do artigo 40º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Gina de Araújo Lopes, a pena de demissão, na forma do n.º 8 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública.

Comunique-se ao investigada e ao SCFP.

Publique-se

Díli, 26 de maio de 2020

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Decisão nº 3653/2020/PCFP

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho.

b) Orientar a equipa técnica dos pontos de entrada sobre a implementação dos planos de contingência e as orientações de controlo de infeção;

c) Divulgar os procedimentos a serem adotados perante a presença de caso suspeito a bordo, à chegada e partida, e desenvolver fichas de declaração médica;

d) Divulgar o fluxograma de definição de caso suspeito e orientar o rastreio dos passageiros provenientes de vôos, embarcações e fronteiras;

e) Inventariar os EPIs existentes nos pontos de entrada e promover a correta distribuição e stock de segurança;

f) Fazer o seguimento dos passageiros assintomáticos, para o cumprimento de medidas de autovigilância e restrição social durante 14 dias (confinamento voluntário), desde a saída de países afetados ou áreas com transmissão;

g) equipar a sala de quarentena humana de acordo com as orientações internacionais;

h) Identificar o circuito de transporte de caso suspeito e contactos, com as autoridades responsáveis;

i) Colaborar na formação de profissionais dos pontos de entrada no uso adequado de EPIs e medidas de prevenção e controlo de infeção, incluindo exercícios de simulação.

3.2 NÍVEL DE ALERTA II: FASE DE CONTENÇÃO ALARGADA

Resposta: Intensificar todas as ações ativadas anteriormente no nível I

a) Proceder a notificação imediata ao Coordenador da Vigilância Epidemiológica e Investigação de Casos (ou Pilar 3 da Comissão Executiva da Saúde para o COVID-19) e à Diretora Geral de Prestação da Saúde;

b) Proceder ao confinamento imediato, em estrutura de saúde preparada para o efeito, ou acionar a ambulância para o transporte do paciente para o local de isolamento, quando a suspeita for feita no domicílio ou em locais que não preparados para isolamento;

c) Proceder à recolha de amostra para a confirmação laboratorial, o mais breve possível;

d) Proceder à identificação dos contactos e à investigação epidemiológica do caso, com vista a identificar outros eventuais casos suspeitos e/ou contactos;

e) Proceder ao tratamento de caso segundo o critério clínico;

f) Priorizar a adequação da capacidade de resposta ao nível local (hospital ou Centro de Saúde Comunitário), e evitar ao máximo a evacuação de casos suspeitos e confirmados – recorrendo quando necessário à teleconsulta, deslocação de especialistas ou equipamentos médicos;

- g) Intensificar os procedimentos a serem estabelecidos perante casos suspeitos e confirmados;
- h) Garantir o stock de EPIs, medicamentos e consumíveis médicos;
- i) Desenvolver um sistema de vigilância da doença nos profissionais de saúde e outros funcionários que se encontram expostos à infeção direta e indireta no local de trabalho;
- j) Organizar sessões de coordenação e briefings regulares entre o MS e outras instituições parceiras;
- k) Promover apoio psicológico aos contatos de casos suspeitos assintomáticos, caso necessário;
- l) Avaliar a necessidade de impôr medidas de restrição social e comunitária, bem como de entrada e saúde de cidadãos entre os municípios e nos portos-de-entrada (fronteira aérea, terrestre e marítima).

3.3 NÍVEL DE ALERTA III: FASE DE MITIGAÇÃO

Resposta: Intensificar todas as ações ativadas anteriormente no nível de alerta I e II

- a) Proceder a notificação imediata à Diretora Geral de Prestação da Saúde;
- b) Notificar, imediatamente, a OMS;
- c) Comunicar ao país, através da autoridade máxima da saúde (Ministro da Saúde ou Primeiro Ministro);
- d) Ativar o plano de resposta à epidemia ao nível central, regional e municipal;
- e) Montar um Gabinete ou Centro de Gestão de Crise ao nível central, mediante o resultado da análise situacional realizada e a avaliação do risco de infeção local;
- f) Acautelar os espaços de confinamento obrigatório e mobilizar mais espaços;
- g) Providenciar a deslocação de equipas de apoios para o(s) município(s) afetados;
- h) Os Serviços Municipais de Saúde devem identificar e equipar um Centro de Saúde Comunitário de nível 2 ou 3 para internamento e isolamento de casos;

Decisão N.º 3650/2020/CFP

Considerando que foi garantido aos investigados o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra eles produzidas;

Considerando o que consta no relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar todos os investigados acima mencionado, culpados de conduta irregular;
2. Considerar que violaram o disposto da letra “b”, “f” e “g” do artigo 40.º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a a pena de repreensão escrita, na forma do número 2, do Artigo 80º do Estatuto da Função Pública aos seguintes funcionários, adiante;

- Aristides Mota Matos de Carvalho

- Sabino Gusmão Pereira

- Miguel Maululi

- Domingos Pinto Guterres e

- José do Carmo Martins

- Manuel Rodrigues Soares

Comunique-se aos Investigados e ao MS-SAMES.

Publique-se,

Dili, 26 de maio de 2020.

António Freitas
Comissário Disciplina

Considerando o que apurou a investigação em processo disciplinar a qual foi submetido Helder da Costa Ximenes, funcionário do Ministério dos Transportes e Comunicações;

Considerando que o referido investigado foi acusado de abandono de serviço;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, por deixar de cumprir com o dever de assiduidade, previsto no Estatuto da Função Pública;

Considerando que o investigado não compareceu no local de investigação para prestar sua defesa;

Considerando o que consta no relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a decisão do Comissário da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Helder da Costa Ximenes, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “f” do número 2 do artigo 40º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Helder da Costa Ximenes, a pena de demissão, na forma do n.º 8 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública.

Comunique-se ao investigado e ao MTC.

Publique-se

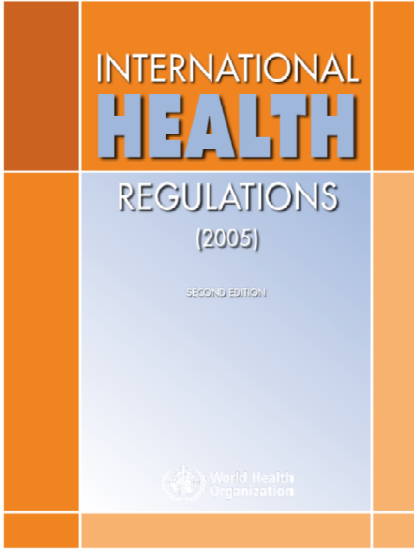
Dili, 26 de maio de 2020

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Decisão N.º 3651/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Leovigildo dos Santos, funcionário do Ministério do Turismo Comércio e Indústria; Considerando que o referido investigado foi acusado de praticar irregularidade funcional;

Jornal da República	
Considerando que o investigado não cumpriu a chamada e não compareceu no local para prestar sua defesa;	Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;
Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas; Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;	Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;
Considerando a decisão do Comissário da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;	
Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:	Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:
1. Considerar Elizario Bianco da Costa, culpado de conduta irregular;	1. Considerar Virgílio Sarmento, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “f” do número 2 do artigo 40.º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;	2. Considerar que violou o disposto da letra “f” do número 2 do artigo 40º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Rescindir o contrato de Elizario Bianco da Costa, na forma do número 2, do artigo 116º da Estatuto da Função Pública.	3. Aplicar a Virgílio Sarmento, a pena de suspensão por 30 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública;
Comunique-se ao investigado e ao MEJD.	Comunique-se aos investigado e ao MEJD.
Publique-se	Publique-se,
Díli, 26 de maio de 2020	Díli, 26 de maio de 2020
António Freitas Comissário Disciplinar da CFP	António Freitas Comissário Disciplinar da CFP
Decisão nº 3649/2020/CFP	
Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Virgílio Sarmento, funcionário do Ministério da Educação Juventude e Desporto da Escola Básica Central Bimali-Ossú;	Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar as quais foram submetidos Aristides Mota Matos de Carvalho, Miguel Maululi, Sabino Gusmão Pereira, Domingos Pinto Guterres, José do Carmo Martins e Manuel Rodrigues Soares, todos são funcionários do Ministério da Saúde do Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos de Saúde;
Considerando que o referido investigado foi acusado de abandono de serviço;	Considerando que os referidos investigados foram acusados de praticar do mesmo ato de infração disciplinar;
Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando deixou de cumprir com o dever de assiduidade, prevista no Estatuto da Função Pública;	Considerando que os referidos investigados foram acusados de não participar da cerimônia de içar da bandeira;
Considerando as provas apresentadas pelo investigado não foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta; Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas;	Considerando que ficou evidenciado que os referidos investigados agiram em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando deixaram de cumprir com o dever de assiduidade e de pontualidade, nos termos do Estatuto da Função Pública;
Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;	Considerando que ficou evidenciado que todos os investigados foram advertidos por seu superior para cumprir o dever de assiduidade e de pontualidade durante a cerimônia de içar da bandeira;

Jornal da República	
Plano de Contingência para Emergências em Saúde Pública: Novo Coronavírus 2019 (COVID-2019)	
Ministério da Saúde	
<p>i) Os Hospitais (nacional e regionais) devem organizar os respetivos serviços por forma a disponibilizar duas salas para internamento de pacientes em isolamento, sendo uma para o sexo masculino e uma para o sexo feminino;</p> <p>j) Todas as ‘fasilidades’ de saúde (públicas ou privadas) devem instituir as devidas medidas de restrição relativa a circulação de utentes, bem como providenciar um serviço de triagem para deteção precoce, prevenção e proteção da infeção no ambiente de trabalho;</p> <p>k) Acionar a proteção civil para preparar a eventual necessidade de colocação de tendas, como forma de alargar a capacidade de internamento e isolamento no município;</p> <p>l) Avaliar a necessidade de alargamento da área de isolamento, do reforço do transporte e dos profissionais.</p>	
	
A adoção, na 58ª Assembleia Mundial da Saúde, em 23 de Maio de 2005, do Regulamento Sanitário Internacional, que identifica um conjunto de procedimentos necessários à avaliação da saúde pública num contexto transfronteiriço, reflecte a preocupação da comunidade internacional face às devastadoras consequências sanitárias, sociais, económicas e ambientais da propagação de epidemias.	
10	

IV. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

4.1 Coordenação e Planeamento

A implementação do Plano de Contingência é efetuada à partir dos diferentes níveis de decisão política, administrativa e operacional, por meio dos seguintes órgãos:



- a) A Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto COVID-19;
- b) O Centro Integrado de Gestão de Crises;
- c) A Comissão Executiva da Saúde para o Surto COVID-19

A Comissão Executiva da Saúde para o Surto COVID-19⁴ assume um papel preponderante na implementação das medidas de prevenção e controlo da pandemia COVID-19, face as competências institucionais atribuídas ao Ministério da Saúde enquanto órgão do Estado responsável pela prevenção e controlo de doenças, bem como a proteção da saúde pública nacional em casos de emergência e/ou surto epidémicos.

Adotando a abordagem de “uma só saúde”, o envolvimento das Sociedade Civil, Agências das Nações Unidas, Organizações de Cooperação Internacional, ONGs nacionais e internacionais, a Cruz Vermelha de Timor-Leste, Autoridades Tradicionais, Confissões Religiosas, Associações Comunitárias são fundamentais para mitigar o impacto da infeção por COVID-19. Neste sentido, a articulação entre os diferentes pilares desta Comissão Executiva da Saúde manter-se-á operacional após o Estado de Emergência com vista a responder de forma oportuna e proporcional à natureza e magnitude da emergência, mediante a avaliação e monitorização continuados dos riscos, ameaças e vulnerabilidades.

⁴ Ver Despacho Ministerial em anexo 2.

Decisão N.º 3646/2020/CFP

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando deixou de cumprir com o dever de assiduidade, prevista no Estatuto da Função Pública;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado não desempenhou as suas tarefas e cumprir os seus deveres de forma regular e contínua, com respeito pelo horário de trabalho na função pública, quando não apresentou seu relatório e a lista de presença regularmente ao seu superior;

Considerando as provas apresentadas pelo investigado não foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta; Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas; Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Domingos Amaral Freitas, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “c” e “f” do número 2 do artigo 40º e do disposto do número 1 do artigo 44.º, ambos da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Domingos Amaral Freitas, a pena de suspensão por 30 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública;

Comunique-se ao investigado e ao MSSI.

Publique-se,

Díli, 26 de maio de 2020

António Freitas

Comissário Disciplinar da CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetida Octaviana Magno Gomes Bianco, funcionária do Ministério da Saúde do Hospital Referral de Maubisse;

Considerando que a referida investigada foi acusado pelo abandono de serviço;

Considerando que ficou evidenciado que a referida investigada cometeu a falta devido doença relacionado à sua condição de grávida-maternidade, comprovado por atestado de convalescença;

Considerando as provas apresentadas pela investigada foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta; Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de Novembro, da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020.

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Absolver Octaviana Magno Gomes Bianco de conduta irregular;
 2. Determinar o arquivamento do processo disciplinar;
- Comunique-se ao MS.

Publique-se,

Díli, 26 de maio de 2020

António Freitas

Comissário Disciplinar da CFP

Decisão N.º 3647/2020/CFP

Considerando o que apurou a investigação em processo disciplinar a qual foi submetido Elizario Bianco da Costa, funcionário contratado de Ministério da Educação Juventude e Desporto do Serviço Educação Municipal de Ainaro e da Escola Básica Filial de Maununu;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, por deixar de cumprir com o dever de assiduidade, previsto no Estatuto da Função Pública;

Considerando que após esse processo de investigação, em 2016, o investigado foi acusado de praticar o mesmo ato que, em decorrência de processo investigação disciplinar, foi-lhe aplicada a pena de suspensão por 90 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública, sob a decisão N.º 1981/2016/CFP de 9 de maio;

Considerando que o investigado não compareceu no local de investigação para prestar sua defesa;

Considerando o que consta no relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a decisão do Comissário da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Florindo dos Santos da Silva, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “f” do número 2 do artigo 40º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Florindo dos Santos da Silva, a pena de demissão, na forma do n.º 8 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública.

Comunique-se ao investigado e ao MS.

Publique-se

Dili, 26 de maio de 2020

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Decisão nº 3644/2020/CFP

Considerando o que apurou a investigação em processo administrativo disciplinar a qual foi submetido Sérgio dos Santos, funcionário do quadro de Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

Considerando que o referido investigado foi acusado de usar indevidamente dinheiro do Estado;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando não de forma transparente, aproveitou sua posição na função pública para usar indevidamente o dinheiro do Estado para fins privados, nos termos do Estatuto da Função Pública;

Considerando que ficou evidenciado que o referido investigado utilizou dinheiro do Estado no valor de 80. 000, 00 \$ (oitenta mil) para fins privados;

Considerando as provas apresentadas pelo investigado não foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta;

Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas; Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar, de 25 de maio de 2020;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de Novembro, da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra h) do número 1, do artigo 5º da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Sérgio dos Santos, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “c” do n.º 2 do artigo 40.º, e do disposto da letra “h” e “i” do número 1 do artigo 41.º e do disposto da letra “d” do artigo 42.º, todos da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Sérgio dos Santos a pena de demissão, na forma do número 8, do Artigo 80º do Estatuto da Função Pública.
4. Determinar para encaminhar o referido processo ao Ministério Público;

Comunique-se ao investigado e ao MNEC.

Publique-se,

Dili, 26 de maio de 2020.

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Decisão N.º3645/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Domingos Amaral Freitas, funcionário do Ministério de Solidariedade Social e Inclusão do Serviço Municipal de Baucau;

Considerando que o referido investigado foi acusado de abandono de serviço;

ORGANIZAÇÃO

Comissão Executiva da Saúde para o Surto COVID-19

PILAR 1 - Coordenação, Planeamento e Monitorização

PILAR 2 - Comunicação de Risco e Engajamento Comunitário

PILAR 3 - Vigilância Epidemiológica e Investigação de Casos

PILAR 4 - Pontos de Entrada

PILAR 5 - Serviços de Laboratório

PILAR 6 - Prevenção e Controlo de Infecção

PILAR 7 - Gestão de Casos

PILAR 8 - Apoio Operacional e Logístico

PILAR 9 - Serviços Essenciais de Saúde

Participação & Contribuição
MULTISETORIAL E
TRANSDISCIPLINAR

(Ministérios, Sociedade
Civil, Agências das Nações
Unidas, Organizações de
Cooperação Internacional,
ONGs nacionais e
internacionais, a Cruz
Vermelha de Timor-Leste,
Autoridades Tradicionais,
Confissões Religiosas

4.2 Comunicação de Risco e Envolvimento Comunitário



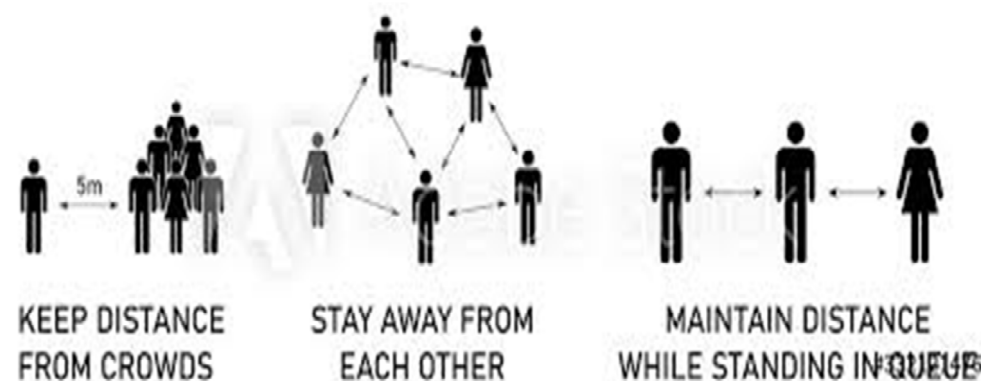
O intercâmbio e a disseminação de informações sobre os riscos em saúde pública pretende que os decisores, os parceiros, os intervenientes e a população em geral tomem as medidas preventivas mais apropriadas para a adequada gestão desse risco.

Não havendo ainda uma vacina ou tratamento específico para esta doença, a comunicação do risco é feita de maneira precisa, transparente e oportuna pela estrutura de coordenação do Pilar 2 da Comissão da Saúde COVID-19. A gestão de falsas notícias e

a proatividade na comunicação devem ser uma prioridade, no sentido de promover e manter a confiança dos profissionais e da população.

Uma vez que o COVID-19 se transmite de pessoa a pessoa, através de gotículas que podem ser inaladas ou depositar-se em superfícies ou objetos em que tocamos, é extremamente importante adotar certos cuidados descritos a seguir:

4.2.1 Medidas de Distanciamento – são das mais efetivas na redução da transmissão da COVID-19 e têm como objetivo reduzir o contacto entre pessoas, com exceção daquelas que coabitam.



As pessoas devem:

- Manter uma distância de pelo menos 1,5-2 metros das outras pessoas;
- Evitar o contacto com pessoas que apresentem sintomas sugestivos de COVID-19, com febre, tosse ou dificuldades respiratórias;
- Sempre que possível, trabalhar a partir de casa (teletrabalho);
- Utilizar, de preferência, serviços telefónicos ou eletrónicos, para entrar em contacto com outros serviços, como como ministérios, farmácias, lojas, restaurantes, ou, quando possível agendar com antecedência a sua presença;
- Em caso de necessidade de cuidados médicos, utilizar serviços telefónicos ou eletrónicos para contactar previamente os serviços de saúde, não esquecendo que estes têm circuitos de triagem separados para COVID-19, e que sempre que se justificar deve recorrer presencialmente a estes serviços.

13

Considerando que ficou evidenciado que o investigado deixou de cumprir com o dever de assiduidade e de pontualidade, conforme lista de presença e depoimentos de várias testemunhas, apresentados no processo;

Considerando as provas apresentadas pelo investigado não foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta;

Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas;

Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Filinto Maia Gama, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da alínea “f” e “g”, do número 2 do artigo 40º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Filinto Maia Gama, a pena de suspensão por 30 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública;

Comunique-se ao investigado e ao MAE.

Publique-se,

Dlí, 26 de maio de 2020

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Decisão N.º 3642/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido António do Rosário, funcionário do Ministério da Saúde do Serviço do Município de Aileu;

Considerando que o referido investigado foi acusado de abandono de serviço;

Considerando as razões de defesa apresentado pelo investigado, foi suficiente para justificar suas atitudes ou elidir as suas condutas;

Considerando as razões apresentadas pelo investigado e inexistindo provas conclusivas contra o investigado impõe-se a sua absolvição;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de Novembro, da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020.

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Absolver António do Rosário de conduta irregular ;
2. Determinar o arquivamento do processo disciplinar;
3. Determinar que o pagamento do salário desde a reativação de serviço, devidamente comprovado;
4. Determinar que cabe ao Ministério da Saúde decidir o local de trabalho do referido funcionário.

Comunique-se ao investigado e ao MS.

Publique-se,

Dlí, 26 de maio de 2020

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Decisão N.º 3643/2020/CFP

Considerando o que apurou a investigação em processo disciplinar a qual foi submetido Florindo dos Santos da Silva, funcionário do Ministério da Saúde do Hospital Nacional Guido Valadares;

Considerando que o referido investigado foi acusado de abandono de serviço;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, por deixar de cumprir com o dever de assiduidade, previsto no Estatuto da Função Pública;

Considerando que o referido funcionário ausentou do local de trabalho antes de aprovação e receção da licença emitida pela CFP;

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra h) do número 1, do artigo 5º da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Balbina Soares, culpada de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “c” do n.º 2 do artigo 40.º, e do disposto da letra “h” e “i” do número 1 do artigo 41.º e do disposto da letra “d” do artigo 42.º, todos da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Balbina Soares a pena de inatividade por dois anos, na forma do número 6, do Artigo 80º do Estatuto da Função Pública, a partir da publicação da referida decisão;
4. Determinar a reativação do funcionário a partir de 26 de maio de 2022;

Comunique-se ao investigada e ao MF.

Publique-se,

Dili, 26 de maio de 2020.

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Decisão N.º3640/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Hermenegildo Magno Gomes, funcionário do Ministério da Educação Juventude e Desporto; Considerando que o referido investigado foi acusado pela prática do ato de infração disciplinar;

Considerando que ficou evidenciado que o referido investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando aproveitou sua posição na função pública para favorecer pessoas com laços de afinidade tenham acesso à posição de professores voluntários nos termos da política do MEJD, para ter a oportunidade de continuar estudar na UNTL, prevista no Estatuto da Função Pública;

Considerando que ficou evidenciado que a lista dos professores voluntários submetida pelo Serviço de Educação do município de Ainaro foi contrária à lista admitida pelo MEJD; Considerando que ficou evidenciado que a referida substituição da lista foi intencionalmente realizada pelo investigado para facilitar as pessoas com as quais ele tem laços de afinidade;

Considerando as provas apresentadas pelo investigado não foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta;

Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas; Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Hermenegildo Magno Gomes, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “c” do número 2 do artigo 40º e do disposto da letra “c”, “h”, e “i” do número 1 do artigo 41.º, ambos da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Hermenegildo Magno Gomes, a pena de suspensão por 60 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública;

Comunique-se ao investigado e ao MEJD.

Publique-se,

Dili, 26 de maio de 2020

António Freitas

Comissário Disciplinar da CFP

Decisão N.º3641/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Filinto Maia Gama, funcionário do Ministério da Administração Estatal do Serviço Municipal de Bobonaro;

Considerando que o referido investigado foi acusado de abandono de serviço;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando deixou de cumprir com o dever de assiduidade, previstos no Estatuto da Função Pública;

As pessoas não devem:

- Partilhar artigos pessoais;
- Frequentar lugares movimentados com aglomerados de pessoas;
- Ter contactos desnecessários (como por exemplo, convívios dentro ou fora de casa);
- Promover ou participar em eventos que reúnam muitas pessoas, sobretudo em espaços fechados. Sempre que for necessário reunir com outras pessoas, opte pelo mínimo possível e em espaço aberto.

4.2.2 Medidas de Higiene Pessoal –

As mãos podem ser um fácil veículo para a transmissão da infeção por SARS-CoV-2, ao entrarem em contacto com superfícies ou objectos contaminados e, de seguida, com as mucosas dos olhos, boca e nariz, que permitem a entrada do vírus para dentro do organismos.



Higiene das mãos:

- Regular: lave as mãos frequentemente ao longo do dia e sempre que se justifique (ex: ao chegar a casa ou ao trabalho, quando assoar o nariz, espirrar ou tossir);
- Cuidada: lave as mãos durante pelo menos 20 segundos, esfregando sequencialmente as palmas, dorso, cada um dos dedos e o pulso, secando-as bem no final;
- Sem acessórios: não se esqueça de remover anéis, pulseiras, relógios, ou outros objetos, antes da lavagem das mãos. Estes objetos deverão também ser higienizados após a sua utilização;

- **Com água e sabão:** o vírus é facilmente eliminado com água e sabão, devendo ser este o método preferencial. Caso não tenha acesso a água e sabão, desinfete as mãos com solução à base de álcool com 70% de concentração (não deve usar, para tal, álcool a 96%).

Etiqueta respiratória:

- **Tapar:** quando tossir ou espirrar, cubra a boca e o nariz, com um lenço de papel ou com o braço, evitando a projeção de gotículas (não use a mão);
- **Descartar:** após a utilização do lenço descartável, deite-o imediatamente no lixo;
- **Lavar:** após descartar o lenço, lave de imediato, as mãos. Caso tenha utilizado o braço, lave-o, ou à camisola, assim que possível.



4.2.3 Equipamentos de Proteção Individual (EPI) – O EPI refere-se a qualquer equipamento usado como barreira protetora, com o objetivo de proteger as mucosas, pele e roupa do contacto com agentes infecciosos, neste caso do vírus.



Alguns dos equipamentos que podem ser usados para proteção individual são máscaras, respiradores, óculos, luvas, batas, botas, entre outros. Estes devem ser utilizados conforme a atividade desempenhada e o risco de exposição à COVID-19.

Decisão N.º 3638/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido António da Costa, funcionário do Ministério da Saúde do Serviço Municipal de Aileu;

Considerando que o referido investigado exerceu em comissão de serviço, o cargo de Diretor de Saúde do Serviço Municipal de Aileu;

Considerando que o referido investigado foi acusado de não comunicar imediatamente informações sobre a morte de um funcionário sob sua direção do Ministério da Saúde do Serviço Municipal de Aileu;

Considerando que ficou evidenciado que o referido investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando não comunicou imediatamente as informações sobre a morte do funcionário que prejudicou o Estado, principalmente em questões financeiras, prevista no Estatuto da Função Pública;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado comunicou as informações sobre a morte do funcionário ao CFP, em 11 de maio de 2016, enquanto o funcionário faleceu em 2 de junho de 2015.

Considerando as provas apresentadas pelo investigado não foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta; Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas; Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar António da Costa, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra "c" do número 2 do artigo 40º e do disposto da letra "m" do artigo 41.º, ambos da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da

Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;

3. Aplicar a António da Costa, a pena de suspensão por 60 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública;

Comunique-se ao investigado e ao MS.

Publique-se,

Dili, 26 de maio de 2020

António Freitas

Comissário Disciplinar da CFP

Decisão nº 3639/2020/CFP

Considerando o que apurou a investigação em processo administrativo disciplinar a qual foi submetida Balbina Soares, funcionária do quadro de Ministério das Finanças;

Considerando que a referida investigada foi acusado de usar indevidamente dinheiro do Estado;

Considerando que ficou evidenciado que a investigada agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando não de forma transparente, aproveitou sua posição na função pública para usar indevidamente o dinheiro do Estado para fins privados, nos termos do Estatuto da Função Pública;

Considerando que ficou evidenciado que a referida investigada utilizou dinheiro do Estado no valor de 17. 211.00 \$ (Dezassete mil duzentos e onze) para fins privados;

Considerando que ficou evidenciado que a investigada já devolveu o valor de 9.211.00 \$ (Nove mil duzentos e onze) e prometeu devolvê-lo até que a quantia total de dinheiro sob sua responsabilidade seja concluída;

Considerando as provas apresentadas pela investigada não foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta; Considerando que foi garantido ao investigada o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ela produzidas; Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar, de 25 de maio de 2020;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de Novembro, da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Manuel de Deus Toda, culpado de conduta irregular;

2. Considerar que violou o disposto da letra “c” e “f” do número 2 do artigo 40º e do disposto do número 4 do Código de Ética para a função pública a que se refere o artigo 45.º, ambos da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;

3. Aplicar a Manuel de Deus Toda, a pena de suspensão por 120 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública;

Comunique-se aos investigado e ao Presidência da República.

Publique-se,

Díli, 26 de maio de 2020

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Decisão N.º 3637/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Joaquim da Silva Xavier, funcionário de Comissão Nacional das Eleições;

Considerando que o referido investigado foi acusado pelo abandono de serviço;

Considerando que a investigação do Secretariado da CFP não apurou provas conclusivas que indique a conduta irregular por parte do investigado.

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de Novembro, da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020.

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Absolver Joaquim da Silva Xavier de conduta irregular ;

2. Determinar o arquivamento do processo disciplinar;

Comunique-se ao investigado e ao CNE.

Publique-se,

Díli, 26 de maio de 2020

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário

Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

Determinar o ARQUIVAMENTO do processo disciplinar, por motivo da morte da investigada.

Comunique-se ao CNE.

Publique-se,

Díli, 26 de maio de 2020

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Decisão N.º 3637/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Joaquim da Silva Xavier, funcionário de Comissão Nacional das Eleições;

Considerando que o referido investigado foi acusado pelo abandono de serviço;

Considerando que a investigação do Secretariado da CFP não apurou provas conclusivas que indique a conduta irregular por parte do investigado.

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de Novembro, da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020.

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Absolver Joaquim da Silva Xavier de conduta irregular ;

2. Determinar o arquivamento do processo disciplinar;

Comunique-se ao investigado e ao CNE.

Publique-se,

Díli, 26 de maio de 2020

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

4.2.4 Medidas de Higiene Ambiental – Para além das medidas de higiene pessoal, deve-se reforçar os cuidados com a higiene ambiental, nomeadamente limpar e desinfetar os locais ou materiais que possam estar contaminados com o vírus, evitando assim o risco de propagação para o indivíduo e para a comunidade.



Para o efeito, é imprescindível ter em atenção medidas de controlo de infeção em relação a:

- Desinfecção Doméstica
- Lavagem da Roupa
- Sistemas de ventilação e Ar Condicionado
- Tratamento de Resíduos

4.3 Vigilância Epidemiológica e Investigação de Casos



A vigilância epidemiológica (VE) do COVID-19 tem como objetivo geral orientar o sistema nacional de vigilância em saúde e a rede de serviços de prestação de cuidados de saúde, para a atuação na identificação, notificação e gestão oportunas de casos suspeitos de infeção humana, de modo a mitigar os riscos de transmissão sustentada no território nacional.

Freitas, a pena de suspensão por 90 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública;	Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:
4. Determinar para encaminhar o referido processo ao Ministério Público.	1. Considerar Manuel Goudinho Guterres e Reinaldo da Silva Freitas, culpados de conduta irregular;
Comunique-se aos investigados e ao MEJD.	2. Considerar que violaram o disposto da letra “c” e “d” ambos do número 2 do artigo 40º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
Publique-se,	3. Aplicar a Manuel Goudinho Guterres e Reinaldo da Silva Freitas, a pena de suspensão por 90 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública;
Díli, 26 de maio de 2020	4. Determinar para encaminhar o referido processo ao Ministério Público.
António Freitas Comissário Disciplinar da CFP	Comunique-se aos investigados e ao MEJD.
	Publique-se,
Decisão N.º3631/2020/CFP	Díli, 26 de maio de 2020
Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Manuel Goudinho Guterres e Reinaldo da Silva Freitas, funcionários do Ministério da Educação Juventude e Desporto da Escola Básica Central São Cristovão do Posto Administrativo de Venilale;	António Freitas Comissário Disciplinar da CFP
Considerando que os referidos investigados foram acusados do mesmo ato de infração;	
Considerando que os referidos investigados foram acusados de violar o dever de sigilo quando divulgaram o resultado de exame nacional após a sua publicação oficial;	Decisão N.º3633/2020/CFP
Considerando que ficou evidenciado que os investigados agiram em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando violaram o dever de zelo e de sigilo, previstos no Estatuto da Função Pública;	Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Paulino Sarmento Pinto, funcionário do Ministério da Administração Estatal do Serviço Municipal de Baucau;
Considerando as provas apresentadas pelos investigados não foram suficientes para justificar suas atitudes ou elidir as suas condutas;	Considerando que o referido investigado foi acusado de colocar o interesse político-partidário no local de trabalho;
Considerando que foi garantido aos investigados o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra eles produzidas;	Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando colocou o interesse político-partidário no local de trabalho, na tentativa de alcançar a posição no local de trabalho, proibição prevista no Estatuto da Função Pública;
Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;	Considerando as provas apresentadas pelo investigado não foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta; Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas; Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;
Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;	Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;
Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;	

- infetados com COVID-19; e visitas a doentes ou permanência no mesmo ambiente próximo de doentes infetados com COVID-19;
- b. Trabalho em contacto próximo, ou partilha da mesma sala, com um doente com infeção por COVID-19;
- c. Viajar com doente infetado por COVID-19, em qualquer tipo de transporte;
- d. Coabitação com doente infetado por COVID-19.

4.3.2 Intervenções Específicas:

- a) **Definição do caso**, segundo orientações internacionais, mas que devem incluir uma adaptação ao contexto epidemiológico nacional.
- b) **Recolha de informação clínica, epidemiológica e laboratorial**, segundo orientações internacionais, de modo a uniformizar a colheita de dados clínicos, epidemiológicos e laboratoriais de todos os casos, sendo definidos formulários de notificação de casos e inquéritos epidemiológicos. Estes requerem uma atualização constante de acordo com as orientações técnicas e em função da evolução epidemiológica.
- c) **Partilha de informação clínica, epidemiológica e laboratorial**, segundo orientações internacionais, com as entidades competentes (local, regional, nacional e internacional) nas diferentes fases, essencial para apoio à tomada de decisão das autoridades competentes.
- d) **Rastreio de contactos**, considerando que a definição do que é um contacto, assim como o circuito que deve ser instituído para rastreio será abordado em orientação técnica específica que inclui todos os procedimentos.
- e) **Procura ativa de casos** para permitir a identificação de casos, habitualmente ligeiros ou moderados, ocorridos antes ou concomitantemente à identificação do caso índice, para a identificação precoce da circulação do SARS-CoV-2.
- f) **Investigação epidemiológica de casos e surtos de COVID-19**, logo após o aparecimento do primeiro caso de COVID-19 em Timor-Leste.

- g) **Definição dos indicadores de monitorização** da transmissibilidade, gravidade clínica e impacto da epidemia.
- h) **Análise da informação epidemiológica** de todos os casos que deve ser assegurada e divulgada às entidades responsáveis pela avaliação e gestão do risco, nos níveis municipal e nacional - propõe-se adaptar a metodologia proposta pela OMS para avaliação da gravidade da pandemia de gripe, através de indicadores que reflitam a transmissibilidade, gravidade clínica e impacto.
- i) **Notificação de casos confirmados COVID-19 de acordo com compromissos internacionais assumidos** a ser realizada nas ferramentas de apoio à vigilância epidemiológica no formulário de notificação de casos da OMS.

A quarentena ou isolamento de contactos, em estabelecimento de saúde ou na residência refere-se à separação ou restrição de movimentos e de interação social de pessoas que possam estar infetadas, mas que se mantêm assintomáticas. A duração deve ser, de acordo com o conhecimento atual, de 14 dias desde o último contacto com o caso confirmado de COVID-19, podendo variar à medida que se for tendo mais conhecimento sobre o período de incubação e período de contagiosidade do vírus.

4.4 Vigilância nos Pontos-de-Entrada

As regras definidas no Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005) têm como objetivo a prevenção, proteção, controlo e capacidade de resposta que impeçam a expansão internacional das doenças transmissíveis, evitando interferências desnecessárias no tráfico e comércio internacional.



19

Decisão N.º3631/2020/CFP

praticar agressão física contra o queixoso Marcelino Soares; Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando serviu o público com abuso físico no relacionamento e por não servir de exemplo a comunidade, nos termos do Estatuto da Função Pública;

Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas; Considerando o que consta no relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Urbano do Carmo dos Reis, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “c” do n.º 2 do artigo 40.º, do disposto da letra “n” do número 1 do artigo 41.º, e do disposto do número 9 do Código de Ética para a função pública a que refere o artigo 45.º, ambos da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Urbano do Carmo dos Reis, a pena de repreensão escrita, na forma do número 2, do Artigo 80º do Estatuto da Função Pública;

Comunique-se ao Investigado e ao MAE.

Publique-se,

Dili, 26 de maio de 2020.

António Freitas

Comissário Disciplinar da CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Manuel Goudinho Guterres e Reinaldo da Silva Freitas, funcionários do Ministério da Educação Juventude e Desporto da Escola Básica Central São Cristovão do Posto Administrativo de Venilale;

Considerando que os referidos investigados foram acusados do mesmo ato de infração;

Considerando que os referidos investigados foram acusados de violar o dever de sigilo quando divulgaram o resultado de exame nacional após a sua publicação oficial;

Considerando que ficou evidenciado que os investigados agiram em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando violaram o dever de zelo e de sigilo, previstos no Estatuto da Função Pública;

Considerando as provas apresentadas pelos investigados não foram suficientes para justificar suas atitudes ou elidir as suas condutas;

Considerando que foi garantido aos investigados o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra eles produzidas;

Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Manuel Goudinho Guterres e Reinaldo da Silva Freitas, culpados de conduta irregular;
2. Considerar que violaram o disposto da letra “c” e “d” ambos do número 2 do artigo 40º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;

3. Aplicar a Manuel Goudinho Guterres e Reinaldo da Silva

Jornal da República	
Considerando que ficou evidenciado que as faltas cometidas excederam os limites do atestado médico e os limites legais nos termos do número 2 do artigo 22 do decreto-lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, com a redação dada por decreto-lei n.º 21/2011 de 8 de junho sobre o regime das licenças e das faltas dos Trabalhadores da Administração Pública;	Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando deslocou ao município nos fins de semana com veículo do Estado e sem autorização do superior, nos termos do Estatuto da Função Pública;
Considerando as provas apresentadas pelo investigado não foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta; Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas; Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;	Considerando que a investigação do Secretariado da CFP não apurou provas conclusivas que indiquem a conduta irregular por parte do funcionário relacionada à acusação de violência contra sua esposa;
Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;	Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas; Considerando o que consta no relatório do processo administrativo disciplinar;
Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;	Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;
Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:	Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;
1. Considerar Dinis de Jesus, culpado de conduta irregular;	Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:
2. Considerar que violou o disposto da alínea “f”, do número 2 do artigo 40º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;	1. Considerar João Lemos, culpado de conduta irregular;
3. Aplicar a Dinis de Jesus, a pena de suspensão por 30 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública;	2. Considerar que violou o disposto da letra “d” do artigo 42.º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
Comunique-se ao investigado e ao MAP.	3. Aplicar a João Lemos, a pena de repreensão escrita, na forma do número 2, do Artigo 80º do Estatuto da Função Pública;
Publique-se,	Comunique-se ao Investigado e ao SEJD.
Dili, 26 de maio de 2020	Publique-se,
<u>António Freitas</u> Comissário Disciplinar da CFP	Dili, 26 de maio de 2020.
	<u>António Freitas</u> Comissário Disciplinar da CFP
Decisão nº 3629/2020/CFP	Decisão nº 3630/2020/CFP
Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido João Lemos, funcionário do Secretário Estado de Juventude e Desporto;	Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Urbano do Carmo dos Reis, funcionário do Ministério da Administração Estatal;
Considerando que o referido investigado foi acusado de praticar violência contra sua esposa e por usar o veículo do Estado de forma abusiva;	Considerando que o referido investigado foi acusado de

Jornal da República	
Plano de Contingência para Emergências em Saúde Pública: Novo Coronavírus 2019 (COVID-2019)	
Ministério da Saúde	
<p>No que se refere às fronteiras aeroportuárias é necessário preparar requisitos mínimos ao nível de estrutura e recursos humanos treinados, que respondam a atividades de vigilância, declaração, notificação, verificação, resposta e colaboração, sempre que ocorra um evento que possa constituir uma emergência de saúde pública no contexto internacional. Este facto inclui a construção do plano de contingência de saúde pública nos postos de fronteira para evitar a propagação internacional de doenças.</p> <p>Qualquer medida restritiva deve ser suportada cientificamente e deve ser reportada à Organização Mundial da Saúde (OMS).</p> <p>Intervenções Específicas:</p> <p>a) Viajantes nacionais para áreas afetadas - Aconselhar os cidadãos nacionais a reconsiderar viagens não essenciais, mediante avaliação de risco.</p> <p>b) Viajantes nacionais e estrangeiros que chegam de países afetados - Se o viajante regressa de um país afetada e não tem sintomas de COVID-19, o cidadão nacional e estrangeiro segue a quarentena voluntária de 14 dias, num espaço a indicar pelas autoridades.</p> <p>c) Material informativo - Disseminar material informativo sobre sintomas e o que fazer se adoecer nos postos de fronteira.</p> <p>d) Formulário de Saúde Pública de Localização de Passageiro (<i>Medical Declaration Card</i>) - a ser aplicado na aeronave pela tripulação e entregue à Autoridade de Saúde à chegada para efeitos de vigilância epidemiológica.</p> <p>e) Declaração Geral da Aeronave - Comunicação e entrega às Autoridades de Saúde</p> <p>f) nacionais, em caso suspeito de doença por COVID-19 a bordo e sempre que existam sinais e sintomas de doença infecciosa a bordo;</p> <p>g) Declaração Marítima de Saúde - A Declaração Marítima de Saúde deve ser exigida a todos os navios internacionais que são provenientes ou passaram pelas áreas afetadas por COVID-19;</p> <p>h) Instalações aeroportuárias - Assegurada a existência de espaço físico da saúde, que deve localizar-se próximo da porta de chegada e cujas dimensões devem</p>	
20	

possibilitar isolamento. Os profissionais dos postos de fronteira designados para o efeito devem ter formação na gestão de um caso suspeito (abordagem do doente; abordagem das preocupações da família e acompanhantes) e seguir as orientações de prevenção e controlo de infeção (higiene das mãos, etiqueta respiratória, EPI);

- i) **Rastreio à entrada nos postos de fronteira** - A eficácia do *entry screening* depende em grande parte da eficácia do *exit screening*, é necessário implementar rastreio à entrada definida em procedimentos próprios.

4.5 Serviços de Laboratório



O Laboratório Nacional da Saúde (LNS) é o laboratório de referência nacional para o diagnóstico COVI-19. Todos os procedimentos devem ser realizados por profissionais de saúde com formação adequada, e seguindo orientações específicas para este efeito. O processamento inicial de todas as amostras deve ocorrer em gabinete de segurança biológica validado ou dispositivo de contenção primário.

Os objetivos dos testes laboratoriais são detetar precocemente causas convencionais de pneumonia, apoiar atividades de deteção de COVID-19 e a sua sequenciação, bem como documentar o eventual reaparecimento do vírus. Todos os casos suspeitos sob investigação são submetidos a diagnóstico laboratorial e os espécimes colhidos quando o utente estiver em confinamento, obrigatório ou voluntário, ou em internamento.

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Andre Borges, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “c” do n.º 2 do artigo 40.º e do disposto do número 9 do Código de Ética para a função pública a que refere o artigo 45.º, ambos da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Andre Borges, a pena de repreensão escrita, na forma do número 2, do Artigo 80º do Estatuto da Função Pública;

Comunique-se ao Investigado e ao MEJD.

Publique-se,

Dili, 26 de maio de 2020.

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Decisão N.º3627/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Silveiro Soares, funcionário do Ministério das Obras Públicas;

Considerando que o referido investigado foi acusado de abandono de serviço;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando deixou de cumprir com o dever de assiduidade, previstos no Estatuto da Função Pública;

Considerando as provas apresentadas pelo investigado não foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta; Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas; Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da

CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Silveiro Soares, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da alínea “f”, do número 2 do artigo 40º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Silveiro Soares, a pena de suspensão por 90 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública;

Comunique-se ao investigado e ao MOP.

Publique-se,

Dili, 26 de maio de 2020

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Decisão N.º3628/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Dinis de Jesus, funcionário do Ministério da Agricultura e Pescas do Serviço Municipal de Ainaro;

Considerando que o referido investigado foi acusado de abandono de serviço;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando deixou de cumprir com o dever de assiduidade, previstos no Estatuto da Função Pública;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado cometeu a falta por sofrer a doença de pele, conforme atestado médico apresentado no processo;

Considerando que o médico concedeu ao investigado um período de cinco dias de descanso, conforme atestado médico acima mencionado;

Considerando a decisão do Comissário da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Agostinho Pinto, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “f” do número 2 do artigo 40º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Agostinho Pinto, a pena de demissão, na forma do n.º 8 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública.

Comunique-se ao investigado e ao MAP.

Publique-se

Dili, 26 de maio de 2020

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Decisão nº 3625/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Victor da Silva Caele, funcionário do Ministério da Educação Juventude e Desporto do Serviço Municipal de Bobonaro da Escola Básica Central Dom Cailito;

Considerando que o investigado foi acusado de praticar agressão física contra um estudante no local de trabalho;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando servir o público com abuso físico no relacionamento no local de trabalho, nos termos do Estatuto da Função Pública;

Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas; Considerando o que consta no relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Victor da Silva Caele, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “c” do n.º 2 do artigo 40.º e do disposto do número 9 do Código de Ética para a função pública a que refere o artigo 45.º, ambos da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Victor da Silva Caele, a pena de repreensão escrita, na forma do número 2, do Artigo 80º do Estatuto da Função Pública;

Comunique-se ao Investigado e ao MEJD.

Publique-se,

Dili, 26 de maio de 2020.

António Freitas
Comissário Disciplinar da CFP

Decisão nº 3626/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Andre Borges, funcionário do Ministério da Educação Juventude e Desporto do Serviço Municipal de Bobonaro da Escola Básica Central Raifun;

Considerando que o investigado foi acusado de praticar agressão física contra um estudante no local de trabalho;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando servir o público com abuso físico no relacionamento no local de trabalho, nos termos do Estatuto da Função Pública;

Considerando a declaração do representante da vítima que tal problema foi resolvido entre eles;

Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas; Considerando o que consta no relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

4.5.1 Colheita, acondicionamento e transporte de amostras

Um diagnóstico eficaz de COVID-19 em amostras clínicas depende principalmente da qualidade da amostra (colheita, acondicionamento, transporte) antes do processamento. É recomendado que as mesmas sejam obtidas o mais cedo possível após o início dos sintomas, de preferência até três (3) dias, mas podendo ser até sete dias, por profissional de saúde devidamente treinado e em uso de equipamento de proteção individual (EPI) apropriados: avental, óculos de proteção, touca, luvas e máscara (N95 ou PFF2).

Tipo de amostras

Material respiratório (preferencialmente) Swab com material nasofaríngeo e orofaríngeo em pacientes ambulatoriais. Recomenda-se a utilização de swab de poliéster ou dracon, com haste de plástico ou alumínio, evitando o uso de swab de algodão ou alginato de cálcio ou que tenha haste de madeira.

Expectoração (quando produzido), aspirado endotraqueal ou produto de lavagem broncoalveolar em pacientes com Doença respiratória Grave. Dado a necessidade do diagnóstico diferencial para outros agentes respiratórios, devem ser colhidas amostras biológicas em quantidade suficiente, pelo que:

- É fortemente recomendado que sejam colhidas amostras do trato respiratório inferior, sobretudo em doentes com doença mais grave;
- É aconselhável o envio de duas amostras respiratórias de locais diferentes, pois uma única amostra negativa do trato respiratório superior não exclui a infeção;
- Caso seja analisada apenas uma amostra, deve-se repetir a colheita nas próximas 24 horas de modo a confirmar ou não a infeção, dando preferência a amostra do trato respiratório inferior, ou caso não for possível, zaragatoas de nasofaringe e orofaringe;
- Em crianças, deve-se colher simultaneamente amostra de nasofaringe e orofaringe.

Material Hematológico

No caso de colher amostra de sangue, deve-se ter em conta os seguintes aspetos:

- Soro para testes serológicos – amostras pareadas, uma de fase aguda e outra convalescente (adicional ao material respiratório e pode dar suporte à identificação do verdadeiro agente).
- Sangue total – Uma única amostra na primeira semana da doença, para detecção de antígenos.

Precauções de colheita

- Swab nasofaríngeo e orofaríngeo: Usar obrigatoriamente swab de fibras sintéticas e com haste de plástico. Colocar o swab imediatamente no meio de transporte para vírus. As amostras nasofaríngeas e orofaríngeas devem ser colocadas no mesmo tubo para aumentar a carga de vírus;
- Expetoração: Aconselhar o paciente a lavar a boca com água limpa antes de provocar a tosse e expetorar diretamente no frasco estéril de tampa de rosca à prova de vazamento. Deve assegurar-se que o material colhido é do trato respiratório inferior;
- Aspirado de traqueia e de Lavagem bronco-alveolar: Colher 2-3 ml num frasco estéril de tampa rosca, à prova de vazamento. Amostra de importante valor para o diagnóstico laboratorial, e aconselhado para doentes acamados ou com dificuldade em se fazer o swab;
- Soro: Colher 3-5 ml de sangue num tubo seco ou com ativador de coágulo. Deve colher-se amostras pareadas (fase aguda- primeira semana da infeção e fase convalescente – 2 a 3 semanas depois). A amostra deve ser centrifugada a 3500 rpm por 10 minutos. Transferir o soro para um tubo seco, de tampa rosca;
- Sangue total - Colher preferencialmente na primeira semana da doença 3 ml de sangue no frasco com anticoagulante EDTA.

Acondicionamento de amostra

As amostras devem ser enviadas o mais rapidamente possível preferencialmente nas primeiras 24 horas.

<p>Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020.</p> <p>Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Absolver todos os investigados de conduta irregular ;2. Determinar o arquivamento do processo disciplinar; <p>Comunique-se aos investigados e ao MEJD.</p> <p>Publique-se,</p> <p>Díli, 26 de maio de 2020</p> <p>António Freitas Comissário Disciplinar da CFP</p>	<p>Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;</p> <p>Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;</p> <p>Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Considerar Rosália Nunes, culpada de conduta irregular;2. Considerar que violou o disposto da alínea ‘f’, do número 2 do artigo 40º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;3. Aplicar a Rosália Nunes, a pena de suspensão por 30 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública; <p>Comunique-se ao investigada e ao MEJD.</p> <p>Publique-se,</p> <p>Díli, 26 de maio de 2020</p> <p>António Freitas Comissário Disciplinar da CFP</p>
<p>Decisão N.º3623/2020/CFP</p> <p>Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetida Rosália Nunes, funcionária do Ministério da Educação Juventude e Desporto do Serviço Municipal de Covalima;</p> <p>Considerando que a referida investigada foi acusado de abandono de serviço;</p> <p>Considerando que ficou evidenciado que a investigada agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando deixou de cumprir com o dever de assiduidade, previstos no Estatuto da Função Pública;</p> <p>Considerando que ficou evidenciado que a investigada deixou o local de trabalho para ajudar o filho a construir a cozinha;</p> <p>Considerando que a referida falta cometida pela investigada não está prevista como falta justificada, nos termos do artigo 32 do decreto-lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, com a redação dada por decreto-lei n.º 21/2011 de 8 de junho sobre o regime das licenças e das faltas dos Trabalhadores da Administração Pública;</p> <p>Considerando as provas apresentadas pela investigada não foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta;</p> <p>Considerando que foi garantido ao investigada o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ela produzidas; Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;</p>	<p>Decisão N.º 3624/2020/CFP</p> <p>Considerando o que apurou a investigação em processo disciplinar a qual foi submetido Agostinho Pinto, funcionário do Ministério da Agricultura e Pescas do Serviço Municipal de Baucau;</p> <p>Considerando que o referido investigado foi acusado de abandono de serviço;</p> <p>Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, por deixar de cumprir com o dever de assiduidade, previsto no Estatuto da Função Pública;</p> <p>Considerando que o investigado deixou o local de trabalho sem justificativa;</p> <p>Considerando a declaração do referido investigado que já trabalhou no exterior do país;</p> <p>Considerando o que consta no relatório do processo administrativo disciplinar;</p>

3. Aplicar a Marcos Seo, a pena de suspensão por 30 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública;

Comunique-se ao investigado e ao MS-RAEOA.

Publique-se,

Díli, 26 de maio de 2020

António Freitas

Comissário Disciplinar da CFP

3. Aplicar a Juvinal Reis Cardoso, a pena de demissão, na forma do n.º 8 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública.

Comunique-se ao investigado e ao MI.

Publique-se

Díli, 26 de maio de 2020

António Freitas

Comissário Disciplinar da CFP

Decisão N.º 3621/2020/CFP

Considerando o que apurou a investigação em processo disciplinar a qual foi submetido Juvinal Reis Cardoso, funcionário do Ministério do Interior da Direção Nacional de Segurança do Património Público do Serviço Municipal de Bobonaro;

Considerando que o referido investigado foi acusado de abandono de serviço;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, por deixar de cumprir com o dever de assiduidade, previsto no Estatuto da Função Pública;

Considerando que o investigado não cumpriu a chamada e não compareceu no local de investigação para prestar sua defesa;

Considerando o que consta no relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a decisão do Comissário da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Juvinal Reis Cardoso, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “f” do número 2 do artigo 40º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;

Decisão N.º 3622/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar as quais foram submetidos;

Marcelino da Conceição Caldas; Simão da C.M. Guterres; Mário Ximenes dos Reis Américo Fernandes; Tito M. Fraga; Alfredo das Neves; Feliciano da S. Alves; Francisco S. Moraes; Graciano Ximenes; José Manuel; Ricardina Pinto Pereira; Tomás Pinto; Alexandrino A. Guterres; Luís M.X. Salsinha; Fernando da Costa Almeida; Elvira Pereira Ximenes; José António Cabral; Marcelino da Cruz; Hermenegildo A. Belo; Acácio Hornai; Júlio de Carvalho; João Guterres; Rosalina de Jesus; Elisabeth W. Lobato; Vasco da Silva; Maria E. Da Cunha; Bernardino José P. Pereira; Azita da C. Pereira; Joaquina Orleans; Anita Barreto; Elevita F. Pinheiro; Deolinda de Jesus.

Sendo todos funcionários do quadro de Ministério da Educação Juventude e Desporto da Escola Secundária Geral 28 de Novembro do Serviço Municipal de Díli;

Considerando que os referidos investigados foram acusados pela prática do mesmo ato irregular;

Considerando que a investigação do Secretariado da CFP não apurou provas conclusivas que indiquem a conduta irregular por parte dos funcionários;

Considerando as razões apresentadas pelos investigados e inexistindo provas conclusivas contra os investigados impõe-se as suas absolvições;

Considerando as razões de defesa apresentado pelo representante dos investigados, foi suficiente para justificar suas atitudes ou elidir as suas condutas;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de Novembro, da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

4.5.2 Condições de segurança no acondicionamento e o transporte de amostras⁶

Todas as amostras devem ser enviadas ao laboratório, mediante o contacto prévio, via telefónica à Coordenadora dos Serviços de Laboratório para o COVID-19 (Pilar 5), em embalagem tripla apropriada, de acordo com as normas internacionais para transporte de substâncias infecciosas de categoria B (UN3373) de forma a assegurar a integridade dos materiais enviados e reduzir o risco potencial de danos durante o transporte.

Quadro 1: Condições de transporte e acondicionamento.

TIPO DE AMOSTRA	DISPOSITIVO DE COLHEITA	TRANSPORTE	ACONDICIONAMENTO (Temperatura de Conservação)
Swab orofaríngeo e nasofaríngeo	Meio de transporte para vírus (VTM)	4°C	≤5 dias: 4°C ≥5 dias: -70°C
Lavado bronco-alveolar Aspirado endotraqueal Lavagem nasal Expectoração	Frasco estéril	4°C	≤48 horas: 4°C ≥48 horas: -70°C
Soro	Cryotubos/ eppendorf	4°C	≤5 dias: 4°C ≥5 dias: -70°C
Sangue	Tubo EDTA	4°C	≤5 dias: 4°C ≥5 dias: -70°C

Cuidados a ter na preparação e envio das amostras para o transporte:

- Os tubos devem ser bem vedados após a colheita
- Todos os tubos e recipientes devem ser desinfetados exteriormente, no local de colheita, usando solução de hipoclorito de sódio a 5%, seguida de álcool 70%
- Após a desinfecção os tubos devem ser selados com película parafilme
- O sistema de embalagem tripla deve ter as seguintes características⁷:

⁶ WHO (2012). Guidance on regulations for the Transport of Infectious Substances 2013/2014. Geneva: WHO. (link: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/78075/1/WHO_HSE_GCR_2012.12_eng.pdf?ua=1)

⁷ Para mais informações, consultar o Guia sobre a regulamentação relativa ao transporte de substâncias infecciosas 2019-2020 (link: <https://www.who.int/ihr/publications/WHO-WHECPI-2019.20/es/>)

- i. **Contentor Primário:** É o recipiente que contém a amostra. Deve ser impermeável e à prova de vazamento, devidamente identificado, embalado num papel absorvente em quantidade suficiente para absorver todo o conteúdo em caso de quebra ou derrame.
- ii. **Contentor Secundário:** Comporta os contentores primários. Deve ser resistente, à prova de água, impermeável. Pode conter vários contentores primários, e os mesmos devem estar protegidos com material absorvente e amortecedor individualmente e separados.
- iii. **Contentor Terciário:** Embalagem de transporte externa com material de alchoamento adequado, onde se colocam os contentores secundários.

Circuito de envio de amostras

As amostras podem ser enviadas pelas vias terrestre, marítima e aérea conforme o grau a emergência e proveniência, acompanhadas obrigatoriamente de um formulário de investigação (em anexo), devidamente preenchida e uma guia de entrega (com Nome do paciente e tipo de amostra).

A confirmação dos casos de COVID-19 será baseada na deteção da sequência do RNA Viral usando a técnica de RT-PCR Real Time. As amostras positivas serão submetidas ao sequenciamento parcial ou completo do genoma viral.

4.5.3 Notificação de Resultados

O LNS deve notificar os resultados virológicos imediatamente, logo que estejam disponíveis, por telefone ou e-mail à Coordenadora da Vigilância Epidemiológica (Pilar 3) e concomitantemente à Diretora Geral da Prestação de Saúde, colocando uma cópia aos Coodenadores de Controlo de Infecção (Pilar 6) e de Gestão de Casos (Pilar 7) no caso haja confirmação de casos.

4.5.4 Monitorização laboratorial de um Caso confirmado

Para efeitos de seguimento de um Caso confirmado de COVID-19, deve o responsável de gestão da unidade de isolamento envair ao LNS, colheitas sequenciais de amostras respiratórias e de outras origens para o estudo da duração da excreção do vírus.

Decisão N.º 3619/2020/CFP

Considerando o que apurou a investigação em processo disciplinar a qual foi submetido Elisio Juvinal Pereira, funcionário do Ministério da Saúde;

Considerando que o referido investigado foi acusado de abandono de serviço;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, por deixar de cumprir com o dever de assiduidade, previsto no Estatuto da Função Pública;

Considerando que o investigado deixou o local de trabalho sem justificativa;

Considerando que o investigado não cumpriu a chamada e não compareceu no local de investigação para prestar sua defesa;

Considerando o que consta no relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a decisão do Comissário da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Elisio Juvinal Pereira, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da letra “f” do número 2 do artigo 40º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Elisio Juvinal Pereira, a pena de demissão, na forma do n.º 8 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública

Comunique-se ao investigado e ao MS.

Publique-se

Díli, 26 de maio de 2020

António Freitas

Comissário Disciplinar da CFP

Decisão N.º 3620/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Marcos Seo, funcionário do Ministério da Saúde de RAEOA-ZEEMS;

Considerando que o referido investigado foi acusado de prática de irregularidade funcional quando publicou na mídia social, as questões críticas sobre a construção do Hospital de tratamento de cardíaco localizada em RAEOA-ZEEMS;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando a conduta do referido investigado não criou um modelo de integridade pessoal que procura sempre contribuir para a boa reputação da função pública através de um comportamento diário exemplar, previstos no Estatuto da Função Pública;

Considerando as provas apresentadas pelo investigado não foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta;

Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas;

Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Marcos Seo, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da alínea “c”, do número 2 do artigo 40º e do disposto do número 4 do Código de Ética a que se refere o artigo 45º, todos da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redação dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;

Assim a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra “a” do número 2, do artigo 5º, da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

EXONERAR os seguintes funcionários do cargo em comissão de serviço de gestor do ensino básico do Ministério da Educação Juventude e Desporto, a partir de 12 de maio de 2020:

NOME	CARGO EM COMISSÃO
José mau Lelo Soares	Chefe GAT EBC 3º Purugoa

Díli, 27 de maio de 2020

Faustino Cardoso Gomes

Presidente da Comissão da Função Pública

Decisão nº 3617/2020/CFP

Considerando que nos termos da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público;

Considerando a nomeação da Secretária Executiva para o cargo de Comissária da CFP, nos termos da Resolução do Governo número 14/2020, de 27 de maio;

Considerando a delegação contida na decisão nr. 1897/2016, tomada na 55ª Reunião Extraordinária de 23 de março;

Assim a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra “a” do número 2, do artigo 5º, da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

NOMEAR a TS Grau A NÉLSON PHILOMENO REGO DE JESUS para, em substituição, exercer em comissão de serviço o cargo de Secretário Executivo do Secretariado da CFP, enquanto aguarda-se a realização do processo de seleção por mérito.

Díli, 29 de maio de 2020.

Faustino Cardoso Gomes

Presidente da Comissão da Função Pública

Decisão N.º3618/2020/CFP

Considerando o que apurou em processo investigação disciplinar a qual foi submetido Amaro Magalhães, funcionário do Ministério da Educação Juventude e Desporto;

Considerando que o referido investigado foi acusado de abandono de serviço;

Considerando que ficou evidenciado que o investigado agiu em desconformidade com o previsto no capítulo das obrigações do Estatuto da Função Pública, quando deixou de cumprir com o dever de assiduidade, previstos no Estatuto da Função Pública;

Considerando que ficou evidenciado que o acusado cometeu falta devido à morte do membro da família do acusado:

Considerando que as faltas cometidas excederam os limites legais nos termos do artigo 14 do decreto-lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, com a redação dada por decreto-lei n.º 21/2011 de 8 de junho sobre o regime das licenças e das faltas dos Trabalhadores da Administração Pública;

Considerando as provas apresentadas pelo investigado não foi suficiente para justificar sua atitude ou elidir a sua conduta;
Considerando que foi garantido ao investigado o pleno direito de defesa e o acesso a todas as provas contra ele produzidas;
Considerando o que consta do relatório do processo administrativo disciplinar;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de novembro da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 131ª Reunião Disciplinar de 25 de maio de 2020;

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Considerar Amaro Magalhães, culpado de conduta irregular;
2. Considerar que violou o disposto da alínea “f”, do número 2 do artigo 40.º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública) com a redacção dada por lei número 5/2009 de 15 de julho;
3. Aplicar a Amaro Magalhães, a pena de suspensão por 30 dias, na forma do n.º 5 do artigo 80.º do Estatuto da Função Pública;

Comunique-se ao investigado e ao MEJD.

Publique-se,

Díli, 26 de maio de 2020

António Freitas

Comissário Disciplinar da CFP

As amostras devem ser colhidas com intervalos de 2 a 4 dias, até à confirmação da completa eliminação da excreção viral, que é considerada após dois resultados laboratoriais negativos.

4.5.5 Recolha de Amostras em Caso de Óbito

Para pacientes que evoluíram para o óbito, as recolhas deverão ser realizadas em:

- Tecido da região central dos brônquios (hilo), dos brônquios direito e esquerdo e da traqueia proximal e distal;
- Tecido do parênquima pulmonar direito e esquerdo; tecido das tonsilas e mucosa nasal;
- Acondicionar as amostras em frasco de vidro com formalina tamponada a 10%;
- As amostras frescas para diagnóstico viral deverão ser acondicionadas em recipientes estéreis e imersas em meio de transporte viral ou solução salina tamponada e enviada ao LNS.

4.6 Prevenção e Controlo de Infecção



Os princípios das estratégias de prevenção e controlo de infeções associadas aos cuidados de saúde com suspeitas de COVID-19 são:

4.6.1 Reconhecimento precoce e controlo de fontes:

- a) Encoraje os profissionais de saúde a terem um alto nível de suspeita clínica.
- b) Ativação da triagem respiratória.
- c) Sinalização de correio que lembra os pacientes sintomáticos para alertar os profissionais de saúde.
- d) A promoção da higiene respiratória é uma medida preventiva importante.
- e) Os doentes suspeitos de COVID-19 devem ser colocados numa área separada de outros pacientes, e precauções adicionais de Prevenção e Controlo de Infeções (gota e contacto) prontamente implementadas.

4.6.2 Aplicação de Precauções Padrão para todos os doentes:

- a) Utilização correta e consistente do EPI disponível e higiene adequada das mãos.
- b) Efetuar a higiene das mãos após o contacto com secreções respiratórias.
- c) A eficácia do EPI depende de fornecimentos adequados e regulares.
- d) Formação adequada do pessoal e comportamento humano especificamente apropriado.
- e) Certifique-se de que os procedimentos de limpeza e desinfecção ambientais são seguidos de forma consistente e correta. Uma limpeza completa das superfícies ambientais com água e detergente e a aplicação de desinfetantes hospitalares comumente utilizados (como o hipoclorito de sódio) é um procedimento eficaz e suficiente.
- f) Gerir a lavandaria, os utensílios de serviço alimentar e os resíduos médicos de acordo com os procedimentos de rotina seguros.
- g) Prevenção de lesões com agulhas ou afiadas.

4.6.3 Implementação de precauções adicionais empíricas (gota e contacto e sempre que aplicável a precauções aéreas) para casos suspeitos

Além das Precauções Padrão, todos os indivíduos, incluindo membros da família, visitantes e profissionais de saúde devem aplicar precauções de Contacto e Droplet. As seguintes precauções devem ser sempre aplicadas a todo o momento:

27

Decisão n.º 3615/2020/PCFP

HOMOLOGAR a extensão da comissão de serviço do TS B Domingos Romualdo dos Santos Carmo Amaral, para continuar a exercer o cargo de Diretor-Geral de Administração da Presidência da República, no período entre 1 de abril de 2020 a 30 de setembro de 2020.

Díli, 5 de maio de 2020.

Faustino Cardoso Gomes

Presidente da Comissão da Função Pública

Considerando a informação do ofício 268/2020, de 27 de abril, do MEJD, que solicitou a substituição de ocupante de cargo em comissão de serviço de ocupantes de cargo de chefia na estrutura da instituição, enquanto aguarda a realização do processo de seleção por mérito.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando a vacatura do cargo em razão da nomeação do seu titular para outro cargo;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal nos termos da decisão 1897/2016/CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

NOMEAR a TPC Laurinda Fátima Soares do Carmo para, em substituição, exercer em comissão de serviço o cargo de Chefe do Departamento de Planeamento e Contratação do MEJD, a partir de 1 de maio de 2020, enquanto perdurar o regime duodecimal de execução orçamental e até a conclusão do processo de seleção por mérito.

Díli, 15 de maio de 2020.

Faustino Cardoso Gomes

Presidente da Comissão da Função Pública

Decisão N.º 3614/2020/CFP

Considerando a investigação em processo administrativo disciplinar a que foi submetido Dionísio da Cruz Pereira, funcionário contratado do MF;

Considerando que no curso da investigação o contrato do trabalhador foi encerrado e a CFP recebeu notícia do seu falecimento;

Considerando a deliberação 35/2017, de 23 de Novembro, da CFP, que delegou ao seu Comissário Disciplinar a competência para julgar processos disciplinares;

Considerando a decisão do Comissário Disciplinar da CFP na 125ª Reunião Disciplinar de 07 de Junho de 2018

Assim, a Comissão da Função Pública, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

Determinar o arquivamento do processo disciplinar contra

Dionísio da Cruz Pereira, ex-funcionário contratado do MF.

Comunique-se ao investigado e ao MF.

Publique-se

Díli, 13 de maio de 2020

António Freitas

Comissário da CFP

Decisão n.º 3616/2020/CFP

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando a informação do Ministério da Educação pelo ofício 285/2020, de 12 de maio, da necessidade de cessar ocupante de cargo em comissão de serviço na estrutura da gestão do ensino básico;

Considerando o que dispõe o Decreto-Lei N.º 7/2010, de 19 de Maio, sobre o Regime Jurídico da Administração e Gestão do Sistema de Ensino Básico

Decisão nº 3611/2020/CFP

Considerando o que estabelece o Decreto-Lei n.º 1/2018, de 24 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2019, de 27 de março, sobre o Regime da Promoção de Pessoal das Carreiras da Administração Pública.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando a Resolução do Governo n.º 19/2019, de 15 de maio, que fixou as vagas, das respetivas categorias profissionais do regime de carreira geral, destinadas à promoção para o ano de 2019;

Considerando as atas finais e as respetivas listas de classificação final aprovadas pelos Painéis de Júri do concurso de promoção às categorias de técnico superior dos graus A e B, técnico profissional dos graus C e D, técnico administrativo do grau E e assistente do grau F todos do Regime Geral das Carreiras;

Considerando a homologação do resultado do concurso pela Deliberação da CFP número 123/2019, de 23 de dezembro;

Considerando a informação do SCFP sobre os funcionários públicos aprovados no concurso de promoção mas que, no entanto, cessaram a relação de trabalho com a Função Pública antes da efetivação da promoção em 1 de janeiro de 2020;

Considerando que dois funcionários públicos constantes da lista para promoção faleceram antes da data da promoção e outros dois obtiveram pensão por velhice;

Considerando o que dispõe o artigo 116º, do Estatuto da Função Pública, sobre a cessação da relação de trabalho por morte ou aposentação;

Considerando que foram aplicados os critérios de desempate e, após declarada a igualdade na pontuação obtida no exame, os candidatos serem todos do sexo masculino e deterem a mesma antiguidade no grau, restaram classificados os candidatos com maior tempo de serviço na Função Pública, nos termos abaixo;

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

1. EXCLUIR da lista de promoção do pessoal da carreira geral da Administração Pública, publicada pela Deliberação nr. 123/2019, de 23 de dezembro, os seguintes funcionários públicos:
 - a. Januário Natalino José Agostinho Cabral, por falecimento em 11 de novembro de 2019;
 - b. Domingas de Sena, por falecimento em 20 de dezembro de 2019;
 - c. Mateus Ximenes da Costa, por aposentação em 23 de setembro de 2019;

d. Marcelino Ximenes, por aposentação em 23 de setembro de 2019;

2. PROMOVER os seguintes funcionários públicos da carreira do regime geral da Administração Pública, conforme as listas de classificação dos painéis de júri do concurso de promoção às categorias de técnico profissional do grau C e assistente do grau F, a contar de 1 de janeiro de 2020, como adiante:

- a. Ao cargo de Técnico Profissional do grau C o funcionário público Saul Quintão Cardoso, do Ministério da Justiça;
- b. Ao cargo de Assistente do grau F o funcionário público Saturnino Cabreira, do MEJD;
- c. Ao cargo de Assistente do grau F o funcionário público Amorim Pereira da Costa Vicente, do Ministério da Saúde.
- d. Ao cargo de Assistente do grau F o funcionário público Saul Martins, do MEJD.

Publique-se

Díli, 30 de abril de 2020

Faustino Cardoso Gomes

Presidente da Comissão da Função Pública

Decisão nº 3612/2020/CFP

Considerando a informação do ofício n.º 77/2020, de 28 de abril, da Casa Civil da Presidência da República e que informa sobre a extensão da comissão de serviço de ocupante de cargo de direção na estrutura da Presidência da República;

Considerando que a nomeação atende ao disposto no artigo 52.º do Decreto-Lei 44/2015, de 28 de Dezembro, Estatuto de Pessoal da Presidência da República;

Considerando que cabe à CFP homologar o resultado de qualquer natureza dos concursos feitos no setor público, de acordo com o artigo 38.º do Decreto-Lei 22/2011, de 8 de Junho, primeira alteração ao Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção de Pessoal para a Administração Pública;

Considerando a alínea b) da Decisão 1897/CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal os poderes da CFP para homologar o resultado de concurso público ou interno; Assim, o Presidente em exercício da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, conjugado com decisão de delegação anteriormente citada, decide:

- a) Coloque os pacientes em quartos individuais devidamente ventilados.
- b) Quando não existem quartos individuais, coorte doentes suspeitos de infeção COVID-19 em conjunto (Coloque as camas do paciente com pelo menos 1 m de distância, quando possível, coorte hcWs para cuidar exclusivamente de casos para reduzir o risco de propagação da transmissão devido a violações inadvertidas do controlo de infeções).
- c) Utilize uma máscara médica com proteção ocular/facial (ou é, óculos ou um escudo facial).
- d) Utilize luvas e um vestido resistente a fluidos de manga comprida, não estéril e de manga comprida.
- e) Retire o seu EPI depois de cuidar de um paciente de forma adequada e, em seguida, elimine-o, depois de ter sido realizada a higiene das mãos. É necessário um novo conjunto de PPEs, quando é dado cuidados a um paciente diferente.
- f) Utilize equipamento descartável de utilização única ou equipamento dedicado (por exemplo, estetoscópios, algemas de tensão arterial e termómetros). Se o equipamento precisar de ser partilhado entre os pacientes, limpe e desinfete entre cada utilização do paciente (por exemplo, álcool etílico 70%).
- g) Evite tocar nos olhos, nariz ou boca com as mãos potencialmente contaminadas.
- h) Evite o movimento e o transporte de pacientes para fora da sala ou área a menos que seja medicamente necessário.
- i) Se for necessário transporte, utilize rotas de transporte pré-determinadas para minimizar as exposições ao pessoal, a outros pacientes e visitantes e aplique máscara médica ao paciente.
- j) Certifique-se de que os HCWs que transportam pacientes usam EPI adequado, conforme descrito nesta secção e que realizam higiene manual.
- k) Notifique a área recetora das precauções necessárias o mais rapidamente possível antes da chegada do paciente.
- l) Limpe e desinfete as superfícies de contacto do paciente.
- m) Limite o número de HCWs, familiares e visitantes em contacto com um paciente com suspeita de infeção COVID-19.

- n) Mantenha um registo de todas as pessoas que entram no quarto do paciente, incluindo todo o pessoal e visitantes.

4.6.4 Gestão da exposição ao COVID-19 nas unidades de saúde

Profissionais de saúde expostos a um caso COVID-19:

- As unidades de saúde devem identificar e rastrear todos os profissionais de saúde que tivessem protegido (uso adequado de EPI) ou desprotegidos (sem usar PPE ou EPI usados indevidamente) a pacientes com covid-19 suspeitos ou confirmados.
- A decisão de permitir que um profissional de saúde retome as suas funções após uma exposição ao COVID-19 deve ser individualizada. A equipa de controlo de infeções será, em última análise, responsável por tomar essa decisão.
- As seguintes são as orientações gerais, mas a gestão dependerá da avaliação do risco da equipa de controlo de infeções:

Os profissionais de saúde assintomáticos com exposição protegida ou exposição desprotegida de baixo risco (mais de 1,5 metros do paciente):

- Não é recomendado testar profissionais de saúde para COVID-19.
- Os profissionais de saúde podem continuar as suas funções.
- Os profissionais de saúde devem ser avaliados diariamente durante 14 dias após a exposição ao desenvolvimento de sintomas.
- Os profissionais de saúde devem atrasar a viagem até ser autorizado pela equipa de controlo de infeções.
- Os profissionais de saúde assintomáticos com exposição protegida ou exposição desprotegida de baixo risco são considerados DESCONFINADOS se: Permanecer assintomático e se o período de observação acabou (14 dias após a exposição).

Todos os profissionais de saúde do centro de saúde envolvidos na prestação de cuidados a um doente infetado COVID-19, incluindo aqueles que estiveram presentes na mesma área que o paciente, bem como aqueles que podem não ter prestado cuidados diretos ao

CIRCULAR N.º 02/MS/2020

Plano de Contingência para Emergências em Saúde Pública: Novo Coronavírus 2019 (COVID-19)

Considerando que o impacto da pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 (COVID-19) para o setor da saúde, nomeadamente na prestação de cuidados continuados de saúde primária, secundária e terciária, em todo o território nacional, constitui um verdadeiro desafio para o Ministério da Saúde;

Considerando ser necessário adotar os procedimentos que, de forma responsável e proporcional à evolução das fases de propagação desta pandemia, salvaguardem a manutenção da saúde pública, na defesa dos riscos potenciais e comprovativos, segundo elevados critérios científicos e sociais consagrados no Plano de Contingência para Emergência em Saúde Pública especialmente definido para a prevenção e controlo do Novo Coronavírus 2019;

Não obstante o término da declaração de estado de emergência decretado pelo Presidente da República, e atendendo à avaliação da situação epidemiológica da COVID-19 na Região Sudeste-Asiática e no Pacífico, urge adotar os procedimentos que, de forma responsável e proporcional à evolução das fases de propagação desta pandemia, salvaguardem a manutenção da saúde pública, através de medidas adequadas que contenham as possíveis linhas de contágio, entre as quais, a manutenção da reposição, a título excecional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras.

Reconhecendo que a, considera a vigilância epidemiológica e sanitária como atividades instrumentais e complementares do Serviço Nacional de Saúde;

Assim,

No âmbito das competências previstas no Decreto-Lei n.º 14/2018 de 17 de Agosto, na sua versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 27/2020 de 19 de Junho, sobre a orgânica do VIII Governo Constitucional, e ao abrigo do disposto na Lei do Sistema de Saúde n.º 10/2004, de 24 novembro, decido:

- Determinar a publicação do “Plano de Contingência para Emergências em Saúde Pública: Novo Coronavírus 2019 (COVID-19)”, anexo a presente circular, a qual faz parte integrante.
- Instruir a Diretora Geral da Prestação da Saúde a responsabilidade técnica e operacional pela implementação das medidas de prevenção e controlo da COVID-19.
- Determinar que sejam reforçadas a colaboração multisetorial necessárias à salvaguarda da saúde e bem-estar da população, através da luta comum contra a epidemia COVID-19 em Timor-Leste.
- Estipular que a presente circular seja disseminada e distribuída a todos os serviços e órgãos da administração direta e indireta do Estado, no âmbito do Ministério da

Saúde, bem como junto de entidades parceiras e outras instituições da administração pública.

Publique-se.

Dili, 26 de junho de 2020.

A Ministra da Saúde

dr. Odete Maria Freitas Belo, MPH

DESPACHO N.º 1/SEJD/VI/2020

Delegação de competências sobre a Unidade de Aprovisionamento da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto

Considerando o Decreto-lei n.º 18/2019 de 11 de julho, a Orgânica da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto (SEJD), defini a estrutura e competências das direções e unidades da SEJD.

Tendo em conta que o artigo 10.º do referido decreto-lei, a Unidade de Aprovisionamento é o serviço central da SEJD responsável por assegurar a execução dos processos de aprovisionamento destinados à aquisição de bens ou de serviços ou à execução de obras, no âmbito da Secretaria de Estado, bem como pela gestão dos contratos públicos em que intervenham os órgãos desta.

Considerando que a Unidade de Aprovisionamento é diretamente subordinada ao Secretário de Estado, regulado n.º 4 pelo Diploma Ministerial n.º 65/2019 de 4 de dezembro, orgânica dos serviços das unidades da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto.

Tendo em conta o funcionamento dos órgãos e serviços da SEJD colaborarem entre si e articular as suas atividades, para garantir a eficácia, a coerência e a conformidade dos processos executados com as decisões adotadas.

Assim, nos termos do artigo 3.º e n.º 5 do Decreto-lei n.º 18/2019 de 11 de julho, determino o seguinte:

- Delegar as minhas competências de subordinação direta da Unidade de Aprovisionamento (UA) da SEJD na Direção Nacional de Administração e Finanças da SEJD, para dirigir a UA, sendo supervisionada pela Direção Geral dos Serviços Corporativos.

Cumpra-se.

Dili, 29 de junho de 2020.

Abrão Saldanha
Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Competências/Atividades Chaves	Indicador de Desempenho	Resultados Esperados	Baseline	Meio de Verificação	Orçamento Alocado	Resultados Atingidos		
						Indicador	\$	Obs.
Pilar 1: Coordenação, Planeamento e Monitorização								
Pilar 2: Comunicação de Risco e Envolvimento Comunitário								
Pilar 3: Vigilância Epidemiológica, Resposta Rápida e Investigação de Casos								
Pilar 4: Pontos-de-Entrada								
Pilar 5: Serviços de Laboratório								
Pilar 6: Prevenção e Controlo de Infecção								
Pilar 7: Gestão de Casos								
Pilar 8: Apoio Operacional e Logístico								
Pilar 9: Serviços Essenciais de Saúde								

paciente, mas que tiveram contacto com os fluidos corporais do paciente, itens potencialmente contaminados ou superfícies ambientais. Isto inclui médicos, enfermeiros, parteiras, técnicos de diagnóstico e terapêutica, profissionais auxiliares de saúde (por exemplo, pessoal de limpeza e lavandaria, nutricionistas, funcionários de admissão/receção, motoristas e transportadores de doentes, pessoal de catering, etc.).

Os profissionais de saúde que tenham exposição desprotegida de alto risco (num raio de 1,5 metros do paciente) ou que tenham sintomas sugestivos independentemente do tipo de exposição:

- Os profissionais de saúde devem deixar de exercer as suas funções imediatamente.
- São necessários ensaios (cotonetes nasopaínges) para COVID-19 (de preferência 24 horas ou mais após a exposição)
- Os profissionais de saúde não devem retomar as suas funções até serem autorizados pela equipa de controlo de infeções.
- Os profissionais de saúde devem atrasar a viagem até ser autorizado pela equipa de controlo de infeções.
- Profissionais de saúde que testem inicialmente positivo para COVID-19 (independentemente do tipo de exposição); os profissionais de saúde que desenvolvem sintomas sugestivos COVID-19 (independentemente do tipo de exposição) e os profissionais de saúde que tiveram exposição de saúde desprotegida são considerados CLEAR se:
 - São assintomáticos durante pelo menos 48 horas.
 - E
 - O período de observação acabou (14 dias após a exposição pós-exposição)
 - E
 - Teve dois RT-PCR negativos para COVID-19.

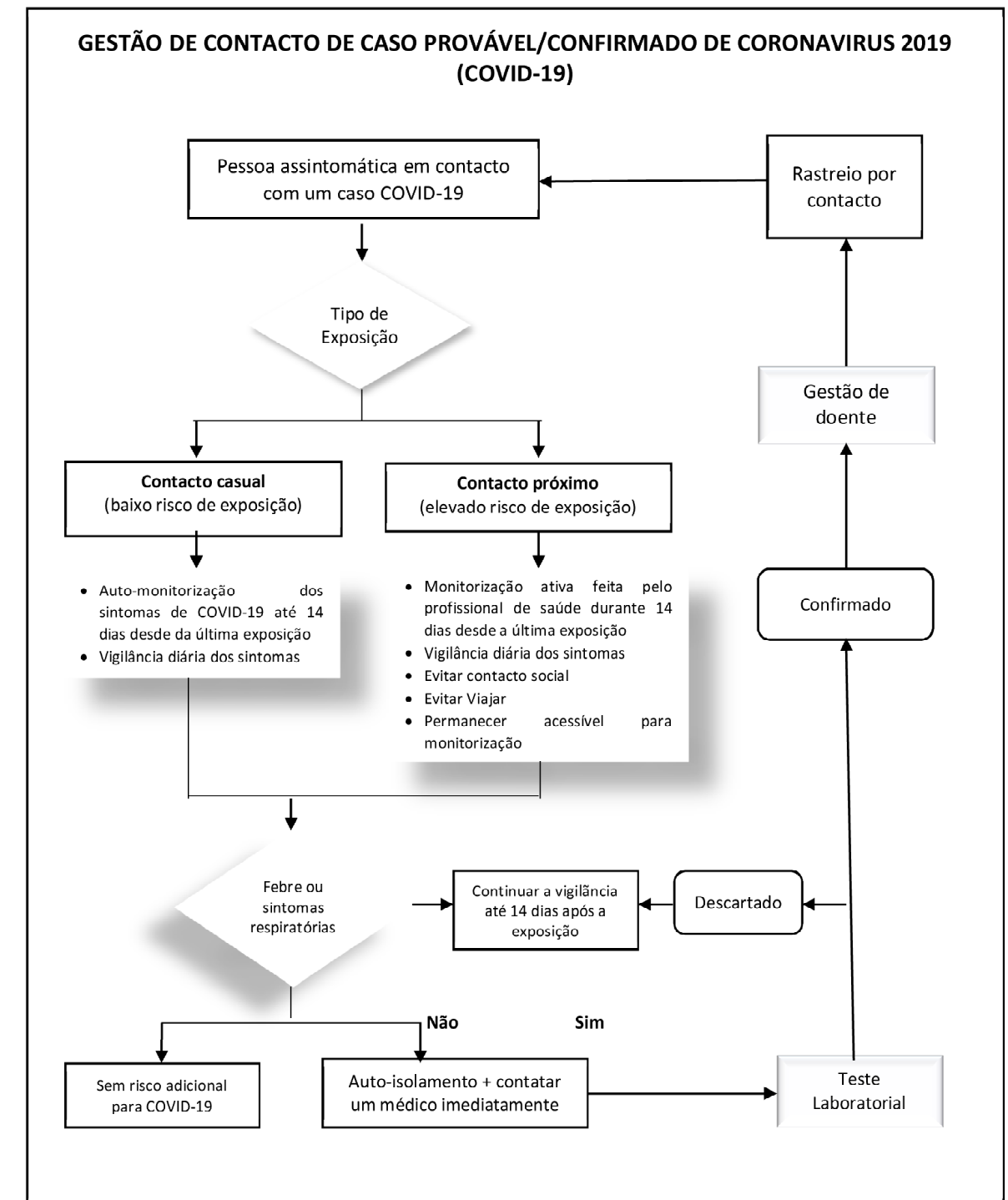
4.6.5 Limpeza ambiental e desinfecção após suspeita/confirmada de doentes COVID-19 na instalação

- Os quartos de doentes que alojam doentes COVID-19 devem ser limpos e desinfetados pelo menos diariamente e no momento da transferência ou descarga do paciente.
- Podem ser indicadas limpezas e desinfecções mais frequentes para superfícies de alto toque e procedimentos de produção de aerossóis (por exemplo, mesas, cadeiras encostadas, maçanetas, interruptores de luz, telecomandos, pegas, secretárias, sanitários, pias).
- O pessoal da limpeza deve usar luvas descartáveis, máscara cirúrgica e vestidos de isolamento para todas as tarefas no processo de limpeza, incluindo o manuseamento de resíduos.
- A limpeza e a desinfecção das superfícies ambientais devem estar com desinfetante aprovado pelo MS.
- Após a transferência do paciente, a limpeza do terminal deve ser feita utilizando método manual e/ou irradiação germicida ultravioleta ou névoa seca de peróxido de hidrogénio ou vapor.

A ordem de colocação e remoção do EPI deve ser escrupulosamente cumprida, respeitando a ordem e técnica descrita. A remoção do EPI nos quartos de isolamento deve ser efetuada na antecâmara, se existente. Nos quartos sem antecâmara, a remoção do EPI deve ser efetuada antes de sair do quarto, junto à porta. As Normas de EPI deverão ser afixadas em locais estratégicos, como à entrada e à saída do local de isolamento.

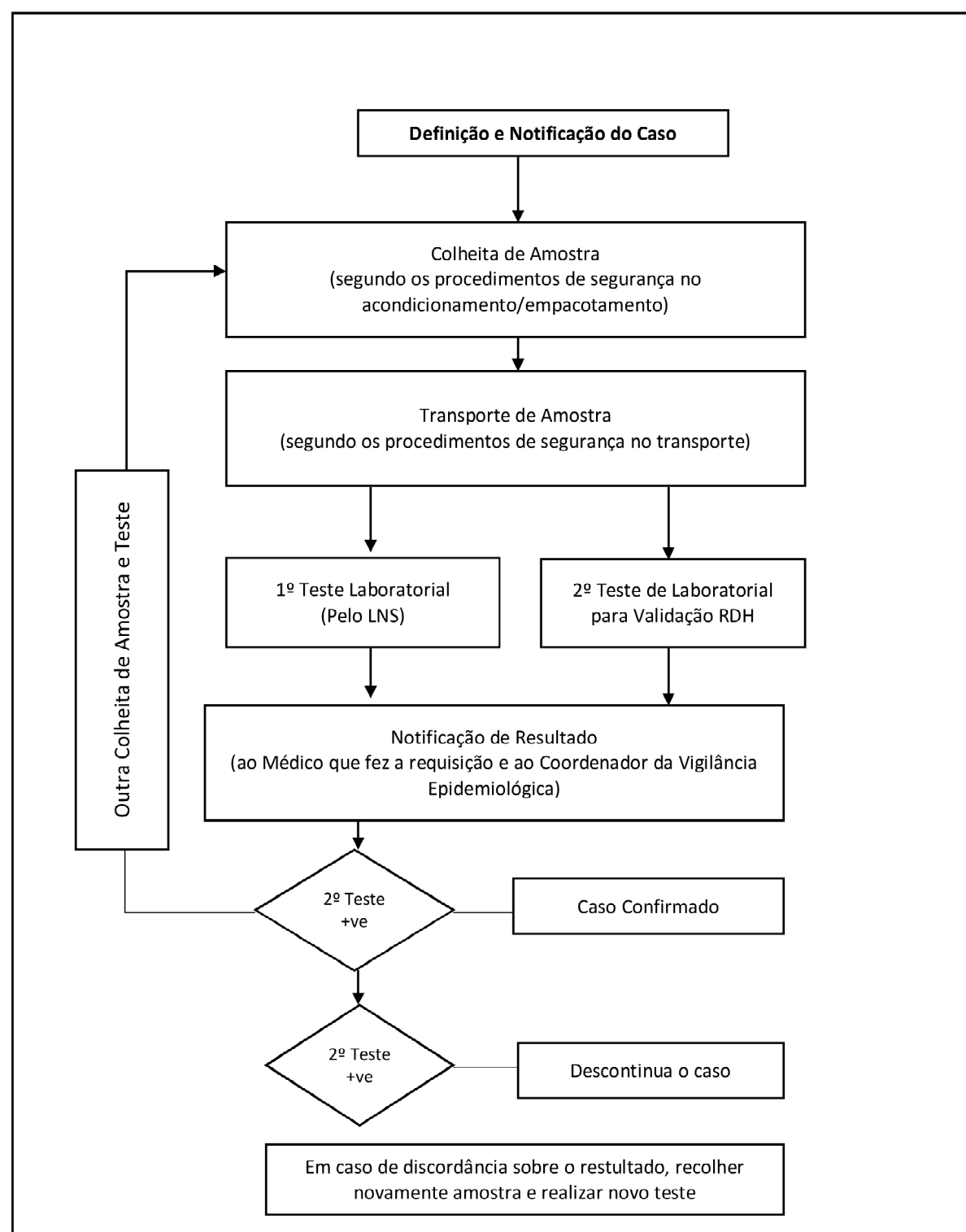
4.7 Gestão de Casos

ANEXO 9: Diagrama de Gestão de Casos de Contatos Prováveis e/ou Confirmados



ANEXO 10: Matriz de Planeamento Integrado e Monitorização das Atividades de Prevenção e Controlo do Surto COVID-19

ANEXO 8: Diagrama de Diagnóstico Laboratorial



A gestão de casos de COVID-19 enquadra-se na abordagem do manuseamento das infeções respiratórias, incluindo o tratamento de sintomas ligeiros e moderados, bem como tratamento específico das complicações que conduzam geralmente o paciente a uma insuficiência respiratória grave e falha sistémica.



Para um correto nível de cuidados de saúde, a identificação dos circuitos do caso e dos principais serviços de resposta, a gestão de casos (ligeiros, moderados e graves) e a manutenção dos cuidados a doentes não- COVID-19 , deverá ser devidamente organizada.

4.7.1 Procedimentos para a gestão de casos⁸

A Gestão de casos confirmados de COVID-19 seguem os protocolos de tratamento específicos de acordo com cada situação ou características de sintomas.

Ações Gerais a tomar durante a quarentena:

- Monitorize o estado de saúde dos indivíduos em quarentena duas vezes por dia utilizando o formulário definido para o efeito.
- Certifique-se de que ambos os trabalhadores seguem as medidas de precaução, tais como lavar as mãos e usar uma máscara médica.

⁸ WHO (2020): Technical interim guidance for novel coronavirus <https://www.who.int/health-topics/coronavirus>. WHO (2020). <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/clinical-management-of-novel-covd.pdf?sfvrsn=bc7da517?2^download=true>

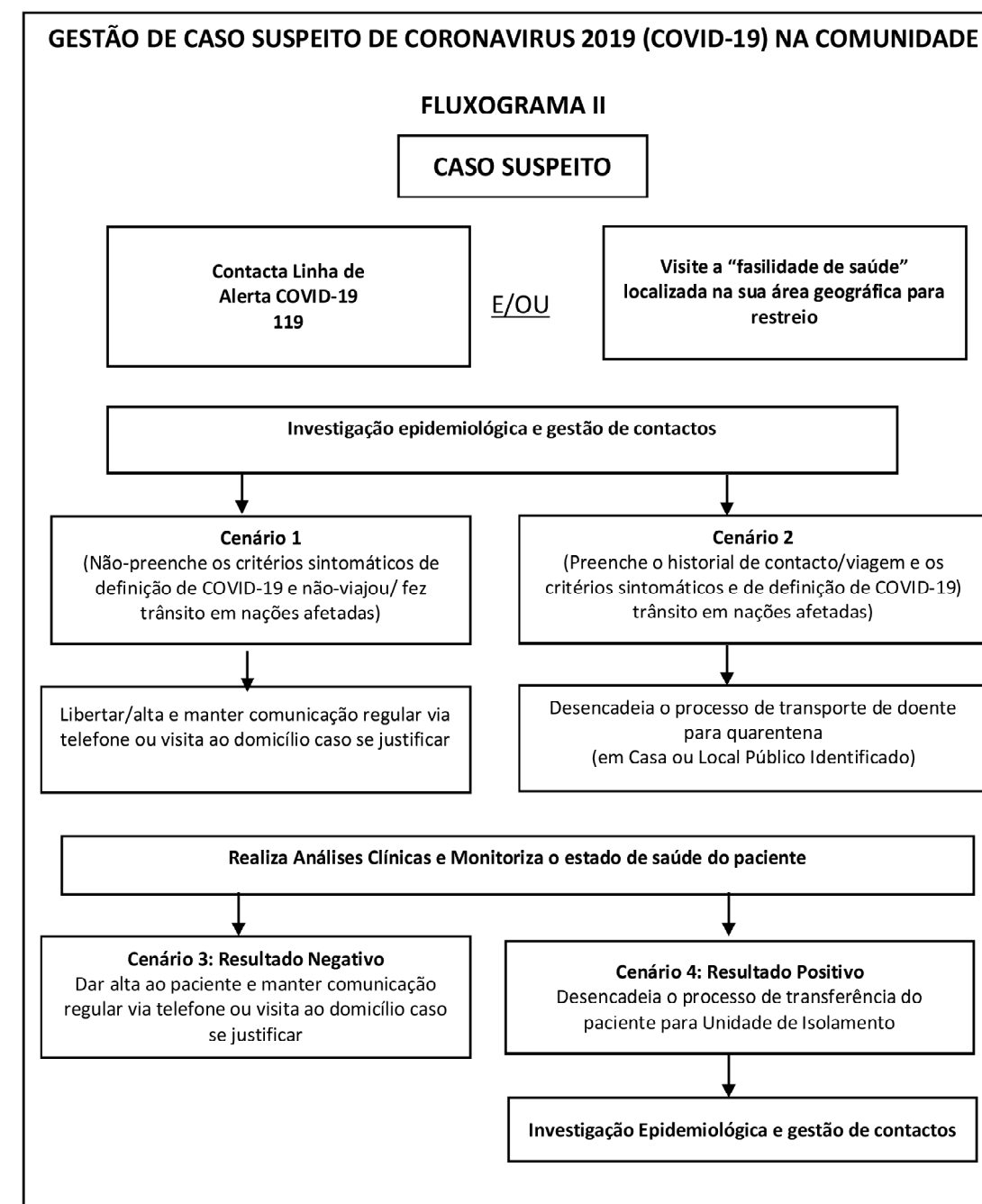
- c) Desinfete todas as superfícies e ferramentas expostas que são tocadas diariamente com desinfetantes aprovados pelo Ministério da Saúde, por pessoas treinadas que usam luvas, máscaras médicas e vestidos médicos durante a limpeza.
- d) Ao lavar roupa de indivíduos em quarentena, é utilizado equipamento de proteção individual (luvas, máscaras médicas e vestidos médicos), utilizando água morna e detergente durante o máximo de tempo possível e secando-os depois com o secador de roupa.
- e) Certifique-se de que a sala de quarentena está bem ventilada com bom fluxo de ar.
- f) Eliminação segura de resíduos médicos.
- g) O supervisor da quarentena deve ser informado em caso de febre ou aparecimento de sintomas respiratórios em indivíduos sob quarentena ou funcionários, a fim de garantir o desempenho de uma avaliação médica adequada e de completar os procedimentos necessários.

Aconselhamento Médico / Orientação para indivíduos em quarentena:

- a) O profissional de saúde deve aconselhar os indivíduos em quarentena a aderir em cuidados de quarentena:
- b) Mantenha a limpeza das mãos, certificando-se de lavá-las regularmente com sabão e água, ou utilizando um gel à base de álcool por um período não inferior a 20 segundos.
- c) Cubra a boca e o nariz quando tossir ou espirrar, utilizando um tecido ou mangas superiores, certificando-se de que atira o tecido usado para o lixo e lave as mãos imediatamente depois.
- d) Use uma máscara médica se outras pessoas estiverem na sala, como o pessoal de saúde e/ou os visitantes.
- e) Evite partilhar utensílios pessoais para comer e beber ou outros itens pessoais.

Precauções de isolamento para a infeção covid-19

ANEXO 7: Fluxograma de Gestão de Casos Suspeitos na Comunidade



ANEXO 6: Fluxograma de Gestão de Casos Suspeitos nos Pontos-de Entrada

GESTÃO DE CASO SUSPEITO DE CORONAVIRUS 2019 (COVID-19) NO PONTO DE ENTRADA
(Aeroporto, Ponte Cais-Porto, Fronteira Terrestre)

FLUXOGRAMA I

CASO SUSPEITO

Contactar: Supervisor/Administrador do Porto de Entrada
&
Oficial de Vigilância Epidemiológica (MS)

Investigação epidemiológica e gestão de contactos

Cenário 1

(Não-preenche os critérios sintomáticos de definição de COVID-19 e não-viajou/ fez trânsito em nações afetadas)

Libertar/alta e manter comunicação regular via telefone ou visita ao domicílio caso se justificar

Cenário 2

(Preenche o historial de contacto/viagem e os critérios sintomáticos e de definição de COVID-19)

Desencadeia o processo de transporte de doente para quarentena (em Casa ou Local Apropriado)

Realiza Análises Clínicas e monitoriza o estado de saúde do paciente

Cenário 3: Resultado Negativo

Dar alta ao paciente e manter comunicação regular via telefone ou visita ao domicílio caso se justificar do paciente

Cenário 4: Resultado Positivo

Desencadeia o processo de transferência do paciente para Unidade de Isolamento

Investigação Epidemiológica e gestão de contactos

a) Para casos suspeitos

- Todos os casos suspeitos devem ser testados inicialmente com PCR Covid-19.
- Se o caso suspeito for clinicamente estável, o isolamento domiciliário ou o isolamento em instalações designadas podem ser considerados com base na avaliação pela equipa de saúde pública e ccc até que o resultado esteja disponível.
- Se o paciente estiver clinicamente instável, deve ser internado durante 14 dias.
- Se o resultado do teste inicial for positivo, o paciente é considerado como caso confirmado.

b) Para doentes confirmados sintomáticos:

- O reexame deve ser feito pelo paciente.
- Se o resultado for positivo, repita o teste a cada 72 horas.
- Para descontinuar as precauções de isolamento hospitalar, são necessárias duas amostras negativas com 24 horas de intervalo para todos os doentes.
- Após a alta, recomenda-se aos pacientes que continuem 14 dias de isolamento domiciliário.

c) Para doentes confirmados assintomáticos:

- Os testes de retenção devem ser efetuados a cada 72 horas após a confirmação
- Para interromper as precauções de isolamento das instalações designadas, são necessárias duas amostras respiratórias negativas com 24 horas de intervalo para todos os pacientes.
- Após a alta, recomenda-se aos pacientes que continuem 14 dias de isolamento domiciliário.

Assinala-se a inespecificidade da sintomatologia, pelo que todos os doentes que receberam alta para casa devem ser instruídos a retornar ao hospital se desenvolverem algum agravamento da doença.

4.7.2 Procedimentos perante um Óbito

As precauções básicas e as precauções baseadas nas vias de transmissão devem ser mantidas durante a preparação do corpo e transporte até à morgue, utilizando o EPI preconizado para contacto < 1 metro do corpo.

Os profissionais de saúde que efetuam a preparação do cadáver devem estar bem informados dos riscos infecciosos e das seguintes precauções a implementar:

- Após a preparação do corpo, este deve ser colocado em saco de transporte de cadáver impermeável, com informação relativa a risco biológico e transportado em maca própria para a morgue.
- Os profissionais da morgue devem ser informados do risco infeccioso e das precauções a implementar.
- Os familiares também devem ser informados do risco acrescido de infeção e da necessidade de não tocar no corpo.
- Caso seja possível o contacto com o corpo, deve ser fornecido o EPI, o qual inclui a bata, máscara cirúrgica ou preferencialmente FFP2/N95, proteção ocular e luvas. Após a remoção e o descarte do EPI, deve ser efetuada a higiene das mãos.
- Todos os resíduos produzidos com a manipulação do cadáver, deverão ser descartados no contentor de resíduos previamente identificados para o efeito.
- Encaminhar, de preferência, para o Crematório.

Todos os serviços de saúde devem adaptar os respetivos Planos de Contingência para infeções emergentes, identificando inequivocamente, as áreas de isolamento disponíveis em cada estabelecimento (centros de saúde, clínicas privadas, hospitais de referência e hospital nacional).

4.8 Apoio Operacional e Logístico

ANEXO 5: Questionário de Avaliação do Risco e Detecção Precoce da COVID-19

Nome: _____

Gênero: ☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Outro

Data de Nascimento: ____/____/____

Morada em Timor-Leste: _____

Contacto Telefónico: _____

CRITÉRIOS	RESPOSTA	
Critérios Epidemiológicos		
História de viagem e/ou residência em nações afetadas pelo COVID-19, nos últimos 30 dias	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Profissional de Saúde que tenha trabalho em ambiente onde se prestam cuidados a utentes com infeções respiratórias agudas ou graves de origem desconhecida, onde foram reportados casos de COVID-19	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Possível contacto com caso confirmado ou provável de infeção por COVID-19, nos últimos 14 dias antes do início dos sintomas	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Frequentou uma 'fasilidade' de Saúde nos últimos 14 dias antes do início dos sintomas, onde foram registados casos de utentes com infeção por COVID-19 associados a cuidados de saúde	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Critérios Clínicos		
<input type="checkbox"/> Febre <input type="checkbox"/> Tosse <input type="checkbox"/> Dor de Garganta <input type="checkbox"/> Falta de Ar Data de Início dos Sintomas ____/____/____	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Caso Suspeito – Critério clínico E critério epidemiológico Contato Próximo - Critério Epidemiológico E ausência de critério clínico		INQUÉRITO POSITIVO

Unidade de Saúde: _____

Departamento/Unidade Responsável pela Avaliação: _____

Data de Preenchimento do Questionário: ____/____/____

ANEXO 4: Orientações Técnicas para os Estabelecimentos Públicos

Para efeitos do presente Plano de Contingência, são **estabelecimentos públicos** os de aglomeração de pessoas para efeitos de:

- Manifestação Religiosa (Igrejas)
- Restauração (hotéis, cafés/bares e restaurantes)
- Comércio (lojas, mercados/feiras, cabelereiros, spa)
- Ensino (escolas e pólos universitários)
- Prestação de serviços de saúde (clínicas, farmácias, laboratórios, etc.)
- Prestação de serviços da administração pública (Ministérios, Secretarias de Estado, Institutos e/ou Centros, etc.)
- Parques e Jardins (desportivos, culturais e tradicionais)



Os Estabelecimentos Públicos devem assegurar a disponibilidade de:

- Na medida do possível, estruturas que assegurem uma **boa ventilação e renovação frequente de ar**;
- Espaços físicos que permitam o cumprimento das **regras de distanciamento** mínimo de 1,5 a 2 metros entre os utentes.
- Estruturas para a lavagem das mãos com **água e sabão líquido**;
- **Toalhetes de papel** (deve ser evitado o uso de toalhas de tecido);
- **Dispensadores de solução à base de álcool com concentração de 70%** (um por sala e em locais estratégicos como por exemplo no início da fila de entrada);
- **Máscaras** para disponibilizar aos funcionários e ao utente (caso necessário);
- **Cartazes informativos** com as medidas preventivas e de comunicação de risco;
- **Horários desfasados**, sempre que possível, para marcação e/ou receção de utentes, de forma a evitar aglomerados de pessoas no mesmo recinto;
- **Contentores próprios** para a colocação de lixo e restantes resíduos;
- As casas de banho devem ser mantidas **limpas e arejadas**, e organizados os **horários de limpeza e descontaminação**, de acordo com a utilização e condições de higiene.

Na sequência da declaração de emergência de saúde pública de âmbito internacional, torna-se imperativo iniciar os procedimentos de aprovisionamento necessários à constituição de uma reserva nacional de stock de medicamentos e dispositivos médicos, de bens e serviços essenciais, através do mapeamento de recursos e sistemas de fornecimento baseado nos cenários epidemiológicos traçados.

Assim, tal desiderato requer uma participação de todos os atores envolvidos, implementando as seguintes estratégias chaves:

Apoi Logístico

- Monitorizar as necessidades e coordenar a distribuição dos seguintes bens e serviços:
 - Distribuição de Alimentos (catering) para as Unidades de Confinamento e para os profissionais de Linha da Frente (front line workers);
 - Distribuição de Medicamentos e Consumíveis Médicos, bem como Equipamentos Médicos e EPIs;
 - Atribuição de Veículos operacionais e distribuição de tokens de combustíveis
 - Distribuição de materiais de escritório, mobiliário e equipamentos informáticos necessários ao desempenho dos diferentes pilares de intervenção.
- Mapeamento e/ou levantamento técnico sobre as condições físicas e materiais necessárias para as Unidades de Confinamento (quarentena e Isolamento);
- Apetrechamento das Unidades de Isolamento de Casos;

- d) Coordenar a definição das especificações técnicas para o desenho e engenharia das infraestruturas de isolamento de pacientes nos Hospitais, Centros de Saúde ou Unidades de Saúde identificadas para o efeito.

Apoio Operacional



- a) Planear as necessidades e respetivo destacamento ou recrutamento de Recursos Humanos para a preparação e resposta à emergencia de saúde pública, nomeadamente a COVID-19;
- b) Promover o envolvimento dos profissionais na correta atuação, segundo os procedimentos definidos e de acordo com a sua função e área de intervenção.
- c) Preparar os planos de despesa com base em atividades programadas para cada pilar de prevenção e controlo do surto COVID-19;
- d) Avaliar a capacidade de mercado nacional e internacional para o fornecimento de bens e serviços necessários ao aprovisionamento dos mesmos;
- e) Preparar os planos de aprovisionamento e os documentos administrativos inerentes às contratações públicas, no âmbito do Fundo COVID-19;
- f) Definir os procedimentos operacionais de para a gestão do Fundo COVID-19 atribuído ao MS;
- g) Processar os compromissos de pagamento, pedidos de adiantamento e ordens de pagamento de despesas incorridas;
- h) Monitorizar, relatar e avaliar o desempenho do Fundo COVID-19 atribuído ao MS.

- d) Promover a abertura de uma rubrica especial dedicada a surtos, com vista a desenvolver um mecanismo integrado de contribuição financeira (OGE e fundos externos) para a prevenção e controlo do COVID-19;
- e) Instruir a Direção Nacional de Gestão do Património do Estado para requisitar os transportes coletivos do Estado para transporte de casos sujeitos a quarentena e, em situações especiais, com a devida atenção à proteção pessoal, transporte de casos suspeitos e confirmados para os locais de isolamento;
- f) Monitorizar a execução de despesas e emitir relatórios regulares;
- g) Emitir orientação por forma a prorrogar o prazo de cumprimento de obrigações fiscais (declarativas e de pagamento).

- d) Mobilizar recursos necessários à canalização de água e saneamento básico nos recintos públicos tais como Ministérios, Escolas e Universidades, Hospitais, Centros de Saúde e Postos de Saúde, Mercados, Parques e Jardins, entre outros.

Agricultura e Pescas

- f) Realizar sessões de informação e de esclarecimentos junto dos serviços de veterinária sobre as medidas de prevenção e controlo do COVID-19, em coordenação com o MS;
- g) Reforçar a vigilância de circulação de animais importados no país;
- h) Aplicar na íntegra a legislação em vigor no país sobre a quarentena obrigatória de animais vivos que entram a fronteira terrestre, marítima e aérea;
- i) Investir na melhoria das condições de higiene e controlo de infeções nos estabelecimentos de criação animal e vegetal para efeitos comerciais;
- j) Coordenar com as instituições relevantes para assegurar a inspeção necessária ao controlo da qualidade de alimentos e venda de produtos nas ruas e recintos não previstos na lei, nomeadamente a venda de carne animal e de peixe nas ruas.

Economia e Finanças

- a) Coordenar com o Ministério da Saúde e Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, a expedição dos serviços alfandegários inerentes aos bens e equipamentos adquiridos para afeitos de prevenção e controlo do COVID-19;
- b) Facilitar a transferência para o Ministério da Saúde do Fundo de Contingência aprovado pelo Governo para a implementação das medidas de prevenção e controlo do COVID-19, mediante a submissão oficial do plano de despesas;
- c) Apoio à criação de um regime excecional para aquisição, por parte do Ministério da Saúde e com a máxima celeridade, dos equipamentos, bens e serviços necessários à avaliação de casos suspeitos e ao tratamento de sintomas e complicações associadas ao COVID-19;

V. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do plano é efetuado regularmente pela Comissão Executiva da Saúde para o Surto do Coronavírus 2019, com vista a verificar se as estratégias implementadas ocorreram conforme o planeado e se determinaram os resultados desejados. Esta avaliação interna permite incorporar lições aprendidas num modelo de informar futuras revisões estratégicas e de intervenção.

A experiência vivenciada durante a primeira fase de contenção alargada revelam uma nova realidade que coloca novos desafios, para os quais todos os cidadãos e setores de desenvolvimento estão convocados a ser “Agentes de Saúde Pública”. Neste sentido, as estratégias a implementar ao longo da vigência do Plano de Contingência devem concentrar-se nos seguintes:

- Reforçar a preparação das medidas de prevenção e de controlo de surto COVID-19 imprescindíveis ao Nível de Alerta 1;
- Reforçar a Coordenação Multisetorial, o Planeamento e Monitorização Integrada das Intervenções;
- Expandir a Comunicação de Risco e Envolvimento da Comunidade nos Municípios;
- Reforçar a Vigilância Epidemiológica nos Municípios e nos Pontos-de-Entrada;
- Aumentar a capacidade de Testes no Laboratório Nacional da Saúde, Laboratórios dos Hospitais de Referências e Testes Rápidos nos Centros de Saúde Comunitários;
- Harmonizar as intervenções no âmbito de “One Health” e “One plan one budget” (incluindo os parceiros)
- Proceder à regulamentação dos sistemas de controlo e de prevenção de epidemias.

A avaliação externa será efetuada em colaboração com entidades externas ao MS, preferencialmente instituições académicas, organismos internacionais e nacionais, com a elaboração de um relatório próprio.

No que se refere à relação temporal, a avaliação interna do plano é contínua e é finalizada após a desativação do mesmo, ou seja, no fim da epidemia. A avaliação externa deverá igualmente acontecer nesta fase final.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

World Health Organization WHO (2000): [https://www.who.int/publications-detail/surveillance-case-definitions-for-human-infection-with-novel-coronavirus-\(ncov\)](https://www.who.int/publications-detail/surveillance-case-definitions-for-human-infection-with-novel-coronavirus-(ncov))

World Health Organization [WHO]. Global Surveillance for human infection with novel coronavirus (2019-nCoV). Interim guidance v3, WHO/2019-nCoV/SurveillanceGuidance/2020.3., 31 Jan 2020. Geneva: WHO. On line available: [https://www.who.int/publications-detail/global-surveillance-for-human-infection-with-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/publications-detail/global-surveillance-for-human-infection-with-novel-coronavirus-(2019-ncov))

World Health Organization [WHO]. Surveillance case definitions for human infection with novel coronavirus (nCoV). Interim guidance v2, WHO/2019-nCoV/Surveillance/v2020.2. 15 Jan 2020. Geneva: WHO. On line available: [https://www.who.int/internal-publications-detail/surveillance-case-definitions-for-human-infection-with-novel-coronavirus-\(ncov\)](https://www.who.int/internal-publications-detail/surveillance-case-definitions-for-human-infection-with-novel-coronavirus-(ncov))

World Health Organization [WHO]. Risk communication and community engagement (RCCE) readiness and response to the 2019 novel coronavirus (2019-nCoV). Interim guidance v2, 26 Jan 2020. Geneva: WHO. On line available: [https://www.who.int/publications-detail/risk-communication-and-community-engagement-readiness-and-initial-response-for-novel-coronavirus-\(ncov\)](https://www.who.int/publications-detail/risk-communication-and-community-engagement-readiness-and-initial-response-for-novel-coronavirus-(ncov))

World Health Organization [WHO]. Infection prevention and control during health care when novel coronavirus (nCoV) infection is suspected. Interim guidance, WHO/2019-nCoV/IPC/n2020.1, 25 Jan 2020. Geneva: WHO. On line available: [https://www.who.int/publications-detail/infection-prevention-and-control-during-health-care-when-novel-coronavirus-\(ncov\)-infection-is-suspected-20200125](https://www.who.int/publications-detail/infection-prevention-and-control-during-health-care-when-novel-coronavirus-(ncov)-infection-is-suspected-20200125)

WHO (2015). Infection prevention and control during health care for probable or confirmed cases of Middle East respiratory syndrome coronavirus (MERS-CoV) infection. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/106652/1/WHO_MERS_IPC_15.1_eng.pdf?ua=1

World Health Organization [WHO]. Clinical management of severe acute respiratory infection when Novel coronavirus (2019-nCoV) infection is suspected: Interim guidance. WHO/nCoV/Clinical/2020.2., 28 Jan 2020. Geneva: WHO. On line available: [https://www.who.int/publications-detail/clinical-management-of-severe-acute-respiratory-infection-when-novel-coronavirus-\(ncov\)-infection-is-suspected](https://www.who.int/publications-detail/clinical-management-of-severe-acute-respiratory-infection-when-novel-coronavirus-(ncov)-infection-is-suspected)

World Health Organization [WHO]. Advice on the use of masks the community, during home care and in health care settings in the context of novel coronavirus (2019-nCoV) outbreak. Interim guidance, WHO/nCoV/IPC_Masks/2020.1, 29 Jan 2020. Geneva: WHO. On line available: [https://www.who.int/publications-detail/advice-on-the-use-of-masks-the-community-during-home-care-and-in-the-health-care-settings-in-the-context-of-the-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)-outbreak](https://www.who.int/publications-detail/advice-on-the-use-of-masks-the-community-during-home-care-and-in-the-health-care-settings-in-the-context-of-the-novel-coronavirus-(2019-ncov)-outbreak)

World Health Organization [WHO]. Update WHO advice for international traffic in relation to the outbreak of the novel coronavirus 2019-nCoV., 2020. On line available: https://www.who.int/ith/2019-nCoV_advice_for_international_traffic/en/

- e) Definir orientações quanto aos procedimentos contraordenacionais, sancionatórios e disciplinares que corram termos em serviços da administração direta, indireta, e demais entidades administrativas; a prazos administrativos e tributários que corram a favor de particulares; os prazos tributários dizem respeito, somente, à apresentação de impugnação judicial, reclamação graciosa, recurso hierárquico ou outros procedimentos de idêntica natureza, bem como à prática de atos no âmbito dos mesmos procedimentos tributários.
- f) Definir orientações quanto a ações de despejo, os procedimentos especiais de despejo e os processos para entrega de coisa imóvel arrendada, quando o arrendatário possa ser colocado em situação de fragilidade por falta de habitação própria;
- g) Considerar que nas situações de restrições dos serviços de atendimento ao público, deverá ser assegurado o levantamento de documentos de identificação civil e documentos de viagem de caráter urgente, mediante agendamento;
- h) Emitir decisão de suspensão temporária de visitas a prisioneiros ao fim de semana, prevalecendo as visitas nos dias úteis;
- i) Emitir decisão de suspensão temporária de reclusos entre estabelecimentos prisionais.

Obras Públicas

- a) Definir orientações claras para mobilizar meios humanos e técnicos para reconstrução dos espaços de quarentena e de isolamento definidos pelo Ministério da Saúde e Ministério da Administração Estatal;
- b) Ativas os meios necessários para apoiar nas campanhas de higiene e saneamento, bem como de desinfecção nos espaços públicos e privados (exteriores e interiores);
- c) Apelar junto das empresas com projetos de execução de obras públicas em Timor-Leste que atentem às condições de saúde e promovam medidas de prevenção quanto à transmissão COVID-19;

- b) Definir medidas orientadoras para continuidade do apoio a pessoas com deficiência, suas Famílias e Entidades que lhes prestam apoio, no quadro das medidas preventivas necessárias;
- c) Considerar a prorrogação extraordinária de prestações do sistema de segurança social que garantam mínimos de subsistência cujo período de concessão ou prazo de renovação termine antes da cessação das medidas de prevenção;
- d) Assegurar que a realização de funerais fique condicionada à adoção de medidas de segurança para utilização do transporte funerário e de medidas organizacionais que garantam a inexistência de aglomerados de pessoas e o controlo das distâncias de segurança, designadamente a fixação de um limite máximo de presenças;
- e) Coordenar com o Ministério da Saúde a gestão do óbito por COVID-19 e a utilização do crematório para os efeitos apropriados.

Justiça

- a) Considerar a aplicação do regime de férias judiciais durante a situação excecional de prevenção, contenção, mitigação e tratamento, no contexto da pandemia COVID-19;
- b) A situação excecional constitui igualmente causa de suspensão dos prazos de prescrição e de caducidade relativos a todos os tipos de processos e procedimentos. Este regime de suspensão prevalece sobre quaisquer regimes jurídicos prevendo prazos máximos imperativos de prescrição ou caducidade, sendo estes prazos alargados pelo período em que vigorar a situação excecional;
- c) Quando seja tecnicamente viável a prática de quaisquer atos processuais e procedimentais através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente por teleconferência ou videochamada;
- d) Quando estão em causa direitos fundamentais (nomeadamente atos e diligências processuais relativos a menores em risco ou a processos tutelares educativos de natureza urgente ou atos, diligências e julgamentos de arguidos presos), desde que a sua realização não implique a presença de um número de pessoas superior ao previsto pelas recomendações das autoridades de saúde, os atos realizam-se presencialmente, se não for possível realizá-los por meios de comunicação à distância adequados;

VII. ANEXOS

- ANEXO 1: Glossário
- ANEXO 2: Despacho N.º 01/V/MS/2020 sobre a 1ª Alteração ao Despacho que cria a Comissão Executiva da Saúde para o Surto COVID-19
- ANEXO 3: Papel dos Setores Sociais e Económicos Determinantes da Saúde
- ANEXO 4: Orientações Técnicas para os Estabelecimentos Públicos
- ANEXO 5: Questionário de Avaliação do Risco e Deteção Precoce da COVID-19
- ANEXO 6: Fluxograma de Gestão de Casos Supeitos no Pontos-de-Entrada
- ANEXO 7: Fluxograma de Gestão de Casos Suspeitos na Comunidade
- ANEXO 8: Diagrama de Diagnóstico Laboratorial
- ANEXO 9: Diagrama de Gestão de Casos Contatos Prováveis e/ou Confirmados
- ANEXO 10: Matriz de Planeamento Integrado e Monitorização de Atividades de Prevenção e Controlo do Surto COVID-19

ANEXO 1

GLOSSÁRIO

Ameaça de saúde pública – Evento, incidente, condição ou agente, cuja presença poderá provocar danos (diretos ou indiretos) a uma população exposta, de tal forma que possa levar a uma crise.

Avaliação de risco - Estimativa qualitativa ou quantitativa da probabilidade de efeitos adversos que podem resultar da exposição a riscos específicos para a saúde ou da ausência de fatores protetores. A avaliação de risco usa dados clínicos, epidemiológicos, toxicológicos, ambientais e outros dados pertinentes. O processo consiste em quatro etapas: identificação do risco/ameaça; caracterização do risco; avaliação da exposição; estimativa de risco.

Caso - Situação definida pelo conjunto de critérios clínicos, laboratoriais ou epidemiológicos que caracterizam uma determinada infecção ou doença. Em epidemiologia, um indivíduo da população ou do grupo em estudo identificado como sofrendo de uma dada infecção, doença, perturbação de saúde ou de outra condição em estudo.

Caso Confirmado - Pessoa que preenche os critérios de definição de caso confirmado (clínicos, laboratoriais e/ou epidemiológicos) para uma determinada infecção ou doença.

Caso importado - Caso que foi exposto a um determinado agente etiológico da infecção ou doença em causa, fora do país onde se encontra.

Caso provável - Pessoa que preenche os critérios de definição de caso provável (clínicos, laboratoriais e/ou epidemiológicos) de uma determinada infecção ou doença.

Caso sob investigação - Pessoa que apresenta critérios clínicos e epidemiológicos OU história de exposição de elevado risco e qualquer um dos sintomas listados para a doença em questão.

Caso suspeito - Pessoa que preenche os critérios de definição de caso suspeito (clínicos, laboratoriais e/ou epidemiológicos), de uma determinada infecção ou doença.

Caso validado - Caso que preenche os critérios de validação de uma determinada infecção ou doença.

- b) Disseminar informação e/ou comunicados oficiais sobre a situação internacional e as medidas de prevenção do COVID-19 entre os agentes da PNTL;
- c) Promover ações de sensibilização sobre a higiene pessoal e das mãos, bem como de comunicação sobre a linha Alerta COVID-19 em situações de casos suspeitos nas instalações da PNTL;
- d) Reforçar a vigilância marítima, nomeadamente em relação a entrada de navios ou barcos nas Ponte Cais, Portos e zonas costeiras do território nacional;
- e) Identificar agentes da PNTL para prestar a segurança necessária nas instalações de quarentena e de isolamento de casos suspeitos de COVID-19, em coordenação com o Ministério da Saúde;
- f) No cenário de vigência do estado de emergência, impõe-se um conjunto de medidas de restrições de deslocação de cidadãos, que podem ser consideradas a três tipos de situações:
 - Cidadãos que estão doentes ou em situação de vigilância ativa
 - Cidadãos abrangidos pelo dever especial de proteção
 - Dever geral de recolhimento domiciliário a todos os cidadãos não abrangidos nos pontos anteriores.

Proteção Civil

- a) Estabelecer medidas para o estabelecimento de um dispositivo especial de reforço à habitual capacidade de resposta operacional dos corpos de bombeiros a situações de socorro e transporte de doentes e de uma reserva nacional de equipamentos de proteção individual para a emergência médica, destinados ao corpo de bombeiros;
- b) Considerar o estabelecimento de um regime excecional, de cariz temporário, de complementos remuneratórios aos bombeiros que sejam comprovadamente chamados para socorro ou transporte no âmbito da situação epidémica de COVID-19.

Solidariedade Social e Inclusão

- a) Considerar a suspensão temporária da contribuição social, reiniciando-se as contribuições a partir do segundo semestre do ano;

- b) Coordenar com as equipas técnicas do Ministério da Saúde responsáveis pela vigilância epidemiológica e gestão de casos suspeitos nos municípios;
- c) Apoiar na identificação de locais apropriados para quarentena ou isolamento de casos suspeitos enquanto se aguarda o transporte do paciente para a instituição de saúde indicada para o tratamento de COVID-19;
- d) Promover campanhas de sensibilização sobre distanciamento social, uso de EPIs, higiene pessoal e ambiental em locais públicos tais como mercados, escolas, lojas, jardins, etc., em coordenação com o Ministério da Saúde.
- e) Reforçar as atividades de colheita e de gestão de lixo urbano ou comunitário nos diferentes Municípios;
- f) Emitir orientações relativas à gestão de resíduos por forma a prevenir a disseminação da doença, garantindo a proteção da saúde pública, incluindo dos trabalhadores, assegurando a necessidade de uma gestão eficaz e eficiente dos resíduos, nomeadamente:
 - Gestão de resíduos produzidos nos domicílios e outros alojamentos (locais de quarentena e de isolamentos) onde haja casos suspeito(s) ou confirmado(s) de infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19);
 - Gestão de resíduos produzidos em empresas, hotéis e outros alojamentos com elevada concentração de pessoas, portos e aeroportos, na situação de se estar perante caso(s) suspeito(s) ou confirmado(s) de infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19).

Serviços de Migração e PNTL

- a) Providenciar a vigilância necessária dos passageiros que entram no país por via terrestre, marítima e aérea, em coordenação com os serviços de imigração, com vista a assegurar o preenchimento devido dos Formulários de Declaração Médica gerida pela equipa de Ponto-de-Entrada do MS;

Cluster (ou conglomerados, agregados, agrupamentos) - Termo que designa um conjunto de casos, grupos ou eventos que parecem relacionar-se pela sua forma de distribuição no espaço e/ou no tempo.

Comunicação de risco - Partilha e disseminação de informações adequadas e fundamentadas sobre potenciais riscos, que permitam aos decisores, partes interessadas e público tomarem decisões adequadas e informadas.

Contacto - A pessoa que, por ter estado em associação com um algo/alguém infetado, ou com um ambiente contaminado por um agente infeccioso, tem a oportunidade de adquirir esta infeção.

Contacto direto - Modo de transmissão da infeção entre um hospedeiro infetado e outro suscetível. Ocorre quando a pele ou superfícies mucosas desses hospedeiros entram em contacto, também se podendo considerar direta a transmissão por meio de sangue ou tecidos de um dador infetado a um indivíduo suscetível.

Contacto próximo - Pessoa que possa ter sido exposta a secreções oro-nasofaríngeas ou fezes do doente (coabitantes, amigos íntimos, pessoal discente, docente e não docente em estabelecimentos de educação e ensino, cuidadores, profissionais de saúde, doentes que partilharam o mesmo espaço em internamento hospitalar ou outros).

Contágio - Transmissão de infeção por contacto direto, gotículas de saliva, artigos ou outros objetos contaminados.

Contaminação - Presença de um agente infeccioso na superfície corporal, artigos pessoais, instrumentos médico-cirúrgicos-dentários ou ainda em artigos e substâncias do meio ambiente, como água ou alimentos.

Controlo - Intervenções, operações, projetos ou programas em curso, com o fim de reduzir a incidência e/ou prevalência ou mesmo de eliminar as doenças em questão.

Coronavírus - Género de vírus zoonóticos pertencentes à família Coronaviridae.

COVID-19 - Doença causada pelo novo coronavírus / SARS-CoV-2 / 2019-nCoV.

Descontaminação - Utilização de meios químicos ou físicos com vista a remover, inativar ou destruir microrganismos presentes nos materiais, equipamentos ou superfícies, de modo a que já não sejam capazes de transmitir partículas infecciosas durante o seu uso ou manipulação.

Desinfecção - Destruição térmica ou química de microrganismos. Dependendo do nível de desinfecção, destrói a maioria dos microrganismos presentes, mas não necessariamente as formas esporuladas.

Early warning response system (ou sistema de alerta rápido, sistema de alerta precoce) - Sistema de identificação de potenciais crises, maioritariamente através de boletins, alertas e previsões.

Emergência de Saúde Pública de âmbito internacional - Ocorrência extraordinária que se conclui, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional (RSI, IHR):

- i) Constituir um risco para a saúde pública noutros Estados em virtude do risco de disseminação internacional de doenças; e
- ii) Requerer uma resposta internacional atempada e coordenada.

Epidemia - Frequência superior ao expectável de casos de uma determinada infeção ou doença, numa comunidade ou região.

Equipamento de Proteção Individual (EPI) - Conjunto de barreiras protetoras, usadas com o objetivo de proteger as mucosas, pele e roupa, do contacto com agentes infecciosos, podendo incluir luvas, máscaras, respiradores, óculos, viseiras, toucas, aventais, batas, proteção de calçado ou outros que se considerem necessários.

Gestão do risco - Processo de ponderação entre políticas, avaliação de risco e outros fatores relevantes para a proteção da saúde das populações, efetuado em articulação com todos os intervenientes envolvidos. Mediante necessidade, este processo poderá resultar na seleção de opções adequadas de prevenção e controlo.

Gotículas – Partículas de grandes dimensões (> 5µ), com passagem breve pelo ar quando a fonte e o hospedeiro se encontram muito próximos, sendo produzidas durante a fala, tosse ou espirro e assentando rapidamente nas superfícies.

Impacto - Conjunto de consequências, eventos e efeitos que são posteriores, se seguem e são resultado de um determinado fenómeno bem definido e identificado.

Infeção - Transmissão de microrganismos para um hospedeiro, após invasão ou progressão além dos mecanismos de defesa, resultando na sua multiplicação. A resposta do hospedeiro à infeção pode incluir sinais ou sintomas clínicos ou estar ausente (infeções assintomáticas).

- e) Emitir um Comunicado a todas os serviços de transportes público ou privado para tomarem as devidas providências no sentido de sensibilizar os seus funcionários e clientes sobre as medidas de prevenção e controlo do COVID-19;
- f) Definir um conjunto de orientações adequadas e indispensáveis por forma a garantir os serviços de mobilidade a fim de proteger pessoas e bens, bem como a manutenção e funcionamento das infraestruturas viárias, portuárias e aeroportuárias;
- g) Dar cumprimentos às regras para o sector da aeronáutica civil, com a definição de medidas de rastreio e organização dos terminais dos aeroportos internacionais e de flexibilização na gestão dos aeroportos, bem como a definição de orientações sobre as situações que impõem a presença dos trabalhadores para salvaguarda da prestação dos serviços mínimos essenciais, adaptando, se necessário, o nível das categorias profissionais, as férias e os horários de trabalho e escalas;
- h) Estabelecer medidas orientadoras quanto aos termos e condições em que deve ocorrer o transporte de mercadorias a fim de garantir o respetivo fornecimento;
- i) Emitir a declaração da obrigatoriedade para todos os operadores de transporte de passageiros realizarem a limpeza dos veículos de acordo com as recomendações estabelecidas pelo Ministério da Saúde;
- j) Estabelecer medidas de redução do número máximo de passageiros por transporte para um terço do número máximo de lugares disponíveis;
- k) Considerar medidas adicionais, adequadas e necessárias, para limitar a circulação de meios de transporte coletivos no sentido de preservar a saúde pública.

Administração Estatal e Ambiente

- a) Mobilizar as Autoridades Municipais para apoiarem as medidas de prevenção e de controlo do COVID-19 a nível local e comunitário, nomeadamente no que concerne a atividades de educação e promoção de hábitos e comportamentos saudáveis;

- c) No caso dos serviços de apoio ao estudante e serviços académicos deve ser privilegiado o atendimento com recurso a meios digitais e telefónicos, sempre que assim seja possível;
- d) No caso das residências universitárias, deve ser garantido o respetivo funcionamento no quadro das medidas de prevenção em vigor;
- e) Considerar a mobilização de estudantes universitários dos cursos de medicina, enfermagem e farmácia, para atuarem como voluntários no apoio às equipas de profissionais de saúde definidas no plano de prevenção e controlo COVID-19.
- f) Desenvolver um Plano de Contingência para a suspensão dos cursos e apelar ao regime de ensino à distância, em caso de emergência social perante o surto da doença COVID-19, bem como para a abertura dos mesmos em caso de controlo e levantamento das restrições sociais impostas pelo Estado;
- g) Emitir orientações para encerramento e/ou abertura temporária de monumentos e museus, bem como os demais espaços de atividades culturais e artísticas (por exemplo, auditórios, cinemas, bibliotecas e sítios arqueológicos) quer sejam públicos ou privados.

Transportes e Comunicação

- a) Criar a linha Alerta COVID-19 (nº de telefone), em concertação com as companhias de telefone existentes no país;
- b) Coordenar com as autoridades portuárias e do aeroporto internacional para reforçarem as medidas de prevenção e controlo do COVID-19, incluído a distribuição de folhetos informativos sobre a epidemia aos passageiros viajantes;
- c) Partilhar com os serviços de imigração e de segurança, informação pertinente sobre os passageiros provenientes das nações afetadas pela transmissão local e importada do COVID-19;
- d) Identificar os agentes e/ou staff em exercício de funções no Aeroporto e no Porto de Dili para efeitos de formação e/ou treinamento sobre as medidas de prevenção e controlo do COVID-19 nos Portos de Entrada Terrestre, Marítima e Aérea;

Isolamento - Separação de doentes ou pessoas contaminadas ou bagagens, contentores, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetados, de forma a prevenir a disseminação da infeção ou da contaminação;

Máscara - Refere-se ao equipamento utilizado para cobrir a boca e nariz, incluindo máscaras cirúrgicas e de procedimentos.

Máscara cirúrgica - Equipamento, utilizado pelos profissionais da equipa cirúrgica do bloco operatório, que cobre a boca e nariz durante procedimentos cirúrgicos, destinando-se à proteção, tanto dos doentes, como dos profissionais de saúde, da contaminação por microrganismos ou fluidos orgânicos. As máscaras cirúrgicas também são usadas para proteção dos profissionais, do contacto com gotículas potencialmente infecciosas. As máscaras cirúrgicas não protegem da inalação de pequenas partículas e não servem o mesmo propósito que os respiradores de partículas (recomendados para situações em que o agente infeccioso se transmite por via aérea).

Pandemia - Epidemia que envolve vários países ou continentes e que afeta uma população grande.

Período de incubação - Intervalo de tempo entre a infeção e o aparecimento do primeiro sinal ou sintoma da doença em questão.

Ponto de Entrada (PoE) - Segundo o Regulamento Sanitário Internacional (RSI; IHR), são definidos como um ponto de passagem para a entrada ou saída internacionais de viajantes, bagagens, cargas, contentores, meios de transporte, mercadorias e encomendas postais, bem como os organismos e setores que lhes disponibilizem serviços à entrada ou à saída.

Promoção da Saúde - Processo que visa capacitar o indivíduo, no sentido de aumentar o controlo, conhecimento e responsabilidade sobre a sua própria saúde, melhorando-a.

Quarentena – Restrição de atividades e/ou separação de pessoas suspeitas que não estejam doentes, ou de bagagens, contentores, meios de transporte ou mercadorias suspeitos, de forma a evitar a eventual disseminação da infeção ou contaminação.

Rastreio - Identificação presumível de doença ou defeito não anteriormente conhecido, através da utilização de testes, exames ou outros que podem ser aplicados rapidamente. Os testes de rastreio permitem identificar os indivíduos que provavelmente têm uma

doença específica, distinguindo-os daqueles que não a têm. Estes testes não diagnosticam, devendo os indivíduos com resultados positivos ou suspeitos ser acompanhados, posteriormente, pelos respetivos médicos, que o encaminham para o correto diagnóstico e, caso necessário, tratamento.

Rastreio de contactos - Procedimento de controlo de doenças transmissíveis onde são tomadas as diligências necessárias para a identificação e gestão de contactos de um caso confirmado conhecido. Inclui também a identificação de pessoas expostas a um fator de risco potencial.

Regulamento Sanitário Internacional - Acordo entre 196 países, incluindo todos os Estados Membros da OMS, para trabalharem conjuntamente pela segurança da saúde global.

Risco para a saúde pública - Probabilidade de ocorrência de um evento ou incidente, que pode prejudicar a saúde das populações, com especial relevo para aquele que se pode propagar a nível internacional ou representar um perigo grave e direto.

SARS-CoV-2 (previamente 2019-nCoV ou novel coronavirus) - Novo vírus do género coronavírus, família Coronaviridae, agente etiológico da COVID-19.

Surto - Ocorrência de um número de casos de uma doença, superior ao que seria considerado expectável, numa determinada população durante um período de tempo bem definido.

Transmissão de infeção - Qualquer mecanismo ou o conjunto deles pelo qual um agente infeccioso se dissemina e propaga, através do meio ambiente, para outros hospedeiros suscetíveis.

Transmissão nosocomial - Infeção adquirida num serviço de saúde, isto é, ocorrendo num doente durante a sua estadia num destes, não estando a infeção presente (nem sequer em incubação), no momento de admissão. Inclui infeções diagnosticadas após alta de internamento, desde que tenha sido adquirida durante o mesmo. Inclui também infeções similarmente adquiridas pelos profissionais de saúde num serviço de saúde.

Triagem - Processo que permite a distinção de doentes mediante um conjunto pré-definido de critérios, geralmente por gravidade clínica.

Unidade de cuidados intensivos (UCI) - Unidade clínica funcional, de ambiente hospitalar, onde são internados os doentes em estado crítico e/ou com falência de funções orgânicas vitais.

Educação, Juventude e Desporto

- a) Realizar sessões de informação e de esclarecimentos junto das Escolas sobre as medidas de prevenção e controlo do COVID-19, em coordenação com o MS;
- b) Promover campanhas de sensibilização e de educação sobre hábitos saudáveis de higiene e limpeza nas Escolas públicas e privadas;
- c) Distribuir folhetos informativos sobre COVID-19 em eventos culturais e desportivos realizados em todo o território nacional;
- d) Coordenar com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado da Comunicação Social a realização de eventos educacionais e de sensibilização comunitária sobre hábitos de higiene e de limpeza nas casas, nos locais públicos e estabelecimentos privados;
- e) Desenvolver um Plano de Contingência para a suspensão de escolas e centros de formação profissional e apelar ao regime de educação à distância, em caso de emergência social perante o surto da doença COVID-19, bem como para a abertura dos mesmos em caso de controlo e levantamento das restrições sociais impostas pelo Estado;
- f) Definir orientações para a suspensão temporária das atividades desportivas e da juventude, evitando aglomerações de jovens em locais públicos.

Ensino Superior, Ciência e Cultura

- a) Considerar a suspensão de todas as atividades com presença de estudantes, por tempo determinado e manter-se as atividades através da interação por via digital entre estudantes e docentes.
- b) As instituições científicas e as instituições de ensino superior devem fomentar e criar condições para que os seus colaboradores, incluindo funcionários, docentes e investigadores, recorram ao teletrabalho e proceder à divulgação dessa possibilidade junto dos mesmos.

63	L.B.Budhika, Assesor Sistema Informação Recursos Humanos	Assesor Técnico	+94776998238/WA Email : buddhikalb@gmail.com
64	Virgilina Reyes Lledo, Assesor Gestão da Contratação Pública Aprovisionamento	Assesor Técnico	76826700
Pilar IX: Serviços Essenciais de Saúde			
65	Isabel Maria Gomes, Lic.Sp, Diretora Direção Nacional de Saúde Pública	Coordenadora do Pilar IX	7743 6598 E-mail: imgomes02@yahoo.com
66	Aurea Celina Martins da Cruz, Técnico Profissional	Ponto Focal para a Educação e Promoção da Saúde	77258037
67	Agusta Amaral Lopes, Chefe do Departamento de Saúde Materno e Infantil	Ponto Focal para Programa Saúde Materno e Infantil	77275952 tutalopes.lopes@gmail.com
68	dr. Olinda dos Reis Albino, Chefe do Departamento Nutrição	Ponto Focal para Assuntos Nutrição e Dietética	78258546 elyreis87@gmail.com
69	José Moniz, Chefe do Departamento de Saúde Ambiental e Vigilância Sanitária	Pontu Focal Vigilância Sanitaria e Saude Ambiental	78258529
70	Marta Abenia P. dos Santos, Lic.SP, MPH, Departamento de Controlo de Doenças Contagiosas	Ponto Focal para Controla Doenças TB, Malaria, HIV SIDA, Saúde Mental	78258709
Assistente Administrativa Secretariado do Pilar IX			
71	dr. Natalino de Jesus Varela, Oficial Gestão Dados EPI	Pontu Focal Secretariado Pilar IX	77894862 Email : Varelajms5@mail.com

Vigilância - Recolha, compilação e análise sistemática e contínua de dados, para efeitos de saúde pública e difusão, em tempo útil, da informação para efeitos de avaliação e resposta, de acordo com as necessidades.

Vigilância ativa - Monitorização, por período de tempo equivalente ao limite máximo do período de incubação da doença, do aparecimento de sinais ou sintomas sugestivos do seu desenvolvimento, a fim de evitar a sua transmissão.

Vigilância baseada em indicadores - O reporte de casos de uma determinada doença através de, por exemplo, sistemas de vigilância epidemiológica, redes sentinela ou laboratórios de vigilância.

Vigilância epidemiológica - Recolha sistemática, análise e interpretação de dados, com vista à sua comunicação atempada (interna e externa), nomeadamente aos decisores políticos e responsáveis pela prevenção e controlo de doenças.

Vulnerabilidade - Características e circunstâncias de um sistema, comunidade ou indivíduo que o torna suscetível a efeitos prejudiciais decorrentes de uma crise.

Zoonose - Infecção ou doença infecciosa, proveniente de um animal vertebrado e transmissível, em condições naturais, ao homem. As zoonoses podem apresentar-se, nos respetivos reservatórios, sob forma epizootica ou enzoótica.

ANEXO 2: Despacho N.º 01 /V/MS/2020, referente à 1ª Alteração do Despacho que Cria a Comissão Executiva da Saúde para o Surto COVID-19



MINISTÉRIO DA SAÚDE



Gabinete do Vice-Ministro para o Desenvolvimento Estratégico da Saúde e Ministro da Saúde em Exercício

DESPAXU N.º 01/V/MS/2020

1.ª alteração ao Despacho n.º 04/2020/III/MS, 19 marsu, ne'ebé kria Komisaun Ezekutiva Saúde ba Surtu Covid-19

Konsidera liuhusi Despaxu n.º 005/II/2020, 18 febreiru, iha ne'ebé kria Komisaun Interministerial ba Koordenasaun implementasaun ba medida prevensaun sira no kontrolu ba surtu Coronavirus 2019-nCoV;

Konsidera Prezidente Repúblika deklara, liuhusi Dekretu n.º 29/2020, 27 marsu hodi fó autorizasaun ba deklarasaun estadu de emerjénsia, no autoriza fila-fali períudu extensaun estadu emerjénsia, liuhusi Dekretu n.º 32/2020, 27 abril, iha ne'ebé extende to'o 27 maiu 2020.

Konsidera liuhusi Despaxu 023/PM/IV/2020, 21 abril 2020, hodi altera Despaxu n.º 005/II/2020, 18 febreiru, ne'ebé estabelece Unidade Forsa Tarefa ba Prevensaun no Mitigasaun Surtu Covid-19;

Konsidera Diploma Ministerial n.º 14/2020, 31 marsu, ne'ebé estabelece Sala Situaun ba Sentru Integradu Jestaun Krize (CIGC), Forsa Tarefa ba prevensaun no Mitigasaun surtu COVID-19 mak sai hanesan unidade Sala Situaun ne'ebé responsável hodi halo preparasaun no promosaun ba realizasaun delijénsia nesária hotu ba prevensaun no mitigasaun surtu COVID-19;

Konsidera Despaxu 023/PM/IV/2020, 21 abril 2020, Forsa Tarefa ba Prevensaun no Mitigasaun ba Surtu COVID-19, sai mos hanesan orgaun ida ne'ebé responsável ba realizasaun tarefa sira ne'ebé anteriormente ezerse husi grupu tékniku interministerial ba koordenasaun implementasaun medida prevensaun no kontrolu surtu coronavirus 2019-nCoV;

Rua Palácio das
Cinzas, Calcoli
Caixa Postal 374
Dili, Timor-Leste

47	dr. Nuno Vital Soares, S.Psi, Chefe do Departamento de Gestão Hospitalar e Transferência de Pacientes	Ponto Focal para o Serviços de Ambulancia	78258548
48	dr. Jorge da Silva Marques, Chefe do Departamento de Equipamentos de Diagnóstico e Terapêutica	Ponto Focal para o Apoio Equipamentos Diagnostico	77546540
49	dr. Alípio Gusmão Lopes, MSc, Diretor do Direção Nacional de Farmácia e Medicamentos	Ponto Focal para Apoio Medicamentos e Consumaveis	782258407
50	Dirce Araujo, Lic.SP, Diretora Formação INS	Ponto Focal para Capacitação os Recursos Humanos	77305051
Assistente Administrativa Secretariado do Pilar VII			
51	Domingas Pereira, Diretora Administração e Finanças, INS	Pontu Focal Secretariado Pilar VII	77305052
52	dr. Jaime da Costa Sarmiento, Asesor Cuidado Hospitalares	Assesor Técnico	77298180
Pilar VIII: Apoio Operacional e Logístico			
53	Vitor Soares Martins, SKM, Direto Geral dos Serviços Corporativos	Coordenador do Pilar VIII	777788633 Email : deoneviarmartinez@gmail.com
54	Marcelo Amaral, SE, Diretor Direção Nacional do Orçamento e Gestão Financeira	Ponto Focal para a Gestão Financeira	77230104 Email: marceloamaral2605@gmail.com
55	Tomasia A.M.R. de Sousa,SKM Diretora Direção Nacional de Recursos Humanos	Ponto Focal para o Gestão e Planificação Recursos Humanos	78678031 Email : hanslok23@yahoo.com
56	Valente L. Marçal, SKep, MM, Direção Nacional de Administração, Logística e Património	Ponto Focal para Apoio Logistica	775465538 Email : rabbylisboa@gmail.com
57	Bernardino A. da Silva, Lic.SP, MPH, Direção Nacional de Aprovisionamento	Ponto Focal para Serviços de Aprovisionamento	78239847 Email diwanoelsuai@gmail.com
58	Santana Martins, L.DC, M.SP, Diretor Executivo SAMES	Pontu Focal para Gestão Fornesimento EPI e Medico Consumiveis Essensias	78303640 Email: santanamartins66@gmail/com
Assistente Administrativa Secretariado do Pilar VIII			
59	Olivia C.A. Nana, SKM, Chefe Secretariado Direção Geral dos Serviços Corporativos	Ponto Focal Secretariado do Pilar VIII	78179125 Email : oloviaana05@gmail.com
60	Norberta Belo, SKM, MPH, Asesor Recursos Humanos	Assesor Técnico	77254143 Email : norbertabelo@gmail.com
61	Alvaro Soares Abrantes, Assesor Infraestrutura	Assesor Técnico	77632698 Email : alvaroabrantes@yahoo.com
62	Claudina de J. Alves, Assesor Financeira	Assesor Técnico	777389467 Email : claudinaalves84@gmail.com

Assistente Administrativa Secretariado do Pilar IV			
32	João Guterres, Técnico Administrativo	Ponto Focal Secretariado Pilar IV	77378779 mettaguterres@yahoo.com
PILAR V: LABORATÓRIO NACIONAL			
33	Endang da Silva, Diretora Executiva do Laboratório Nacional da Saúde	Coordenadora do Pilar V	7732 6706 E-mail: crishanasha2321@gmail.com
34	Maria Dolores de J. Da Costa, Diretora PCM Lab. Nacional	Ponto Focal para a Gestão das Análises Clínicas	78403704 E-mail : dodys.lab.nac@gmail.com
35	Liborio da Costa Alves, Diretor Administração e Apoio Serviços Lab. Nacional	Ponto Focal para Gestão Administração e Finanças	78239826 E-mail : lawaliu@yahoo.com
36	Antonio Salles, Sientista Laboratorio	Ponto Focal para Coesão Amostra	772889611 E-mail : antoniosalles07@yahoo.com
Assistente Administrativa Secretariado do Pilar V			
37	Imaculada Gomes, Técnico Administrativo	Ponto Focal Secretariado Pilar V	7722331001 E-mail : Imagomes0503@gmail.com
PILAR VI: PREVENÇÃO E CONTROLO DA INFECÇÃO			
38	dr. Nilton do Carmo da Silva, SpOT. Mbiomed, Diretor do Direção Nacional de Apoio aos Serviços Hospitalares	Coordenador do Pilar VI	78258650 E-mail: fpinto@ms.gov.tl
39	Dr.Feliciano Pinto, SKep, MPH, Diretor do Gabinete de Garantia da Qualidade na Saúde	Ponto Focal IPC na Unidade Saúde Prestação Cuidados Saúde Secundario e Terciaria	73621994 Email : Niltonc6@hotmail.com
40	dr. Helder M de Carvalho, Diretor dos Serviço de Estandarização e Acreditação	Ponto Focal IPC na Unidade Saúde Prestação Cuidados Saúde Primária	78258651 Email: dsakreditasaun@gmail.com
41	Duarte Ximenes, Lic.SP, MM, Inspector de Inspeção e Auditoria da Saúde	Ponto Pocal IPC na Comunitária e Confinamento	7884559719 Email : duartex@yahoo.com
Assistente Administrativa		Secretariado do Pilar VI	
42	Marquita Natalia Ximenes, Técnico Profissional	Ponto Focal Secretariado Pilar VI	78105017 Email: nataliaximenesm@ymail.com
	Mahmuda Shayema Khorshed, Assesor GGQS	Assesor Técnico	+614790022998/WA Email: shayema28@gmail.com
PILAR VII: GESTÃO DE CASOS			
43	dr.Celia A. G. dos Santos, Diretora Executivo INS	Coordenadora do Pilar VII	77976960, Email : celiaxandra@gmail.com
44	dr.Flavio B.M. de Araujo, PGDA, MMED	Ponto Focal para o Gestão de Isolamento	73393402 Flaviobrandao2006@yahoo.com
45	dr. Helio Guterres, SpPD	Ponto Focal para o Gestão de Isolamento Vera Cruz	777224555 Email: helioguterres@yahoo.com
46	dr. Colombianos da Silva, PGDA, MMED	Ponto Focal para o Gestão Isolamento Non Vera Cruz	76603204 Email : colomsilva@yahoo.com

Konsidera nesesidade hodi apoia servisu Unidade Forsa Tarefa ba Prevensaun no Mitigasaun Surtu Covid-19 husi Sentru Integradu Jestaun Krize, nune'e garante efetividade, efisiénsia no koordenasau servisu iha ámbitu Despaxu 023/PM/IV/2020, 21 abril 2020 no Diploma Ministerial n.º 14/2020, 31 marsu;

Konsidera Planu Asaun Nasional ba Seguransa Saúde no Planu Preparasaun ba surtu Covid-19 ne'ebé adota husi Organizasaun Mundiál Saúde hodi responde ba área prinsipál sira ba preparasaun no resposta ba saúde pública iha ámbitu pandemia COVID-19;

Nune'e, haktuir artigu 3.º husi Dekretu-Lei n.º 3/2019, 5 marsu, ne'ebé kria Orgánika Ministériu Saúde nian no kompeténsia delegada tuir Despaxu n.º 020/PM/IV/2020, 3 abril, desidi:

1. Altera kompozisaun no estrutura Komisaun Ezekutiva Saúde ba surtu COVID-19 hodi apoia servisu no koordenasau ba implementasaun medida preventiva sira ba prevensaun, kontrolu no mitigasaun ba surtu COVID-19.
2. Nomeia dr. Odete da Silva Viegas, hanesan Coordenadora-Jerál ba Komisaun Ezekutiva Saúde ba Surtu COVID-19.
3. Coordenadora-Jerál Komisaun responde ba Ministru Saúde, no sai mos hanesan Ofisiál Ligasaun Ministériu Saúde nian ba Unidade Sala Situasau ne'ebé responsável ba integrasaun, artikulasaun no komunikasaun ho Forsa Tarefa sira.
4. Hatur Komisaun Ezekutiva Saúde ba Surtu COVID-19 ho nia estrutura hanesan:
 - a) Pilar 1, responsável ba Koordenasau, Planeamentu no Monitorizasaun iha nível Nasional;
 - b) Pilar 2, responsável ba Komunikasaun risku no Envolvimentu comunidade;



Rua Palácio das
Cinzas, Caicoli
Caixa Postal 374
Dili, Timor-Leste

c) Pilar 3, responsável ba Vijilánsia Epidemiolójika, Ekipa resposta rápida no Investigasaun kazu;

d) Pilar 4, responsável ba iha Pontu-de-entrada sira;

e) Pilar 5, responsável ba Servisu Laboratóriu;

f) Pilar 6, responsável ba Prevensaun no Kontrolu infeksaun;

g) Pilar 7, responsável ba Jestaun kazu;

h) Pilar 8, responsável ba Apoio operacional no Lojístika;

i) Pilar 9, responsável ba Servisu Esensiál Saúde sira.

5. Nomeia Koordenadór ba kada pilar sira:

a) Sr. Narciso Fernades, hanesan Koordenadora ba pilar 1;

b) Sr. Raul Sarmento, hanesan Koordenadór ba pilar 2;

c) dra. Josefina Clarinha João, hanesan Koordenadora pilar 3;

d) dr. Frederico Bosco, hanesan Koordenadora ba pilar 4;

e) Sra. Endang da Silva, hanesan Koordenadora ba pilar 5;

f) Dr. Nilton do Carmo da Silva, hanesan Koordenadór pilar 6;



Rua Palácio das
Cinzas, Calcoli
Caixa Postal 374
Dili, Timor-Leste

15	dra.Custódia B. Florindo, Oficial Gestão Risco	Ponto Focal para a Linha de Alerta e Comunicação de Risco	786 1000 E-mail: custodia_florindo@yahoo.com
16	Bendonina dos R. Jeronimo, Lic.SP, MPH, Técnico Profissional	Ponto Focal para o Desenvolvimento de IEC Material	77121455
17	Rita Maria Soares, Técnico Profissional	Ponto Focal para Monitorização e Avaliação	77265637
18	Manuel Lai de Sousa, Técnico Administrativo	Ponto Focal para os Comunicados de Imprensa e Publicação	7776205
19	Carinton Salazar G. Freitas Técnico Profissional	Ponto Focal para a Gestão das Mensagens no Facebook e Whatsapp, Twiter	77903355
Assistente Administrativa Secretariado do Pilar II			
20	Silvano Pedro, Técnico Profissional	Ponto Focal Secretariado Pilar II	77416596
21	Mindo Rajagukguk, Assesor Comunicações e Protocolo	Assesor Técnico	77276357
PILAR III : VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E INVESTIGAÇÃO DE CASOS			
22	dra. Josefina Clarinha João, MPH, Diretora Nacional de Controlo de Doenças	Coordenadora do Pilar III	7752 2862 E-mail: jclarinhajo@gmail.com
23	Maria Angela Varela Niha, MPH, Chefe do Departamento de Vigilância Epidemiológica	Ponto Focal da Vigilância Epidemiológica	7738 2672 E-mail: merry_niha@yahoo.com
24	Antonio da Costa, Técnico Profissional	Ponto Focal de Carantina	775222862
25	Ana Fatima Soares, Técnico Profissional	Ponto Focal Base Dados Epidemiologia	7777279470 Anaf 9581@Yahoo.com
Assistente Administrativa		Secretariado do Pilar III	
26	Natercia S. Smith da Silva, Técnico Administrativo	Ponto Focal Secretariado Pilar III	781223759 E-mail : naterciasmith4@gmail.com
PILAR IV: PONTOS DE ENTRADA			
27	dr.Frederico Bosco Alves do Santos, Chefe do Departamento Conrola Doenças Não Contagiosas	Coordenador do Pilar IV	78065094 Email : frebosco@yahoo.com
28	Ofelia M.O. do Carmo, Lic.SP Técnico Profissional	Ponto Focal Porto de Entradas	77942457, Email: ofelia.carmo@gmail.com
29	dra. Lizete Vong Pereira	Ponto Focal do PoE Aéroport	77479443 E-mail : poaisha@gmail.com
30	Cesaltina Soares Pinto, Lic.SP, MPH, Técnico Profissional	Ponto Focal do PoE Terrestre	77478566 Cajaltina_pinto84yahoo.com
31	Floriano Marques Xavier	Ponto Focal do PoE Marítima	77942457 xavierkayua@yahoo.com

ANEXO: LISTA DE PESSOAL NOMEADO & DESTACADO PARA O SURTO COVID-19

No.	NOME & CARGO	POSIÇÃO NA COMISSÃO COVID-19	CONTACTO
1	dra. Odete da Silva Viegas, Dermatologista, Diretora Geral da Prestação em Saúde	Presidente da Comissão Executiva da Saúde para o Surto COVID-19 Oficial de Ligação para o CIGC & Sala de Situação	7754 6549 E-mail: odetev2000@yahoo.com
Assistente Administrativa Secretariado Comissão Executiva			
2	Joana Melania Edy F. das Dores Lic.SP, Chefe Secretariado Gabinete DGPS	Ponto Focal para Secretariado Comissão Executiva	78179126 Email : melanyaj27@gmail.com
3	dr. Avelino Guterres Correia, MPH, Assesor Sistema Informação de Saúde	Assesor Técnico	77234841 guterresavelino@gmail.com
PILAR I : CORDENAÇÃO, PLANEAMENTO E MONITORIZAÇÃO			
4	Narciso Fernandes, Lic.SP, MPH, Diretor do Gabinete de Política, Planeamento e Cooperação em Saúde	Coordenador do Pilar I	7818 8138 E-mail: Ciso_11@yahoo.com
5	Belarmino Pereira, Lic.SP, MPH Diretor do Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso	Ponto Focal dos Planos de Ação e Regulamentação dos SOPs	78258706 Email: belarminodasilvap@gmail.com
6	Maria Natalia, Lic.SP, MPH, Técnico Profissional Oficial Departamento Política	Ponto Focal para a Coordenação Multisetorial a nível Municipal e com a Sociedade Civil	77444411 Email : natalia_311278@yahoo.com
7	Ivo Cornelio Lopes Guterres, Lic.SP, Chefe do Departamento de EIS	Ponto Focal para a Monitorização o Relatório de Atividades	78258544 Email : ivoguterres@gmail.com
Assistente Administrativa Secretariado do Pilar I			
8	Natasia Smith, Técnico Administrativo	Ponto Focal Secretariado Pilar I	77336005
9	Iris Hamelberg, Assesor Política da Saúde	Assesor Técnico	77318814 E-mail : lhspencer2013@gmail.com
10	Marcelo da Rosa, Assesor Jurídico	Assesor Técnico	77556272
PILAR II : COMUNICAÇÃO RISCO E ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
11	Raúl Sarmiento, Lic.SP, MM, Chefe do Departamento de Protocolo e Relações Públicas	Coordenador do Pilar II	78258702 E-mail : raulsarmiento2@gmail.com
12	Ivo Irineu da C. Freitas, Lic.SP Chefe do Departamento de Gestão das Parcerias	Ponto Focal para Advocacia e Coordenação Parseiro Nacional e Internacional	77230143
13	Carlitos Correia, Lic.SP Chefe do Departamento de M&E	Ponto Focal Media Center da Saúde	77719555
14	Misliza Vital, Chefe do Departamento de Promoção Educação Saúde	Ponto Focal para Disseminação de Informação nos Municípios e Involvimento Comunidade	782587227



- g) dra. Célia Gusmão, hanesan Coordenadora ba pilar 7, nomos hanesan Coordenadora Ekipa Traballu ba Preparasaun no Elaborasaun Manual no Protokolu sira ba Jestaun Kazu surtu COVID-19;
- h) Sr. Vitor Martins, hanesan Koordinador ba pilar 8; no
- i) Sra. Isabel Gomes, hanesan koordinadora ba pilar 9.
6. Koordinador sira husi kada pilar responde ba Koordinadora-Jerál Komisaun Ezekutiva Saúde ba Surtu COVID-19.
7. Responsabilidade ba kada pilar nian mak prevee ona iha Termu Referénsia iha aneksu, ne'ebé mak sai parte integrante husi prezente Despaxu.
8. Termu Referénsia husi Komisaun nian bele atualiza depende ba nesesidade no konveniénsia servisu no hetan aprovasaun husi Koordinadora-Jerál, no ható'o komunikadu atualizasaun nian ba Ministru Saúde.
9. Komisaun Ezekutiva Saúde ba Surtu COVID-19 reuni ordinariamente, semana ida dala rua, no extraordinariamente depende ba nesesidade, ka sempre bainhira konvoka husi Prezidente Komisaun Ezekutiva ba Surtu COVID-19.
10. Koordinador husi kada pilar kolabora no apoia servisu Unidade Forsa Tarefa ba Prevenasaun no Mitigasaun COVID-19 husi Sentru Integradu Jestaun Krize.
11. Mandatu ba Komisaun Ezekutiva Saúde ba Surtu COVID-19 la depende ba existénsia Sala Situasun husi Sentru Integradu Jestaun Krize.
12. Kada pilar sei hetan apoiu tékniku husi funsionáriu públiku, agente administrasaun, kontratadu no asesór, conforme funsaun no/ka área de especialidade.




Rua Palácio das
Cinzas, Caicoli
Caixa Postal 374
Dili, Timor-Leste

13. Lista ba funsionáriu públiku, ajente administrasaun públika, kontratadu, no asesór sira ne'ebé sei fó apoiu tékniku mak integra iha presente Despaxu.

14. Ba kumprimentu husi kompeténsia no tarefa sira ne'ebé iha, Komisaun Ezekutiva Saúde ba surtu COVID-19 sei hetan mos apoiu husi Sekretariadu Konsellu Diresaun Ministériu Saúde nian.

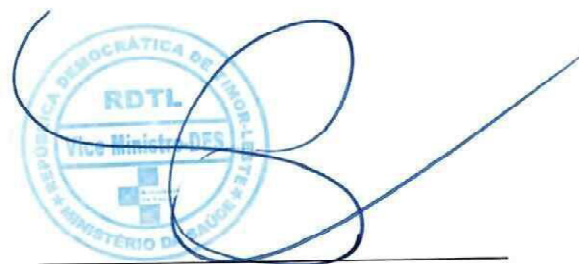
15. Despeza sira ba funsionamentu no organizasaun asaun de apoiu no kordenasaun interna Komisaun Ezekutiva Saúde ba Surtu COVID-19 nian, hetan suporta husi fundu COVID-19 ne'ebé aprova liuhusi Lei n.º 2/2020, 6 abril, Lei kona-ba Autorizasaun ba Realizasaun Transferénsia Extraordinária ba Fundu Petrolíferu.

16. Revoga Despaxu n.º 04/2020/III/MS, 19 marsu, ne'ebé kria Komisaun Ezekutivu Saúde ba Surtu Coronavirus 2019.

17. Despaxu ida ne'e prodús nia efeitu hahu husi loron 29 abril 2020.

Publika.

Díli, 13 maiu 2020



Bonifácio Maucoli dos Reis, Lic, SP,.

Vise-Ministru Dezenvolvimentu Estratéjiku Saúde no Ministru Saúde interinu

Konforme Despaxu n.º 020/PM/IV/2020, 3 abril.



Rua Palácio das
Cinzas, Caicoli
Caixa Postal 374
Dili, Timor-Leste

- d) Kobertura Imunizasaun labaraik
- e) Distribuisaun Vit A
- f) Tetu todan ba labarik menus tina 5
- g) Distribuisaun Micro Nutrient Powder ba labarik fulan 6-23
- h) Tasa kura kazu malnutrisaun grave
- i) % Redusaun taxa incidênsia tuberculose, malária, no kazu de HIV-SIDA
- j) Taxa incidênsia dengue
- k) Nº populasau grupu vulnerável ne'ebé benefisia Visitas Domisiliárias husi ekipa Saúde na Família.

V. ESTRUTURA FUNSIONAMENTU

Presidente Komisaun Saúde COVID-19: Diretora Geral Prestasaun Saúde.

Sekretariadu: Sekretária Konseihu Diresaun Ministériu Saúde, ne'ebé responsabiliza ba redasaun Akta Reuniaun.

Kordenador Seksaun/Pilar ida-diak: Diretor Nasional ka Xefe Departamentu ne'ebé nomeia iha Despaxu.

Staff: Coordenador husi Pilar ida-idak hatama proposta husi sira nia ekipa téknika-operasional ba aprovasaun husi Presidente Komisaun Saúde ba COVID-19.

Reuniaun: Komisaun Saúde ba COVID-19 reuni ordinariamente semana ida dala ida no extraordinariamente tuir nesidade, hodi partilha informasaun, avalia progresu no prepara briefing konaba evolusaun situasaun no mitigasaun surtu coronavirus iha rai laran.

Presidente Komisaun Saúde ba COVID-19 bele konvida representantes husi setores relevantes, representantes husi agencias nasoens unidas ka parseirus desenvolvimentu atu halo parte iha reuniaun no atividades husi pilar ida-idak halo.

Orsamentu: Despesas ba funsionamentu no organizasaun asaun kordensaun interna husi Komisaun Saúde ba COVID-19 suporta husi Fundu COVID-19 ne'ebé aprova liu husi Dekretu-lei N.º 12/2020, 14 FEVEREIRU.

REMATA.



Pilar 6 - Prevenção no Controlo Infecção:

- a) Nº profissionais saúde ne'ebé hetan treinamentu ona (attach planu formasaun no lista naran participantes por facilidade saúde)
- b) Matadalan ka SOP ba kontrolo infesaun (inklui ficha notikasaun)
- c) PoE, fatin karentena no isolamentu ne'ebé preenche padraun kontrolo infesaun
- d) % Fatin públiku no privadu ne'ebé kumpre regras kontrolui infesaun

Pilar 7 - Jestaun Kazu

- a) Nº profisional saúde ne'ebé hetan treinamentu ba jestaun kazu
- b) % stock-out aimoruk iha fatin isolamentu
- c) % stock-out EPI no IPC iha fatin izolamentu (tuir padraun)
- d) % prontidaun infraestrutura iha fatin izolamentu (tuir padraun)
- e) % paciente internadu ne'ebé klasifika hanesan grupu vulnerável
- f) Nº total kazus konfirmadus ne'ebé recupera ona

Pilar 8 - Apoio Operasional no Logística

- a) Nº total funcionários públicos no contratados ne'ebé destakadu atu atende atividades prevenção no controlo ba COVID-19 (attach lista naran no loron/horário rotasaun servisu)
- b) % Ema destakadu ba Komisaun ne'ebé hetan subsídiu remuneratório tuir regras/kritérios ne'ebé definidu
- c) Nº itens aimoruk, consumíveis médicos no EPI ne'ebé distribui ona ba PoE, karentena no isolamento (attach guia de remessa/entrega no resepsaun diário/semanal ba fatin ida-idak)
- d) % stock-out aimoruk no stock-out EPI iha PoE, fatin karentena no isolamento
- e) Nº total companhia ne'ebé contratado ba prestasaun bens, servisu no konstrusaun/realibilisaun relasiona ho COVID-19 (attach plano no relatório aprovisionamentu)
- f) % progresu ba ezeusaun obras konstrusaun/reabilisaun ba fatin karentena no isolamento
- g) % Fundo COVID-19 ne'ebé alokadu ba MS (attach planu despesa por programa)
- h) Total osan no % ezeusaun osan ne'ebé aloka ba MS iha Fundo COVID-19 (attach planu despesa no relatório ezeusaun)
- i) Total fundo externo (osan parseirus) ne'ebé aloka no % ezeusaun ba COVID-19 (attach relatório kontribuisaun parseirus)

Pilar 9 - Servisu Essensial Saúde sira

- a) Kobertura Kuidadus Ante-Ntal
- b) Kobertura Partu
- c) Kobertura Kuidadus Pós-Natal



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA TIMOR-LESTE
VIII Governu Konstitusional

TERMUS REFERÉNSIA BA KOMISAUN EZEKUTIVU SAÚDE BA SURTU CORONAVIRUS
2019

(Komisaun Saúde ba COVID-19)

I. ENKUADRAMENTU

Iha loron 11 Marsu 2020, Organizasaun Mundial Saúde (OMS) deklara surtu coronavirus (COVID-19) hanesan Emerjénsia Saúde Pública nível Pandemia, no rekomenda ba nasaun hotu hotu atu haforsa medidas kontensaun no mitigasaun ka kontrolo hodi proteje populasaun husi moras hada'e't ida ne'e ne'ebé habelar iha mundu tomak no fasil atu transmite husi ema ida ba ema seluk.

Ministériu Saúde iha ona estrutura técnica ida ne'ebé mosu tinan 2009, liu husi Resolusaun Governo N.º 8/2009 loron 27 Maio, hodi responde ba moras emerjénsia ka surtu ne'ebé mak akontese iha nasaun Timor-Leste. Maibé tanba situasaun COVID-19 bele iha impaktu bo'ot liu ba populasaun Timoroan no tuir Lei Sistema Saúde N.º 10/2004 husi 24 Novembru "o Serviço Nacional de Saúde abrange todas as instituições públicas, personalizadas ou não, dependentes ou tutelados pelo Ministério da Saúde" ho kompetênsia espesial ba prevenção, promosaun no tratamentu moras, inklui vijilansia epidemiológica no sanitária durante situasaun emerjénsia grave ba saúde pública nasional.

Ho nune'e, tuir Despaxu N.º 04/2020/III/MS husi loron 19 Marsu 2020, Ministériu Saúde estabelese Komisaun Ezekutiva Saúde ba Surtu COVID-19 hodi haforsa diak liu tan estrutura técnica ne'ebé mosu desde tinan 2009, ho kompetensia atu "define knar no servisu ne'ebé responsável ba atividades husi Seksaun ida-idak, inklui planu asaun ka atividades".

No entantu, bazéia ba rekomendasaun husi OMS, Ministériu Saúde decidi atu halo revisaun ba kompozisaun Komisaun Ezekutiva Saúde ba Surtu COVID-19, ne'ebé integra pilar 9.

II. KOMPOZISAUN KOMISAUN SAÚDE BA COVID-19

Pilar 1: Kordenasaun, Planeamentu no Monitorizasaun iha nível nasional

Pilar 2: Komunikaun Risku no Envolvimentu Komunitáriu

Pilar 3: Vigiância Epidemiológica, Resposta Rápida no Investigação de Casos

Pilar 4: Ponto-de-Entrada

Pilar 5: Serviço Laboratório

Pilar 6: Prevenção no Controle de Infecção

Pilar 7: Janela de Casos

Pilar 8: Apoio Operacional no Logística

Pilar 9: Serviços Essenciais Saúde Pública

III. KNAR & RESPONSABILIDADE

Pilar 1: Ordenação, Planejamento no Monitorização de nível nacional

- a) Promove atividades ordenação Interna e externa e serviços administrativos direta e indireta Estado e Ministério Saúde;
- b) Ordena e coordena desenvolvimento no setores relevantes e promove cooperação harmonizada e evita duplicação de apoio externo;
- c) Promove desenvolvimento estrutura ordenação interna no intersectorial de nível Municipal e hodi assegura implementação atividades e planeia;
- d) Desenvolve plano intervenção e atua integrado e hodi MS e COVID-19
- e) Harmoniza guias e protocolos intervenção e COVID-19 de nível comunitário, facilidades saúde e nível nacional;
- f) Prepara proposta diploma legal e hodi regula SOPs para janela PoE, quarentena e fatiamento, inclui protocolo tratamento e caso;
- g) Desenvolve indicadores desempenho e hodi ordena e coordena intervenção e ida-dia e hodi monitoriza implementação atividades e apresenta relatório avaliação;
- h) Prepara Relatório Semanal e Mensal Atividades e hodi Comissão Saúde e COVID-19.

Pilar 2: Comunicação de Risco e Envolvimento Comunitário

- a) Desenvolve e produz material informativo e sira hodi relaciona e hodi moras surto COVID-2019;
- b) Socialização, sensibilização e disseminação informativo saúde e hodi relaciona e caso surto e hodi meios de comunicação e hodi hodi hodi: televisão, rádio, jornal e canal informativo e sira e hodi;

- c) Nº programa rádio e hodi halo (inclui e hodi, horário e matéria)
- d) Nº de Artigos e Comunicação Imprensa e hodi publica e hodi Jornal e Social Media e hodi COVID-19
- e) Nº de Anúncios e hodi publica e hodi e hodi Bilboard (attach lista e hodi Município e matéria)
- f) Nº de Briefings e hodi Encontro e hodi Líderes Comunitários, Igreja e hodi Autoridades Municipais e ida-idas (attach matéria e hodi lista e hodi)
- g) Boletim Informativo Semanal e hodi medidas prevenção e hodi combate COVID-19
- h) Nº Parceiros e hodi suporta pilar 2 (attach lista e hodi e hodi comunicação e hodi promoção saúde e hodi e hodi)
- i) Relaciona e hodi Linha Alerta 119: Nº total Chamadas diárias recebidas (e hodi e hodi e hodi); Nº Chamadas e hodi COVID-19; Nº de Chamadas e hodi e hodi; Nº Chamadas e hodi.

Pilar 3 - Vigilância Epidemiológica, Resposta Rápida no Investigação de Casos:

- a) % total Ema e hodi e hodi PoE e hodi e hodi acompanhamento regular
- b) No. total caso suspeito
- c) No. caso e hodi provável
- d) Nº total caso e hodi investiga e hodi e hodi comunitário
- e) tempo médio e hodi atraso/demora e hodi e hodi resultado investigação e hodi (minutos/hora/e hodi)
- f) Nº Estudos e hodi pesquisa científica e hodi e hodi relaciona e hodi 'contact tracing';
- g) Nº staff e hodi linhas Ministeriais e hodi Parceiros e hodi suporta pilar 3 (attach lista e hodi e hodi e hodi).

Pilar 4 - Ponto-de-Entrada:

- a) % staff destacado e hodi PoE e hodi e hodi e hodi treinamento adequado
- b) % staff e hodi PoE e hodi e hodi EPI e hodi e hodi (attach lista e hodi e hodi)
- c) Nº total Ema e hodi e hodi PoE (attach lista Ema e hodi e hodi e hodi e hodi e hodi)
- d) Nº total Ema e hodi e hodi e hodi clandestino/ilegal
- e) % Ema e hodi e hodi PoE e hodi e hodi e hodi Formulário Declaração Saúde (attach relatório e hodi e hodi e hodi).

Pilar 5 - Serviço Laboratório:

- a) Nº teste laboratório e hodi e hodi halo
- b) % Ema e hodi e hodi e hodi e hodi teste
- c) Nº total teste e hodi resultado positivo
- d) Nº total teste e hodi resultado negativo
- e) % erro e hodi teste laboratório
- f) % stock reagentes (RT-PCR e hodi GenXpert) e hodi e hodi.

- r) Prepara plano destakamentu no kontratasaun profissionais saúde bazéia ba análise necessidade husi Komisaun Saúde ba COVID-19;
- s) Asegura sistema kontabilidade, inklui relatoriu kontabilidade, relasiona jestaun finanseira ligadu ho servisu emergência;
- t) Kordena ho partes relevantes atu desenvolve plano despesas no orçamentu konsolidadu fundu COVID-19 husi parte Ministériu Saúde;
- u) Prepara relatóriu semanal no mensal ezekusaun orsamentu husi COVID-19.

Pilar 9: Servisus Esensial Saúde sira

- a) Asegura implementasaun servisus esensiais prestasaun kuidadus saúde primáriu durante períudu surtu COVID-19, ne'ebé inklui:
 - i. Saúde materno-infantil (liu liu ba Saúde Reprodutiva no Planeamentu Familiar, IMCI no Imunização)
 - ii. Nutrisaun
 - iii. Kontrolu Moras Hadaet (liu liu ba HIV-SIDA, TB, Malária no Dengue)
 - iv. Kontrolu Moras La Hadaet (liu liu ba moras mental)
 - v. Saúde Ambiental
- b) Kordena ho Servisus Munisipais Saúde hodi asegura funsionamentu regular husi Sentrus Saúde Komunitáriu no Posto Saúde sira hotu, tuir horáriu normal servisu;
- c) Monitoriza atividades Visita Domisiliária ba grupo sosial vulnerável hanesan Inan Isin Rua, Idozu, Ema ne'ebé sofre moras krónika, Ema ho Difisiensia Fízika no Ema ne'ebé sofre Moras Mental;
- d) Kordena ho responsável programas sira hotu husi SMS hodi halo relatóriu atividades no atualizasaun atingimentus tuir matriz M&E, no hatama relatóriu mensal ba pilar 1 hodi harmoniza ho relatorius husi pilares seluk.

IV. RESULTADUS ESPERADUS (INDICAKORES DEZEMPEÑU)

Pilar 1 - Kordenasaun, Planeamentu no Monitorizasaun iha nível nasional:

- a) Nº de Reuniaun interna ne'ebé realiza (inklui minuta no instituisaun partisipante)
- b) Nº de SOPs ne'ebé desenvolvidu ba comunidade, CHCs, HR no iha nível nasional
- c) Nº de MoUs ka Contract Agreement ne'ebé MS asina ho parseirus sira relasiona ho COVID-19
- d) Munisípius ne'ebé estabelese ona Ekipa/Task force intervensaun ba COVID-19
- e) Quadru M&E ba COVID-19
- f) Relatóriu Mensal Komisaun Saúde ba COVID-19 iha.

Pilar 2 - Komunikaun Risku no Envolvimentu Komunitáriu:

- a) IEC Material publikadu (lista ho dezeñu no matéria)
- b) Nº Talk-Shows iha TV

- c) Hala'ó advokasia hahu husi nivel alto ba to'ó nivel comunidade;
- d) Asegura Kordenasaun ho parte relevantes (linhas Ministeriais, agências ONU no Parseria Desenvolvementu) hodi harmomiza sira nia kontribuisaun ba pilar 2;
- e) Implementa sistema komunikaun ho públiku liu husi linha Alerta COVID-19 (119) atu responde ba preokupasoens, rumores no dezinformasaun ne'ebé mosu iha Média Sosial;
- f) Atualiza Informasaun ka Dadus Epidemiológiku ba Iha Website ka Facebook Palacio das Cinzas;
- g) Prepara komunikadu imprensa diáriu ne'ebé klaru no transparente konaba situasaun kazus, esklaresimentu no informasaun xave ba públiku COVID-19 (119);
- h) Desenvolve bulletin informativu konaba COVID-19.

Pilar 3: Vigilânsia Epidemiológica, Resposta Rápida no Investigasaun ba Kazu

- a) Kordena ho servisus relevantes konaba rekursus humanus, fatin ba triagem no konfinamentu, rekursus materiais, apoiu logístiku no finanseiru ne'ebé precisa hodi asegura deteksaun prekose/sedu;
- b) Halo investigasaun no deteksaun antes no verifikasaun ba kazu hotu nebe relata husi comunidade no facilidade saúde sira hotu (suspeito no provável);
- c) Hala'ó vijilânsia maximu no ativa ba kazu hodi estuda trend no follow-up husi COVID-2019;
- d) Asegura kordenasaun ho parte relevantes (linhas Ministeriais, agências ONU no Parseria Desenvolvementu) konaba harmonizasaun atividades vigilânsia epidemiológica;
- e) Promove estudos ka pesquisa científica ne'ebé realiza relasiona ho 'contact tracing';
- f) Defini indicadores desempenhu no estatística informasaun, relata no notifica diáriamente;
- g) Atualiza informasaun epidemiológica diária iha *online dashboard*.

Pilar 4: Pontu-de-Entrada

- a) Asegura prosesu triagem iha Ponto Entrada;
- b) Koordena implementasaun lejislasaun sira hotu ne'ebé Governu hasai konaba kontrolu atividades fronteira no pontus entrada;
- c) Kordena ho servisus relevantes konaba kontrolu infeksaun no deskontaminaun iha PoE;
- d) Kolabora ho pilares kompententes relasiona ho apoiu tékniku ka logístiku ne'ebé precisa hodi transporta passageiros ba fatin ba konfinamentu obrigatóriu;
- e) Kolabora ho Pilar 3 iha asuntos vijilânsia nian;

- f) Fo kontribuisaun ba revizaun no atualizasaun estratéjia nasional konaba kontrolu fronteira tuir nível evolusaun moras COVID-19 iha rai laran;
- g) Monitoriza implementasaun intervensaun imigrasaun no viillansia iha pontus entrada;
- h) Asegura katak pesoal Pontu Entrada sira hotu ne'ebé iha kontaktu ho pasajeirus la uza API tama hotu iha kuarentena;
- i) Asegura katak pesoal iha Pontu Entrada sia hotu ne'ebé iha kontaktu ho pasajeirus uza EPI;
- j) Asegura disponibilidade EPI ba pesoal Pontu Entrada hotu ne'ebé iha kontaktu ho pasajeirus;
- k) Kolekta no kompila dados hotu nebe registo iha portu de entrada (fronteira aérea, marítima no terrestre);
- l) Halo relatório atividade no atualizasaun atinjimentus periódicamente ba Pilar 1.

Pilar 5: Servisu Laboratóriu

- a) Organiza treinamentu téknikus laboratóriu atu hasae kapasidade iha facilidades sira hotu atu prepara-an ba rekolha amostra hodi halo teste laboratóriu;
- b) Prepara matadalan ba rekolha amostra no teste laboratóriu ba infesaun COVID-19;
- c) Garante kondisoens téknikas (SOPs) no humanu, materiais (EPI, reagentes no ekipamentu médiku), no finanseiru ba transporte amostra ka teste laboratóriu relasiona ho COVID-19;
- d) Monitoriza no halo avaliasaun regular ba necesidades rekursus no konsumíveis médikus ne'ebé mosu konaba diagnóstiku laboratorial;
- e) Kompila dados hotu konaba rekolha amostra no testes ne'ebé realiza tuir matriz M&E, no relata ba DGPS;
- f) Halo relatório atividades ho atualizasaun atinjimentus periódicamente ba Pilar 1.

Pilar 6: Prevensaun no Kontrolu Infeksaun

- g) Kordena ho instituisoens parserias hodi desenvolve no halo treinamentu ba profissionais saúde no téknikus aliadus konaba prevensaun no kontrolu infesaun COVID-19;
- h) Halo assessment kondisoens ka mapeamentu fatin konfinamentu no facilidades saúde hotu hotu konaba prevensaun no kontrolu infesaun COVID-19;
- i) Desenvolve matadalan ka SOPs ba prevensaun no kontrolu infesaun iha ponto entrada, fatin karentena no izolamentu, iha comunidade nomós iha laboratóriu nasiona (inklui ba limpeza, desinfeksaun ka deskontaminaun fatin públiku ka privadu, nomós esterilizasaun no jestaun lixu iha facilidades saúde);
- j) Organiza apoiu ba facilidades sira hotu atu hadia sira nia nível prontidaun;

- k) Monitoriza kumprimentu rekomendasoens sira hotu konaba prevensaun no kontrolu infesaun husi nível nasional to lokal;
- l) Kompila dados hotu konaba IPK ne'ebé realiza tuir matriz M&E, no hatama realatóriu semanal ka mensal ba pilar 1.

Pilar 7: Jestaun Kazu

- a) Desenvolve matadalan ka SOPs ba jestaun fatin izolamentu no protokolu ba jestaun kazu moderadu, severu no kritiku;
- b) Organiza formasaun ba jestaun klinika ba pessoal saúde;
- c) Halo assessment ba preparasaun jestaun kazu iha facilidades saúde;
- d) Identifika nessidades no asegura alokasaun rekursus humanus, aimoruk no konsumíveis médiku, EPI no ekipamentus médikus ba gestaun kazu iha facilidades saúde primários, sekundários no tersiários, tuir padraun ne'ebe iha;
- e) Halo relatoriu husi assessment no oinsa atu hadia facilidade saude kona ba jestaun klinika;
- f) Monitoriza atividade tomak ba jestaun kazu iha nível kuidadus saúde tersiários, sekundários no primários;
- g) Kompila dados hotu konaba jestaun kazu tuir matriz M&E, no hatama realatóriu semanal ka mensal ba pilar 1.

Pilar 8: Apoiu Operasional no Logístiku

- m) Kordena ho servisu relevantes hodi halo mapeamentu no levantamentu tékniku konaba infraestruturas ne'ebé necessita ba fatin karentena no izolamentu kazu surtu COVID-19;
- n) Revê inventáriu iha nivel nasional konaba sistema supply basea ba OMS nia hanesan Disease Commodity Package (DCP) no Kit ba paciente COVID-19, no desenvolve stock reserva COVID-19 konaba jestaun kazu;
- o) Asegura apoiu operacional no logístiku regular ba jestaun karentena no fatin izolamentu, inklui armazenamentu, seguransa, transporte no distribuisaun medikamentu no fornecimentu konsumíveis esensiais;
- p) Halo kordenasaun ho servisu no instituisoens relevantes konaba finansiamentu no konsolida plano orsamentu emergencia nian ba COVID-19;
- q) Prosesu aprovisionamentu ba fornecimentu bens no prestasaun servisu hodi asegura funsionamentu no dezempeñu pilar idak-idak husi Komisaun Saúde ba COVID-19;